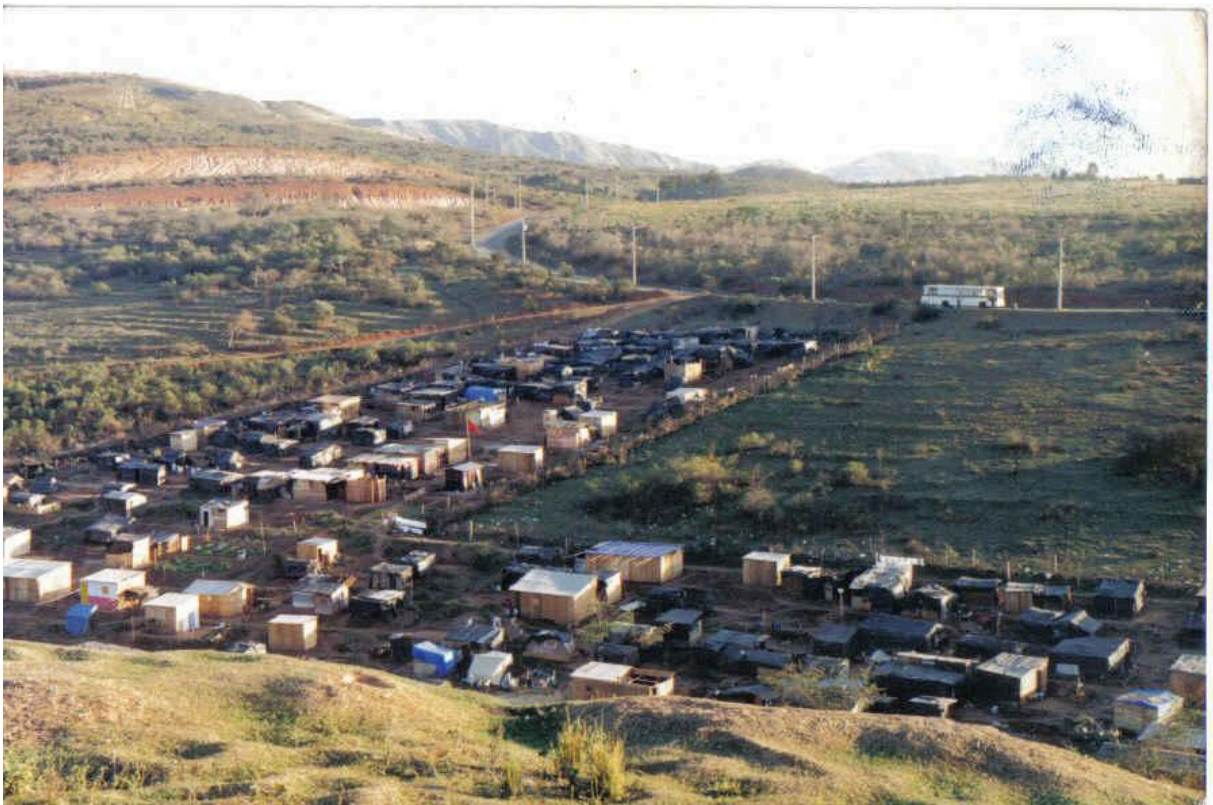


Sobre “o povo da arquitetura”:
um olhar a partir da Oficina Popular de Assessoria



Letícia Araújo Notini

UFMG, 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Escola de Arquitetura

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU

Letícia Araújo Notini

Sobre “o povo da arquitetura”:

um olhar a partir da Oficina Popular de Assessoria

Belo Horizonte

2023

Letícia Araújo Notini

Sobre “o povo da arquitetura”:

um olhar a partir da Oficina Popular de Assessoria

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marcela Silvano Brandão Lopes

Belo Horizonte

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

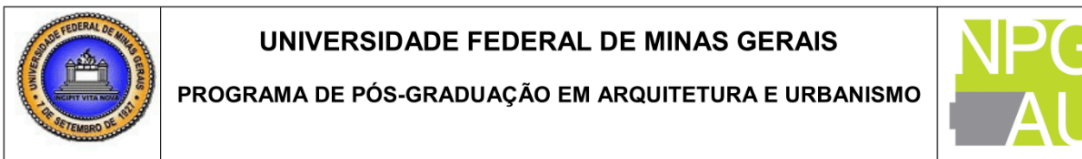
N912s Notini, Letícia Araújo.
Sobre “o povo da arquitetura” [manuscrito] : um olhar a partir da Oficina Popular de Assessoria / Letícia Araújo Notini. – 2023.
136 f : il.

Orientadora: Marcela Silvano Brandão Lopes.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Movimentos sociais – Teses. 2. Decolonialidade – Teses. 3. Habitações – Teses. 4. Prática arquitetônica – Teses. I. Lopes, Marcela Silvano Brandão. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 728



FOLHA DE APROVAÇÃO

Sobre “o povo da arquitetura”: um olhar a partir da Oficina Popular de Assessoria

LETÍCIA ARAÚJO NOTINI

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 19 de dezembro de 2023, pela Comissão constituída pelos membros:

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCELA SILVIANO BRANDAO LOPES
Data: 19/12/2023 12:25:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Marcela Silvano Brandão Lopes – Orientadora
EA-UFMG

Documento assinado digitalmente
gov.br JUNIA MARIA FERRARI DE LIMA
Data: 19/12/2023 16:55:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Júnia Maria Ferrari de Lima
EA-UFMG

Documento assinado digitalmente
gov.br TIAGO CASTELO BRANCO LOURENCO
Data: 19/12/2023 16:16:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Tiago Castelo Branco Lourenço
EA-UFMG

Documento assinado digitalmente
gov.br KARINA OLIVEIRA LEITAO
Data: 20/12/2023 06:28:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Karina Oliveira Leitão
FAU USP

Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2023.

*ao povo que luta
e sonha.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Cris pelo cotidiano, pela escuta e cuidado, e também pelo companheirismo na caminhada de luta. Agradeço aos meus pais por serem referência e por serem colo. É este afeto que me move. Agradeço à minha irmã pela generosidade e carinho, e por nos presentear com Isabela.

Agradeço às amigas e amores que andam lado a lado e que me fortalecem cotidianamente, em especial Alice Rennó, Fernanda Nobre, Gabriela Castro, Iara Pezzutti, Maria Mariano, Emídio Souza, Mikael Guedes, Luís Henrique, Raul Corrêa, André Siqueira, Maria Soalheiro, Raul Lemos e Alice Almada. Agradeço à Marcela e ao Gui, por se tornarem casa. Agradeço à Rubioli, pela amizade sincera e confiança no meu trabalho. Agradeço às companheiras da Subsecretaria de Habitação de Contagem, em especial Karine e Tânia, pelo acolhimento diário. Agradeço também à Anna, minha psicóloga, pela instiga e acompanhamento honesto.

Agradeço à companheirada do MLB, que, nesses seis anos de militância, tanto me fizeram crescer. É por acreditar na luta do povo que continuamos na resistência! Agradeço em especial à Poli, Léo, Edinho, Maria, Nilmara, Christino, Yuri, Rose, Meire, Adriel, Cris e tantos outros. Agradeço aos que acreditaram na OPA e estiveram na construção deste espaço. Agradeço às ocupações urbanas e a todos os seus moradores que se atrevem a lutar coletivamente e a contar sua própria história.

Agradeço à Marcela Brandão pelo processo respeitoso de orientação, pelas oportunidades de trocas e por caminhar lado a lado na luta. Agradeço também por acreditar na força da extensão universitária e dos territórios populares.

Agradeço à CAPES pela bolsa de estudos concedida, que permitiu com que eu me dedicasse à esta pesquisa. Agradeço ao NPGAU por me proporcionar o retorno à sala de aula e aos estudos. Agradeço às professoras e aos professores com quem pude trocar tanto nesses dois anos de pesquisa. Agradeço em especial ao Tiago, pela amizade e por sempre botar fé. Agradeço a querida banca avaliadora que tanto contribuiu para a crítica e para o avançar da pesquisa. E agradeço à Escola de Arquitetura da UFMG, por continuar sendo casa.

Este trabalho é fruto de uma construção coletiva, por isso, agradeço a todes que, mesmo não citados aqui, se encontram nos relatos deste texto e na minha trajetória. Obrigada!

*Caminhando pelos penhascos, atingimos o equilíbrio das planícies.
Nadando contra as marés, atingimos a força dos mares. Edificando
nos lamaçais, atingimos o equilíbrio dos lajedos. Habitando nos
rincões, atingimos a proximidade da redondeza. Nós somos o começo,
o meio e o começo. Existiremos sempre! Sorrindo nas tristezas, para
festejar a vinda das alegrias. Nós somos a gira da gira na gira. A
nossa trajetória nos move e a nossa ancestralidade nos guia.*

Nêgo Bispo

RESUMO

Esta pesquisa se inicia a partir das muitas inquietações que emergiram das experiências práticas desenvolvidas junto à Oficina Popular de Assessoria - OPA, do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB em Minas Gerais, e da constante reflexão sobre o tipo de prática que vinha sendo feita e que poderia vir a ser feita. Assim, busca-se na teoria de(s)colonial uma contribuição para a crítica do modo hegemônico de produção arquitetônico, com um recorte para as práticas de assessoria técnica desenvolvidas por arquitetas e arquitetos em territórios populares. Por meio de uma revisão historiográfica e epistemológica a partir dos estudos de(s)coloniais, se discute se e em que medida práticas de assessoria técnica tem promovido ou podem promover uma outra perspectiva — talvez de(s)colonizadora, militante, popular ou possível — da prática arquitetônica. Para isso, debruça-se nas experiências junto à OPA, a fim de investigar dinâmicas, avanços, contradições e atravessamentos que revelem pistas para a crítica e para a prática.

Palavras-chave: assessoria técnica; de(s)colonial; movimento social; moradia; prática.

ABSTRACT

This research begins from the many concerns that emerged from the practical experiences developed with the Oficina Popular de Assessoria - OPA, of the Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB in Minas Gerais, and the constant reflection on the type of practice that was being done and could be done. Therefore, de(s)colonial theory seeks to contribute to the critique of the hegemonic mode of architectural production, with a focus on technical assistance practices developed by architects in popular territories. Through a historiographical and epistemological review based on de(s)colonial studies, we discuss whether and to what extent technical assistance practices have promoted or can promote another perspective — perhaps de(s)colonizing, militant, popular or possible — of architectural practice. To this end, it focuses on experiences with the OPA, in order to investigate dynamics, advances, contradictions and crossings that reveal clues for criticism and practice.

Keyword: technical assistance; de(s)colonial; social movement; habitation; practice.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Aproximação da estrutura da colonialidade territorial/urbana/arquitetônica. Fonte: Elaboração por Delgado (2020).....	40
Figura 2: Manual de Elétrica para as ocupações urbanas do MSTC. Fonte: Elaboração FIO - Assessoria Técnica Popular (2022).....	57
Figura 3: Mapa de localização Vila Corumbiara, Eliana Silva, Paulo Freire e Carolina Maria de Jesus (1 e 2), em Belo Horizonte. Fonte: Elaboração pela autora.....	65
Figura 4: Abraço às ocupações Eliana Silva, Camilo Torres e Irmã Dorothy, na região do Barreiro, em Belo Horizonte, em 2013. Fonte: Fora do Eixo.....	66
Figura 5 e 6: Mutirão de construção do TEVAP e do círculo de bananeira na ocupação Eliana Silva, com assessoria de professoras da Escola de Arquitetura da UFMG. Fonte: COAU e Tiago Lourenço.....	68
Figura 7 e 8: Reuniões de planejamento colaborativo do parcelamento do solo da ocupação Eliana Silva, em 2012. Fonte: COAU e Tiago Lourenço.....	68
Figura 9 e 10: Ampliação da Creche Tia Carminha, na ocupação Eliana Silva, com projeto desenvolvido em parceria com a Escola de Arquitetura da UFMG. Fonte: Acervo da Comissão de Comunicação do MLB.....	69
Figura 11: Jogo das ocupações sendo jogado pelos moradores da ocupação Paulo Freire. Fonte: Acervo da Comissão de Comunicação do MLB.....	70
Figura 12: Moradores da ocupação Paulo Freire recebendo as placas de numeração das casas, desenvolvidas em disciplinas do Programa Natureza Política. Fonte: Acervo da Comissão de Comunicação do MLB.....	70
Figura 13 e 14: Comunicação do MLB cobrindo atos e novas ocupações. Fonte: Acervo da Comissão de Comunicação do MLB.....	71

Figura 15 e 16: Atividades e oficinas com a juventude do Minha Quebrada, em 2017. Fonte: Acervo da comunicação do MLB.....	71
Figura 17: Espaço da comunicação na ocupação Carolina Maria de Jesus, em Setembro de 2017. Fonte: Acervo da comunicação do MLB.....	74
Figura 18: Organização dos espaços das famílias durante as primeiras semanas de ocupação, no início de Setembro de 2017. Fonte: Acervo da Comissão de Comunicação do MLB.....	75
Figura 19: Primeira demarcação dos espaços de cada família, ainda não nos andares definitivos, sendo realizada por alguns dos estudantes de arquitetura, em 2017. Fonte: Acervo da Comissão de Comunicação do MLB.....	75
Figura 20: Casa de uma das famílias da ocupação após a realocação por andar. Fonte: Acervo da Comissão de Comunicação do MLB.....	76
Figura 21 e 22: Fotos de uma das disciplinas que desenvolveram projetos junto à ocupação. Fonte: Acervo da Comissão de Comunicação do MLB.....	77
Figura 23: Parte dos dados da pesquisa realizada junto aos moradores da ocupação. Fonte: Acervo da OPA.....	78
Figura 24: Carta de propostas entregue à Mesa Estadual de Diálogo para solução do conflito fundiário. Fonte: Acervo da OPA.....	79
Figura 25 e 26: Visita da Prefeitura de Belo Horizonte e do Vice-Prefeito Paulo Lamac ao terreno proposto para reassentamento de parte das famílias. Fonte: Acervo da OPA.....	80
Figura 27 e 28: Visita da Cohab-MG e do MLB ao prédio proposto para mudança de parte das famílias, em 2018. Fonte: Acervo da OPA.....	81
Figura 29: Assinatura do acordo de negociação com a Cohab-MG. Fonte: Acervo da OPA...	82
Figura 30: Mapa de localização da ocupação Carolina Maria de Jesus 1 e 2 dentro da Avenida do Contorno. Elaboração pela autora.....	83
Figura 31: Uma das primeiras reuniões da OPA na ocupação Carolina Maria de Jesus 2, em Junho de 2018. Fonte: Acervo da OPA.....	84

Figura 32, 33 e 34: Encontros de organização e trabalho da OPA, no segundo semestre de 2018 e início de 2019. Fonte: Acervo da OPA.....	86
Figura 35 e 36: Estudos desenvolvidos pela equipe da OPA para ocupação do novo prédio. Fonte: Acervo da OPA.....	87
Figura 37 e 38: Mutirão dos moradores para limpeza do prédio da ocupação Carolina Maria de Jesus 2, em Junho de 2018. Fonte: Acervo da OPA.....	88
Figura 39 e 40: Divisão dos quartos por andar e mudança das famílias para o prédio da ocupação Carolina Maria de Jesus 2, em Junho de 2018. Fonte: Acervo da OPA.....	88
Figura 41: Mapa do terreno apresentado na oficina com as famílias da ocupação Manoel Aleixo. Fonte: Acervo da OPA.....	90
Figura 42 e 43: 1ª Plenária com as famílias da ocupação Manoel Aleixo, em 19 de Agosto de 2018. Fonte: Acervo da OPA.....	92
Figura 44: 2ª Plenária com as famílias da ocupação Manoel Aleixo, em 16 de Setembro de 2018. Fonte: Acervo da OPA.....	93
Figura 45 e 46: Cozinha/despensa construída pelos moradores no terreno, entre 29 e 30 de Setembro de 2018. Fonte: Acervo da OPA.....	94
Figura 47: Visita das famílias da ocupação Manoel Aleixo ao terreno, em 20 de outubro de 2018. Fonte: Acervo da OPA.....	95
Figura 48: 1ª parte da oficina: Equipamentos, ruas e quadras, no auditório da Escola M. P. Itamar Franco. Fonte: Acervo da OPA.....	97
Figura 49, 50, 51 e 52: Fotos da 2ª parte da oficina: Equipamentos, ruas e quadras, na quadra da Escola M. P. Itamar Franco. Fonte: Acervo da OPA.....	99
Figura 53: Propostas de cada grupo após a oficina: Equipamentos, ruas e quadras. Fonte: Acervo da OPA.....	100
Figura 54: Foto da 1ª parte da oficina: Tipologias e loteamento, no auditório da Escola M. P. Itamar Franco, em 03 de Novembro de 2018. Fonte: Acervo da OPA.....	101

Figura 55: 2ª parte da oficina: Tipologias e loteamento, na quadra da Escola M. P. Itamar Franco. Fonte: Acervo da OPA.....	102
Figura 56: Propostas de seis grupos após a oficina: Tipologias e loteamento. Fonte: Acervo da OPA.....	103
Figura 57: Propostas finais apresentadas para discussão junto às famílias da ocupação. Fonte: Acervo da OPA.....	107
Figura 58: Plenária com as famílias: apresentação da pré-proposta, em 24 de Novembro de 2018. Fonte: Acervo da OPA.....	108
Figura 59: “Kit assessoria”, montado na exposição do curso “Formação em Serviço: Conceitos e práticas de assistência técnica de interesse social”. Fonte: Acervo da OPA.....	109
Figura 60, 61 e 62: Primeira atividade prática junto às mulheres da ocupação. Fonte: Acervo da OPA.....	110
Figura 63, 64, 65 e 66: Segunda atividade prática junto às mulheres da ocupação. Fonte: Curso ATHIS - ASF.....	111
Figura 67 e 68: Encontros e reuniões de negociação da ocupação Canto do Rio, Nova Lima. Fonte: Acervo da OPA.....	112
Figura 69: Reunião do núcleo de base na Creche Tia Carminha, com participação da OPA. Fonte: Acervo da OPA.....	113
Figura 70: Reunião de negociação do Vale das Ocupações do Barreiro. Fonte: Acervo da OPA.....	114
Figura 71: Aulão sobre o plano diretor realizado no auditório da ocupação Carolina Maria de Jesus. Fonte: Acervo da OPA.....	114
Figura 72 e 73: Site e página do Acervo da Mostra LONA. Fonte: Mostra LONA.....	116
Figura 74: Reunião do núcleo de luta do MLB na Escola de Arquitetura da UFMG. Fonte: Acervo da OPA.....	117
Figura 75: Mapa de localização do prédio ocupado em relação à Praça da Liberdade. Fonte: Acervo da Comissão de Comunicação do MLB.....	118

Figura 76, 77, 78 e 79: Ocupação do prédio recém leiloado pelo governo do estado e acampamento das famílias na porta do Palácio da Liberdade. Fonte: Acervo da Comissão de Comunicação do MLB.....	119
Figura 80: Proposta de parcelamento do solo desenvolvida para o terreno de Santa Luzia. Fonte: Acervo da OPA.....	122
Figura 81: Nuvem de palavras com avanços e desafios da OPA. Fonte: Elaboração pela autora.....	125

LISTA DE SIGLAS

AMABEL - Associação de Moradores de Aluguel de Belo Horizonte

APP - Área de Preservação Permanente

ASF-BRASIL - Arquitetas Sem Fronteiras

ATHIS - Assistência Técnica de Interesse Social

ATME - Programa de Assistência Técnica à Moradia Econômica

BH - Belo Horizonte

CAU/MG - Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais

CEJUSC - Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania do Tribunal de Justiça de Minas Gerais

COHAB-MG - Companhia de Habitação de Minas Gerais

COPEVI - Centro Operacional de Vivienda y Poblamiento

D.A. - Diretório Acadêmico

DESSOCONS - DEsenhos do Sul, dos Suis, Outros, Com Outros NomeS

EA - Escola de Arquitetura da UFMG

FUCVAM - Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua

HIC-AL - Habitat International Coalition Latin America

IAT - Instituto de Asistencia Tecnica

JUCEMG - Junta Comercial de Minas Gerais

LABURB - Laboratório de Estudos Urbanos e Metropolitanos

MCMV - Minha Casa, Minha Vida

MCMV-E - Minha Casa, Minha Vida Entidades

MLB - Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas

MOM - Morar de Outras Maneiras

MSTC - Movimento Sem-teto do Centro

ONG - Organização Não Governamental

OPA - Oficina Popular de Assessoria

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

PRÁXIS - Práticas Sociais no Espaço Urbano

PT - Partido dos Trabalhadores

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SLU - Superintendência de Limpeza Urbana

TEVAP - Tanque de evapotranspiração

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

URBEL - Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

USINA CTAH - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
a. De onde falo	17
b. Suportes epistemológicos e estrutura da pesquisa	20
2. DO “CAMPO” AO CAMPO	27
2.1. A Arquitetura como instrumento de poder (também colonial)	27
2.2. O modo de produção capitalista do espaço	42
2.3. A partir das assessorias técnicas, um campo aberto	45
3. A EXPERIÊNCIA DA OFICINA POPULAR DE ASSESSORIA - OPA	62
3.1. Do MLB em Minas Gerais	63
3.2. Da Escola de Arquitetura da UFMG	66
3.3. Da ocupação Carolina Maria de Jesus	73
3.4. A OPA	83
3.5. As oficinas junto à ocupação Manoel Aleixo	90
3.6. As atividades do curso de formação da ASF Brasil	108
3.7. Atuações outras	112
3.8. O retorno das negociações com o Estado	116
4. A UTOPIA OU A HETEROTOPIA	123
4.1. Avanços e desafios da OPA	125
REFERÊNCIAS	132

1. INTRODUÇÃO

a. De onde falo

Esta pesquisa¹ constrói suas fundações no meu próprio percurso pessoal e profissional, e, por isso, peço licença para incluir aqui um breve relato, em primeira pessoa, sobre este percurso até a escrita da mesma. Grande parte da minha vida morei em Sabará, cidade da região metropolitana de Belo Horizonte, mas estudava na capital, vivenciando cotidianamente uma vida e um deslocamento intermunicipal. Meus pais, que se mudaram para Belo Horizonte na época dos estudos, foram posteriormente para Sabará na busca por um terreno para se estabelecerem. Nessa época, diversos bairros no entorno direto à capital estavam se expandindo, exatamente para absorver uma gama de pessoas que não conseguiam arcar com o preço dos terrenos em Belo Horizonte, mas que precisavam/queriam manter uma relação direta com o município. Assim, cresci percebendo as mudanças de bairros e mais bairros que iam crescendo e se conurbando à Belo Horizonte, principalmente por meio da autoprodução do espaço. A autoconstrução era até aquele momento, para mim, uma paisagem cotidiana da cidade que eu vivenciava.

Passei anos da minha infância acompanhando minha mãe na Associação Feminina de General Carneiro, criada por ela e outras mulheres do bairro, com apoio da Sociedade de São Vicente de Paulo, como espaço de acolhimento e capacitação de mulheres de baixa renda do bairro vizinho para garantia de autonomia financeira. Processo que só mais velha fui assimilar enquanto uma organização de base e que se construía a partir do trabalho coletivo do cuidado. Rotinas que se revezavam com meu pai e suas muitas reuniões do Partido dos Trabalhadores, em que era filiado e construía ativamente. Mas foi a partir de seu trabalho como engenheiro civil no poder público de Belo Horizonte, como gerente de obras da Regional Nordeste e superintendente da SLU - Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte, que comecei a ouvir histórias de um processo de luta cotidiana de comunidades e bairros por asfaltamento, saneamento básico, coleta de lixo e serviços de limpeza urbana. Lembro de falar da criação, por exemplo, do primeiro caminhão de lixo para vilas e favelas, um modelo menor que conseguia percorrer as vias menores dos territórios. E, assim, passei a vivenciar, mesmo

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

que de longe, o que depois eu entenderia por políticas públicas e por uma atuação comprometida com a produção de uma cidade para todas e todos. Foi este o período, por exemplo, do Orçamento Participativo e do Orçamento Participativo para a Habitação, responsáveis por experiências emblemáticas no âmbito da assessoria técnica e da autogestão na cidade.

Ao entrar no curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, fui absorvida por um universo que até então eu apenas flutuava, principalmente a partir de professoras e professores — estando muitos deles aqui presentes como referência e horizonte deste trabalho — dispostos a propor outros olhares e outras práticas dentro da arquitetura. E as discussões, promovidas principalmente nas disciplinas extensionistas, tiveram influência direta no percurso acadêmico que construí e venho construindo. Foi durante a graduação, também, que tive a oportunidade de me aproximar do movimento estudantil, sendo uma das coordenadoras discentes do Diretório Acadêmico - D.A. da Arquitetura por cerca de três anos. E foi a partir da relação do D.A. com as diversas lutas na cidade, que me aproximei diretamente da pauta pela moradia e pelo direito à cidade, acompanhando e apoiando grupos e movimentos que já havia conhecido nas disciplinas cursadas. Em 2017, passo a militar pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB, movimento nacional que atua desde 1999 organizando famílias sem-teto na luta pela casa e pelo acesso aos direitos básicos, principalmente realizando e coordenando ocupações urbanas, e é onde atuo até hoje. Com o MLB, passei a vivenciar de dentro e de forma mais cotidiana uma cidade outra, com pessoas outras, invisíveis a um modo hegemônico de produção e reprodução da vida, e, assim, lutar conjuntamente pela construção de uma outra sociedade.

Em 2018, entro para a Associação Arquitetas Sem Fronteiras - ASF Brasil, assessoria técnica que atua com diversos grupos e territórios em Minas Gerais e é onde passo a dividir práticas com uma rede de profissionais interdisciplinares atuantes na pauta pelo direito à cidade e à moradia, inclusive alguns de meus professores da Escola de Arquitetura. É neste ano também que criamos dentro do MLB a Oficina Popular de Assessoria - OPA, uma assessoria técnica interna ao movimento e que vem da consolidação de um trabalho que há anos vinha sendo desenvolvido junto a parceiros externos, principalmente a universidade. A criação da OPA coincide com o processo de negociação da ocupação Carolina Maria de Jesus, realizada pelo MLB nove meses antes em um prédio abandonado no centro de Belo Horizonte, e será detalhada posteriormente neste trabalho. A OPA surge como uma estratégia

de organização do trabalho que vinha sendo desenvolvido por uma grande militância, principalmente da área da arquitetura e do urbanismo, e que vinha construindo um modo e um tempo mais cotidiano e alinhado aos processos dentro do movimento.

Por estarmos pela primeira vez construindo um espaço de trabalho deste coletivo, majoritariamente constituído por estudantes, dentro do movimento, as dúvidas eram muitas e diárias, relacionadas a método, estratégias, organização, soluções, tecnologias, entre outras. Processo que se intensificou com o avanço das negociações da ocupação Carolina e com o desenvolvimento de um trabalho coletivo para o reassentamento de parte dessas famílias. É em meio a este processo que começo a desenvolver meu trabalho de conclusão de curso², como uma reflexão sobre a minha atuação e a atuação destes diversos técnicos, do constante questionamento sobre a prática e sobre a produção social do espaço. A pesquisa abordou uma investigação sobre a atuação dos técnicos na produção social da moradia e da cidade na “América Latina”³, por meio de um levantamento das experiências de coletivos, escritórios, programas públicos, grupos de pesquisa, instituições e profissionais autônomos que atuaram ou ainda atuam junto à população de baixa renda, movimentos populares, associações de moradores, povos tradicionais etc. Por meio de pesquisas bibliográficas e da construção de um formulário base, que foi enviado aos grupos e coletivos levantados, foram catalogados 207 grupos em 16 dos 20 países “latinoamericanos”.

Pensar essas práticas desde a “América Latina” foi a minha primeira grande virada para questionar um modo de produção do espaço que apresenta continuidades e descontinuidades nos territórios “latinoamericanos” e que tem relação direta com as relações de poder instauradas com a colonização e com o avanço do capitalismo. Entre elas, estavam práticas relacionadas à extensão universitária (ou *vinculaciones con la comunidad*) e à coletivos que emergiram de uma atuação de dentro da universidade; ao uso de novas e/ou outras tecnologias construtivas, muitas vinculadas às especificidades de um território, abarcando uma diversidade de modos de habitar e construir; ligadas à um modo de produção do fazer-coletivo, a partir dos mutirões brasileiros, das mingas andinas, das micro-brigadas cubanas, do ayni boliviano, da ajuda mútua uruguaia; e à outros modos de projetar, a partir de

² Ver mais em NOTINI, 2020: ■ TCC_A atuação dos técnicos na produção social da moradia e da cidade na ...

³ O termo América Latina, assim como suas derivações (latinoamericana, latinoamericano, etc) é aqui utilizado entre aspas, assim como referenciado pelo geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2021) em seu último livro Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na “América Latina”, por ser um termo historicamente carregado de colonialidade, e a busca por novas designações ser uma constante nos estudos de(s)coloniais. Ver mais em: HAESBAERT, 2021.

instrumentos e ferramentas interlocutoras e levando em consideração o papel da autoconstrução e do fazer autônomo de muitos dos territórios.

Um catálogo com todo esse repertório foi desenvolvido, porém se escapou uma análise mais aprofundada sobre essas práticas que conseguisse destrinchar e desvelar vários processos que poderiam contribuir para um diálogo sobre os desafios e potencialidades de se pensar este tipo de atuação na “América Latina”. No entanto, ainda que não tenha pautado diretamente os estudos de(s)coloniais⁴, surge ali um elo entre as práticas de assessorias técnicas e as especificidades das insurgências urbanas e rurais na “América Latina” que abrem as portas para o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado. E para coroá-la convoco a constante expressão utilizada por muitos moradores das ocupações urbanas quando surge alguma demanda para “o povo da arquitetura” e questiono quem é este povo e qual é esta arquitetura? Assim, a busca pela teoria de(s)colonial, mais do que uma teoria que já está assentada nas práticas aqui descritas, é uma busca pessoal por encontrar pontos de contato que possam iluminar essa prática.

b. Suportes epistemológicos e estrutura da pesquisa

Esta pesquisa se inicia a partir das muitas inquietações e questionamentos que emergiram das experiências práticas desenvolvidas junto à Oficina Popular de Assessoria, e da constante reflexão sobre o tipo de prática que vinha sendo feita e que poderia vir a ser feita. Assim, busca-se na teoria de(s)colonial uma contribuição para a crítica do modo de produção arquitetônico. Segundo o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005), modernidade e colonialidade nascem juntas em 1492, a partir dos processos de colonização ibéricos, constituindo a América como o primeiro espaço/tempo e como a primeira identidade desse novo padrão de poder mundial, que espacializou hierarquias e relações de dominação. Segundo ele, este padrão foi produzido com base em dois processos históricos: “a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na idéia de raça”, postulando relações de inferioridade a partir de uma suposta distinção biológica, e “a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e

⁴ Escolhe-se aqui utilizar, sempre que for citado pela autora, o termo de(s)colonial (assim como seus variantes: de(s)colonização, de(s)colonialidade), no lugar de decolonial ou descolonial, entendendo ser este um dilema epistemológico e político ainda instável entre os autores da área. A partir deste termo, tenta-se evitar uma sobrevalorização de uma linha sobre a outra.

do mercado mundial” (QUIJANO, 2005, p. 117). Isso significa afirmar a constituição de um capitalismo moderno, em que a articulação das formas de controle do trabalho foram constitutivamente coloniais, uma vez que assumiu as formas de trabalho não remunerado às raças colonizadas (em sua maioria negros e indígenas) e as formas de trabalho assalariado à raça colonizadora (brancos) (QUIJANO, 2005).

Este apontamentos foram feitos por Quijano à teoria do sistema-mundo, proposta pelo sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein (1974, 1979), sendo pensado agora enquanto “sistema-mundo moderno/colonial”, e deram base para formular a noção de “colonialidade do poder”, que caminha para o desvelamento do, como diria o arquiteto cubano Yasser Farrés Delgado (2020), “lado obscuro da modernidade” (e do dito projeto civilizatório que foi a colonização) que é a colonialidade e todo seu arcabouço de práticas. Nesse sentido, o fim do colonialismo não representou o fim da colonialidade e:

(...) a ideia de raça produziu, nas Américas, identidades sociais novas. A colonialidade do poder, ao hierarquizar as diferenças entre grupos humanos com base numa diferença entre conquistadores e conquistados, na ideia de raça, ou seja, “uma supostamente distinta estrutura biológica que situava uns em situação natural de inferioridade em relação a outros”, como afirmava Quijano ([2000] 2005), acabou por classificar toda a população da América e, mais tarde, do mundo. Essa nascente ideia de raça não apenas forjou como também legitimou um poderoso padrão de dominação social, vigente até hoje. E, junto com o patriarcado, o racismo será a base de desenvolvimento e consolidação do próprio capitalismo (MOASSAB *et al.*, 2020, p. 26).

Além disso, esse novo padrão de poder determinou a geografia social no mundo capitalista: “geograficamente concentrada na Europa, sobretudo, e socialmente entre os europeus em todo o mundo do capitalismo. E nessa medida e dessa maneira, a Europa e o europeu se constituíram no centro do mundo capitalista” (QUIJANO, 2005, p. 110). É nesse sentido que Quijano (2005) traz a imagem de Centro-Periferia, constituída por Raúl Prebisch, descrevendo essa nova configuração mundial baseada nessa relação que irradia do centro (Europa) em direção às periferias do poder. Incorpora-se, desta forma, nesses outros territórios uma condição periférica constitutiva do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado, processo que esclarece dinâmicas de dominação e subalternização que não se esgotaram com o fim do colonialismo. A colonialidade pode ser, desta forma, entendida como uma estrutura da sociedade mas também como um mecanismo estruturante das relações e práticas entre territórios.

Postulam-se ainda como uma tríade à colonialidade do poder e a partir das discussões de diversos autores no Grupo Modernidade/Colonialidade, as colonialidades do saber e do ser.

Segundo o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres (2007), a colonialidade do saber tem relação com “el rol de la epistemología y las tareas generales de la producción del conocimiento en la reproducción de regímenes de pensamiento coloniales” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 130). Ela afirma haver uma condição universalista e de superioridade em relação ao saber europeu, sendo este embutido como fio condutor para a produção do conhecimento em todo o mundo. Isto revela que, assim como afirma o geógrafo brasileiro Carlos Walter Porto-Gonçalves (2005), “há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 03).

O que se relaciona com o entendimento da geopolítica do conhecimento, cunhado pelo semiólogo argentino Walter Mignolo (2004) e retomado pelo geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2021) em seu último livro. “Todo saber e/ou episteme nasce de um determinado contexto ao mesmo tempo espacial e temporal”, neste sentido, está sempre “geográfica e historicamente situado” (HAESBAERT, 2021, p. 25). Ela assume a existência de uma diferença colonial epistêmica de superioridade de certos saberes (coloniais e imperialistas) em detrimento de outros (subalternos). Sendo assim, o que se é, o que se pensa e o que se produz tem relação direta com o espaço-tempo que se vive/experiencia. A colonialidade do ser, conceito que tem raízes nos estudos de Mignolo⁵, “responde, pues, a la necesidad de aclarar la pregunta sobre los efectos de la colonialidad en la experiencia vivida, y no sólo en la mente de sujetos subalternos” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 130), se referindo também ao seu impacto na linguagem.

Entendendo a existência indissociável do poder e da resistência, como postulado pelo filósofo francês Michel Foucault ([1976] 2019), pode-se afirmar que a origem da resistência a esse sistema e, por sua vez, a origem do pensamento de(s)colonial nascem junto à dupla modernidade/colonialidade. Assim, se a reprodução da colonialidade se dá nas três dimensões: do poder, do saber e do ser, a disputa parte também dessa tríade. Essa perspectiva epistemológica, difundida e buscada por diversos autores a partir das experiências de movimentos sociais, povos indígenas, povos tradicionais, movimento negro, movimento feminista, entre outros, abriu espaço para um outro olhar, geográfica e historicamente situado. Um olhar sobre os diversos modos de ver, escrever e experienciar o mundo, sobre as muitas

⁵ Haesbaert (2021) afirma que o termo foi originado de Santiago Castro-Gómez (HAESBAERT, 2021, p. 90).

cosmovisões, sobre os seus globais, sobre a Abya Yala⁶, sobre a América Ladina⁷, mas principalmente, a partir deles.

A teoria de(s)colonial tem ajudado a compreender como a colonialidade do poder, do saber e do ser está engendrada nas relações de produção e reprodução da vida e do espaço nos territórios “latinoamericanos”. Entendendo que olhar o território a partir das relações de poder é também olhar a partir das relações de defesa da vida e de seus espaços (HAESBAERT, 2021). E, neste sentido, como a condição de dominados e de dominantes (e sua interdependência), está presente nessas relações até hoje. A arquiteta e urbanista brasileira Andreia Moassab (2020) afirma que “ao ‘mover’ a linha da história como ela é usualmente contada, deslocar o marco inicial da modernidade e incluir aí o racismo, muitas outras questões emergem” (MOASSAB *et al*, 2020, p. 26).

Toda a construção da América Latina é, portanto, baseada numa hierarquização social intrínseca ao sistema-mundo colonial-moderno, com implicações na formação das subjetividades, das narrativas históricas, dos juízos de valores – enfim, todo um arcabouço que segue até hoje como justificativa para o genocídio da população negra ou da população indígena, para a espoliação da natureza, para o feminicídio. Desse modo, o giro decolonial, complementa, a meu ver, outras perspectivas epistemológicas e facilita uma compreensão do patriarcado-racista-capitalista (...) (MOASSAB *et al*, 2020, p. 26).

Segundo Alfredo Gutierrez Borrero (2020), pesquisador colombiano da área do design, “Quijano (1999, p. 151) dirá que de(s)colonizar o poder, qualquer que seja o cenário, supõe de(s)colonizar toda a perspectiva de conhecimento. E que “raça” e “racismo” estão localizados de modo preponderante nessa encruzilhada das modernas relações de poder capitalista” (BORRERO *et al*, 2020, p. 65). O capitalismo, nesse sentido, anda de mãos dadas com o avanço do colonialismo, sendo a partir da abertura ao Atlântico, da acumulação primitiva, da ampliação territorial, populacional e de riqueza, que veio com a invasão das Américas, que este capitalismo se origina (DUSSEL, 2007, p. 11).

La esclavitud no tiene nada de feudal y si todo de capitalista [...] La mano de obra indígena y la otra de procedencia africana fueron los pilares del trabajo colonial americano. América y África –destilaron su sangre por los alquimistas del comercio

⁶ Segundo Haesbaert (2021), é uma “expressão forjada pelos indígenas kuna (Colômbia/Panamá), e expandida depois para o conjunto dos diversos outros grupos indígenas do continente americano. Segundo Porto-Gonçalves (2009), essa autodesignação, que significa “terra madura”, “terra viva” ou “terra em florescimento”, tem um sentido político importante, tendo sido acionada pela primeira vez na “II Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala”, realizada em Quito, em 2004” (HAESBAERT, 2021, p. 70).

⁷ Termo trazido por Lélia González (1988) para afirmar uma formação histórico-cultural do nosso continente a partir de uma presença negra africana e indígena americana, em contraponto ao termo América Latina, termo carregado de colonialidade.

internacional– fueron indispensables para el deslumbrante florecimiento capitalista europeo (BAGÚ *apud* DUSSEL, 2007, p. 07).

Nesse sentido, é emblemático perceber que mesmo a partir do avanço do capitalismo em termos transnacionais é na “América Latina” que se fecunda e testa o neoliberalismo, durante a ditadura chilena de Augusto Pinochet. E a partir dela, como uma grande onda de políticas neoliberais foram sendo introduzidas nos planos de governo “latinoamericanos”, com um avanço da austeridade política e da presença mínima do estado. É isto que têm-se tentado mostrar com os estudos de(s)coloniais, que a colonialidade se mantém viva e reinventando suas estratégias de dominação, a partir de um poder dito coeso, que mascara as camadas de opressão e exploração.

O “poder” corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo de onde originara-se o poder (potestas in populo, sem um povo ou grupo não há poder) desaparece, “o seu poder” também desaparece (ARENDRT *apud* SOUZA, 2010, p. 19).

A análise das relações de poder em toda sua profundidade e complexidade começaram a incluir nesse jogo de poder as R-existências, termo trazido por Porto-Gonçalves (2001, 2009)⁸, em que a luta se funde em resistir à exploração/dominação, mas também na afirmação de outros modos de existir e produzir. Essa é uma disputa que perpassa dimensões políticas, simbólicas, epistêmicas, econômicas, espaciais, corporais e de enunciação, e se iniciam com o desvelamento dos quatro grandes elementos que sustentaram esse novo padrão de poder mundial:

(...) 1) a colonialidade do poder, na qual a raça é a estrutura do modo classificatório de dominação social básica; 2) o capitalismo como eixo da exploração social planetária; 3) o estado como forma universal de regular a autoridade coletiva com a construção do estado-nação como sua variante hegemônica; 4) o eurocentrismo como o traço hegemônico por excelência para dominar a subjetividade e a intersubjetividade, particularmente o modo de produzir conhecimento (BORRERO *et al*, 2020, p. 65).

E essa já é uma contra-narrativa aos discursos oficiais, que sempre procuraram “justificar as ações do mercado e dos poderes centrais, como se tratassem de uma segunda e inexorável natureza” (SELIGMANN-SILVA, 2019, p. 31). A produção do discurso hegemônico incorpora, assim, a sujeição como lugar intrínseco à colonialidade. “Poderia o subalterno falar?”, como questiona a filósofa indiana Gayatri Spivak (1993) em seu livro. E mais, “o não subalterno consegue ouvir?”, como adaptou a filósofa francesa Seloua Luste

⁸ Referenciado em HAESBAERT, 2021.

Boulbina (NDIKUNG, 2019, p. 64). E, para além do campo das ideias, a colonialidade deve ser entendida como uma perpetuação de um projeto de dominação que “se “espacializa”, se concretiza na ocupação, na transformação e na exploração dos territórios, no ambiente construído” (DELGADO *et al*, 2020, p. 100), sendo pertinente e urgente “revisar os fundamentos epistemológicos da arquitetura, do urbanismo e do planejamento do território a partir de uma perspectiva decolonial” (DELGADO *et al*, 2020, p. 100).

Por isso, estrutura-se esta pesquisa a partir de três principais capítulos. O primeiro capítulo, *1. Do Campo ao campo*, se inicia com a seção *1.1. A Arquitetura como instrumento de poder (também colonial)*, que trata-se de uma análise da produção no campo da arquitetura, de forma a desvelar os instrumentos de poder intrínsecos às práticas dos técnicos, sejam eles relacionados à exploração do trabalho, à sobrevalorização do desenho técnico, entre outras. A crítica ao campo arquitetônico passa pelo entendimento da arquitetura como uma ferramenta de produção e reprodução de um modo de vida pautado na colonialidade. Assim, a proposta é aprofundar a crítica ao *modus operandi* das práticas arquitetônicas, incluindo as diversas opressões que caminham lado a lado à colonialidade e à modernidade. São utilizados autores como: o escritor camaronês Bonaventure Soh Bejeng Ndikung, a socióloga brasileira Bianca Freire-Medeiros, as arquitetas brasileiras Gabriela Leandro Pereira, Denise Morado, Luciana Andrade, Silke Kapp, Ana Paula Baltazar e Juliana Linhares, os arquitetos brasileiros Paulo Tavares, Leo Name, Sérgio Ferro e Tiago Lourenço, e o arquiteto cubano Farrés Delgado.

Aborda-se inicialmente, na seção *1.2. O modo de produção capitalista do espaço*, a formação das cidades, principalmente no Brasil, trazendo pautas como periferia, exclusão e desigualdade que materializam no espaço, principalmente urbano, a realidade da maioria das grandes cidades “latinoamericanas”. Retoma-se o Quijano, a partir da relação Centro-Periferia, e se traça uma relação direta com as noções trazidas pelo cientista político Lúcio Kowarick. Além deles, são utilizados autores como: a arquiteta brasileira Rita Velloso, o jornalista uruguaio Raúl Zibechi, o sociólogo Francisco de Oliveira, o arquiteto Pedro Fiori Arantes e o geógrafo Thiago Canettieri, todos os últimos brasileiros.

Na seção *1.3 A partir das assessorias técnicas, um campo aberto*, introduz-se a atuação de arquitetas e arquitetos em territórios populares, por meio das assessorias técnicas, trazendo um panorama desde o surgimento das assessorias e assistências técnicas, principalmente no Brasil. Apresenta também um horizonte para as práticas de assessoria a partir de uma lente de(s)colonial. São acionados modos outros de se pensar a produção

arquitetônica e a prática junto a outros saberes, indo ao encontro de uma busca pela criação de processos outros. Um caminho importante é traçado a partir da crítica ao *diseño* trazida pelo antropólogo colombiano Arturo Escobar e pelo pesquisador colombiano Alfredo Gutierrez Borrero, e a proposta dos desenhos-outros. Mas faz-se uso também de referências como os arquitetos brasileiros Caio Santo Amore, João Marcos de Almeida Lopes e Tiago Lourenço, e as arquitetas brasileiras anteriormente mencionadas Denise Morado e Ana Paula Baltazar.

No segundo capítulo, 2. *A experiência da Oficina Popular de Assessoria - OPA*, apresenta-se a construção e a experiência desse coletivo de assessoria técnica, constituído dentro de um movimento social e que foi ponto de inflexão para este percurso. Assim, são traçados oito subcapítulos que relatam desde a origem da OPA e os pontos de inflexão entre a história do movimento, a Escola de Arquitetura da UFMG e a construção da ocupação Carolina Maria de Jesus, para, assim, ser estruturado o espaço da assessoria. Foca-se principalmente nas oficinas desenvolvidas para o projeto de parcelamento do solo junto à ocupação Manoel Aleixo, traçando em paralelo outras experiências que são pontos-chaves para a trajetória da OPA. Neste capítulo, mais do que um relato, busca-se associar, dentro de possível, conceitos levantados anteriormente, como amarrações teóricas para a prática desenvolvida.

No terceiro capítulo, 3. *A utopia ou a heterotopia*, busca-se apontar pistas para um olhar outro a partir do campo arquitetônico. Para isso, na seção 3.1. *Avanços e desafios da OPA*, são destrinchadas particularidades das experiências desenvolvidas junto aos territórios em luta do MLB, que podem revelar pequenas rupturas ou necessários caminhos ainda a percorrer.

A capa e os três capítulos desta pesquisa são abertos e ilustrados com fotos dos anos iniciais da Ocupação Vila Corumbiara, realizada em 1996, na região do Barreiro, em Belo Horizonte, de onde se germina a construção do MLB em 1999. As fotos são do acervo da Comissão de Comunicação do MLB e conversam com as temáticas discutidas em cada capítulo.



2. DO “CAMPO” AO CAMPO

2.1. Arquitetura como instrumento de poder (também colonial)

A arquitetura – seja enquanto campo especializado, profissional e acadêmico, como afirma o sociólogo francês Pierre Bourdieu, ou seja como “edificações, lugares ou paisagens extraordinários, que contrastam com um pano de fundo de espaços não legitimados pela disciplina” (KAPP, BALTAZAR, MORADO, 2008, p. 22) – carrega uma racionalidade colonial imbuída nas suas práticas, estéticas e processos. Tenta-se aqui, a partir de alguns

indícios, demonstrar a dimensão da arquitetura como um instrumento de poder na produção do espaço, e, assim, a potencialidade de revisar seus fundamentos por um horizonte de(s)colonial.

É a partir do Renascimento que a arquitetura passa a trazer uma separação entre o trabalho intelectual (de concepção do projeto) e o trabalho braçal (de construção). Segundo o arquiteto e artista brasileiro Sérgio Ferro (2006), essa divisão, sintetizada pelo arquiteto e escultor italiano Filippo Brunelleschi em suas obras, se somou à uma produção hierarquizada no canteiro, à representação e ao desenho como base do processo de projeto e à exploração do trabalhador para extração de mais-valia⁹. Essa foi uma mudança condicionante para as arquiteturas ditas extraordinárias (monumentais, não comuns), e o desenho feito previamente ao canteiro se tornou “a principal condição para a produção sistemática da arquitetura como mercadoria” (KAPP, BALTAZAR, MORADO, 2008, p. 32). De acordo com a arquiteta brasileira Silke Kapp (2005), o projeto não foi considerado um instrumento pertinente “a ambientes e construções comuns ou, nesse sentido, ordinários”, a instituição do projeto como demanda prévia à construção desses espaços “é relativamente recente na cultura ocidental” (KAPP, 2005).

A configuração dos espaços onde se desenrola a vida cotidiana, com moradia, trabalho, comércio e outros usos, mais ou menos triviais e frequentemente mesclados entre si, resulta de um conjunto de iniciativas individuais e se guia por saberes compartilhados mas nunca formalizados. A tratadística do Renascimento ao século XVIII raramente aborda esse tipo de espaço; ele é pano de fundo do trabalho do arquiteto, não seu objeto (KAPP, 2005, p. 123).

Se estabelece, a partir daí, “a arquitetura como campo e o arquiteto como profissional” (BALTAZAR, 2020, p. 121). Segundo Kapp (2005), é a partir do avanço da industrialização, da economia capitalista e da separação social do trabalho que “o espaço comum ou ordinário passa a integrar as preocupações de profissionais de projeto” (KAPP, 2005, p. 124), ou seja, que essa lógica de especialização na produção do espaço por meio do arquiteto e do projeto passa a incorporar as demandas de todo o ambiente construído.

Institui-se, ao longo do século XIX, a convicção de que especialistas devem decidir sobre a configuração do ambiente urbano como um todo, supostamente garantindo padrões de eficiência e certa ideia de salubridade (física e moral). Em contrapartida, perde legitimidade a produção informal, na qual as coisas são decididas pelos construtores, usuários ou construtores-usuários (...) (KAPP, 2005, p. 124).

⁹ “Tal como qualquer processo em que mercadorias se produzem para a obtenção de lucro máximo, a moderna indústria da construção depende da extração de mais valia; o que significa que o trabalho empregado deve produzir mais valor do que recebe em remuneração” (KAPP, BALTAZAR, MORADO, 2008, p. 32).

Para a arquiteta brasileira Ana Paula Baltazar (2012), “o Modernismo, de certa forma, coroou o modo de produção da arquitetura via representação e deu continuidade a esse processo de separação entre projeto e construção que já se encontrava incorporado na prática arquitetônica” (BALTAZAR, 2012, p. 07). Assim, tem-se até aqui o desenvolvimento de um campo que se pauta majoritariamente: 1) pela produção de espaços extra-ordinários, ou seja, um “ambiente construído que as classes dominantes usam para justificar sua dominação sobre a ordem social” (KAPP, BALTAZAR, 2010, p. 191); 2) pela divisão do trabalho intelectual e do trabalho braçal, explorando esse último para obtenção máxima de lucro; e 3) pela representação do projeto a partir de desenhos codificados, com um trabalho que “domina o trabalho manual do construtor e as ações dos usuários por meio de conceitos e códigos abstratos” (KAPP, BALTAZAR, 2010, p. 191).

O projeto arquitetônico produz, assim, espaços abstratos¹⁰, em que se prevalece o conceber, a partir de parâmetros formais, estéticos e tecnicistas, e, em sua maioria, sobrepujam o cotidiano e o ordinário (vivido) de quem experiencia e/ou experienciará tais espaços. Segundo Kapp e Baltazar (2004), a crítica ao apagamento da dimensão do uso e à figura do “arquiteto-autor-desenhista” são antigos.

A prática de Adolf Loos, bem como seus inúmeros escritos (que vão de 1897 a 1933) se opõem a essa figura e ao domínio do desenho sobre a percepção e o uso real dos espaços. O famoso slogan do ornamento como delito não é, na verdade, um pleito por formas puras e, sim, uma oposição à invenção fantasiosa que só tem sentido no papel, faz do trabalhador um mero reproduzidor de imagens sem conexão com suas técnicas e sua formação cultural e, finalmente, faz do usuário uma espécie de marionete controlada por aquele que Loos chama de ‘o senhor arquiteto’ (KAPP, BALTAZAR, 2004, p. 14).

O desenho passa a representar o lugar da codificação, separando o pensar e o decidir do fazer. Nesse sentido, a relação, seja com o construtor ou com o dito “usuário”, é sempre impositiva e controladora, dificultando possibilidades de proposição criativa por estes outros agentes. Para Ferro (2006), o arquiteto é o “sujeito possuidor dos diferentes códigos” (FERRO, 2006, p. 153) e a representação, se por um lado, “reduz a enorme obra a uma escala que permite o controle de todos os seus momentos e partes”, por outro, “arma contra os

¹⁰ “Lefebvre afirma que os âmbitos do vivido, concebido e percebido constituem um todo coerente em “circunstâncias favoráveis, quando uma linguagem comum, um consenso e um código podem se estabelecer”. Mas o “neoliberalismo moderno”, como Lefebvre o chama, produziu um “espaço abstrato” em que prevalece a dimensão concebida. (...) Ao mesmo tempo, o espaço abstrato determina não apenas a reprodução biológica e a produção socioeconômica, mas sobretudo a reprodução das relações sociais de produção ou a manutenção da divisão de classes e de poder. O segredo da “sobrevivência do capitalismo” é a sua capacidade de “apagar distinções” mediante violência concreta, organizada por meio de representações do espaço.” (KAPP, BALTAZAR, 2010, p. 190).

operários que, impedidos de examinar o projeto, não podem mais colaborar inteligentemente” (FERRO, 2006, p. 193).

De acordo com a arquiteta brasileira Juliana Linhares (2018), por meio da codificação, “controlam-se as experiências que ali serão vivenciadas, os usos do espaço e os desejos e lógicas que partiram de um olhar específico – o do arquiteto” (LINHARES, 2018, p. 54). A arquitetura nasce, assim, segundo o arquiteto brasileiro Tiago Lourenço (2014), “com a vocação do controle: controle do trabalho material no canteiro, controle da natureza, controle dos usuários, controle da cidade” (LOURENÇO, 2014, p. 151). Concordando com Lourenço (2014), a partir do controle, o arquiteto passa a ser relacionado diretamente com o saber técnico e como o instrumento de dominação da disciplina sobre outros saberes. E, “não havendo espaço ou desejo por este controle, também não há campo para o arquiteto – o que reflete na recorrente prática da autoconstrução” (LINHARES, 2018, 54).

O Movimento Moderno, pregando racionalização e objetividade, levou ao limite a utilização da representação arquitetônica, (...) resolvendo em projeto as possibilidades de otimização da arquitetura, muitas vezes negligenciando conhecimentos construtivos (BALTAZAR, 2012, p. 07).

Segundo Baltazar (2012), foi a perspectiva, como apontaram o arquiteto mexicano Alberto Pérez-Gómez e a arquiteta canadense Louise Pelletier (1997), que permitiu a consagração da separação entre desenho e construção, com a “predominância da imagem global do edifício para sua visualização (...) “implicitamente sugerindo que o conhecimento de construção não seria responsabilidade do arquiteto” (PÉREZ-GÓMEZ; PELLETIER, 1997, p.221)” (BALTAZAR, 2012, p. 07). A perspectiva foi fundada também no Renascimento, constituindo um importante paradigma para o campo. A inversão para a bidimensionalidade do objeto arquitetônico permitiu o achatamento de pelo menos três outras dimensões da arquitetura, que são, segundo Baltazar (2012), a profundidade (que completa a lógica da tridimensionalidade), mas também o tempo e o comportamento (responsáveis pela experiência do vivido).

Quando nos colocamos diante de uma representação perspectíca, não somos nós que vemos o mundo, mas os olhos de um outro. A imagem que nos chega é a imagem de um dos olhos deste outro. Já não temos mais referência do momento enquanto possibilidade de apreensão espacial e temporal, nem mesmo somos capazes de dizer da duração, enquanto espaço e tempo vividos. O que temos é uma imagem, absoluta, que se encerra numa janela fora de seu contexto espaço-temporal. Tal janela não mais se abre para o mundo, apenas representa um instante do mundo para o qual se abriu (BALTAZAR, 2012, p. 08).

Concordando com Baltazar (2012), a solução do problema, no entanto, não virá com a recuperação dessas dimensões perdidas na lógica da representação do objeto arquitetônico, é

necessário um processo de ruptura com o modo de produção capitalista do espaço. A arquiteta e urbanista brasileira Andreia Moassab (2020) ainda acrescenta que: “as representações da cidade e da arquitetura continuam operando em acordo com a racionalidade colonial e colonizadora da modernidade, baseada em critérios hegemônicos de saber” (MOASSAB *et al*, 2020, p. 43). Quando trata sobre a inserção de figuras humanas no desenho arquitetônico, como estratégia de dimensionar escala, Moassab (2020) critica a massificação do uso de recortes de fotografia que têm como representação dominante o Norte Global. “O resultado é uma disseminação avassaladora de “kalungas” brancas, loiras, magras e urbanas nos desenhos de arquitetura do mundo todo. Um total descolamento da representação com a realidade social” (MOASSAB *et al*, 2020, p. 43). Afirma, assim, a necessária politização sobre a produção de sentidos pela arquitetura e seus desenhos. A perspectiva é, assim, mais um dos instrumentos para a manutenção dessa lógica de produção do espaço fundamentada na heteronomia, no distanciamento de quem dá ordem e desenha, de quem constrói/experiencia e deve obedecer.

Baltazar (2020), em seu último texto sobre o ensino de arquitetura e o horizonte de(s)colonial, conta sobre uma crítica ao “modo architectorum”, feita pelo crítico de arquitetura inglês Reyner Banham em seu texto “A Black Box. The Secret Profession of Architecture”. Para ele, existe na arquitetura um “sistema secreto de valor” que garante a “reprodução de prescrições não ditas e não questionadas” e determina o que é arquitetura (BALTAZAR, 2020, p. 121).

A caixa preta desse estilo certo é adaptada ao longo do tempo, adequando-se às imposições externas - sem questioná-las sem alterar de fato sua dinâmica interna, sempre pautada pela produção de espaços extraordinários. (...) Mesmo quando um arquiteto trabalha com projetos de habitação de interesse social, adapta o modo architectorum para o tempo e os recursos disponíveis, sem de fato alterar a caixa preta que aprendeu, na escola, para a produção de projetos extraordinários (BALTAZAR, 2020, p. 122).

Assim, há um cultivo à um estilo certo de objeto e à sua reprodução que se inicia no próprio processo de ensino da arquitetura. Insere-se um caráter de prestígio do modo de conceber o projeto e seus espaços, que, na verdade, “não têm nenhuma qualidade excepcional a não ser a que permite identificá-los como “arquitetura” (sempre extraordinária) e diferenciá-los do resto do mundo, isto é, da suposta não-arquitetura” (KAPP, NOGUEIRA, BALTAZAR, 2009, p. 16). De acordo com Kapp, Nogueira e Baltazar (2009), desde a sala de aula, o arquiteto é, então, ensinado a seguir convenções e rituais de desenho, onde a originalidade se pauta na decisão do “conceito” do objeto. O “modo architectorum” é, assim:

(...) uma espécie de cortina de fumaça que tenta velar o fato de que a arquitetura se resume a fazer desenhos para edifícios na maneira praticada na Europa desde o Renascimento (BANHAM, 1999), subordinada a uma série de relações de poder das quais os envolvidos nem sequer têm consciência. Pode-se dizer que o canto do cisne de Banham sintetiza o fundamento da colonialidade na arquitetura, mostrando que o “sistema secreto de valor” iniciado no Renascimento Italiano vem sendo reproduzido, desde então, no ensino e na prática da arquitetura ocidental (BALTAZAR, 2020, p. 122).

Para Moassab (2020), o ensino da arquitetura também é uma das grandes chaves de disputa dos aportes epistemológicos que são reproduzidos pelos arquitetos. Em seus trabalhos, têm tentado demonstrar como o uso de outros horizontes epistêmicos “pode ajudar a superar a universalidade, neutralidade e abstração das metodologias verificativas, hegemônicas na área” (MOASSAB, 2020, p. 12). Ao tratar sobre o ensino de estruturas, Moassab (2020) afirma existir um saber científico dominante e “nortecentrado”, que se pauta na hegemonia de certos materiais, a dizer, majoritariamente, o concreto armado, e de mecanismos de reprodução exclusivamente por cálculos matemáticos.

Para ela, entre a separação do trabalho intelectual/braçal (e sua conseqüente exploração) e a materialização do desenho, “há uma dimensão oculta nesse debate que diz respeito à escolha tecnológica e o seu vínculo indiscernível com o capitalismo” (MOASSAB, 2020, p. 11). Assim como Ferro (2006), Moassab afirma que a hegemonia do concreto armado como solução tecnológica tem reiterado a condição de alienação e exploração do trabalho típica do capitalismo e da modernidade. E, assim, “a compreensão da tecnologia construtiva dentro do modelo de exploração do trabalho, agudizado pelo avanço do capitalismo, não pode ser apartado, na América Latina, de uma análise da violência colonial” (MOASSAB, 2020, p. 14). Em primeiro lugar, por continuar velando o debate racial evidente no contraponto entre os corpos de quem projeta e os de quem constrói. “A exploração da mão-de-obra pela construção civil tem cor: quem carrega o saco de cimento é o trabalhador negro” (MOASSAB, 2020, p. 14). Nesse sentido, o modo de produção capitalista do espaço, pautado pela exploração do trabalho, carrega o racismo estrutural inerente ao capitalismo, e a falta desse debate a partir do ensino e da prática desses profissionais reafirma uma condição de poder, por serem, em grande maioria, aqueles que não vivenciam isso (MOASSAB, 2020).

Em segundo lugar, o concreto armado, muito difundido como sistema construtivo hegemônico a partir do século XX tanto em países socialistas quanto capitalistas, traz, segundo Moassab (2020), em sua estrutura econômica e produtiva, uma condição que “alimenta e é alimentada pelas estruturas de poder” (MOASSAB, 2020, p. 11). Como um

modelo que previa o desenvolvimento e a produção em série e tendo como base o cimento, uma das principais commodities do mundo, o uso hegemônico do concreto armado, principalmente no Brasil, esclarece uma relação direta entre as grandes empreiteiras e o estado.

(...) as empreiteiras e esse modelo construtivo são tributários do concreto armado, que por sua vez, é o material por excelência da arquitetura moderna, tendo se consolidado definitivamente no país com a construção de Brasília. A sua hegemonia foi garantida ao longo das décadas seguintes, em pleno vigor durante a ditadura militar, tanto pelo seu poder simbólico quanto pelos fartos contratos faraônicos do período. São estas as empreiteiras tão criticadas por Sérgio Ferro pela brutalidade e a exploração do trabalho do canteiro de obras, já na construção da nova capital (MOASSAB, 2020, p. 11).

Retoma-se novamente, assim, à máxima: exploração do trabalho para extração de mais-valia. Processo que não se iniciou com a ascensão do concreto armado, mas onde “há um salto tecnológico, que é também de escala, e corre em simultâneo com o avanço do capitalismo” (MOASSAB, 2020, p. 12). Para a arquiteta brasileira Luciana Andrade (2020), a arquitetura está submetida a uma série de decisões técnicas que impõem “visões de mundo a respeito de como conceber e habitar o território, a cidade e a arquitetura” (ANDRADE, 2020, p. 143), visões que reforçam, na “América Latina”, o caráter subdesenvolvido e dependente. Segundo Ferro (2006): “enquanto a arquitetura não afastar de si a gigantesca e nojenta exploração da força de trabalho que materializa seus desenhos – o que obviamente não pode fazer sozinha – ela não pode escapar da sombra de uma vergonhosa hipocrisia” (FERRO, 2006, p. 304). Mas será que a contradição não é inerente ao campo?

Pode-se afirmar que:

(...) sistemas construtivos, morfologias e tipologias modernas são hegemônicos porque foram geo-historicamente impostos conjuntamente à destruição de sítios urbanos, extinção ou resignificação de concepções espaço-temporais autóctones e obliteração de outros saberes tectônicos e estéticos (Mignolo, [1995] 2010, p. 219-313). Além disso, a “imagem” e a “boa forma” da cidade (Lynch, [1960] 1997; [1981] 2007) são idealizadas com base na experiência de grandes centros urbanos da Europa e dos Estados Unidos. Assim, ao terem sido tomadas como universais, formas e tipologias euro-americanas tornaram-se móveis – porque exportáveis – e difundiram-se particularmente nas cidades latino-americanas, subalternizando as especificidades de cada lugar (Martínez Espinal, [1989] 2013, p. 59; Britto, 2018, *passim*) (FREIRE-MEDEIROS, NAME, 2019, p. 164).

É nesse sentido que a crítica ao modelo construtivo hegemônico tem relação direta com a crítica ao ensino de arquitetura vigente. Segundo Baltazar (2020), “a prática colonizadora está implícita no processo de produção da arquitetura ocidental e vem sendo reproduzida inquestionadamente na formação dos estudantes de arquitetura” (BALTAZAR, 2020, p. 124), seja pela reprodução da hegemonia do sistema construtivo, seja pela falta do

debate sobre a exploração e o racismo estrutural, seja pelo centramento no urbano, etc. Moassab (2020) critica a criação de uma “arquitetura em série”, produzida por um modelo de ensino que se furta a olhar para dentro do campo. Concordando com a arquiteta brasileira Gabriela Leandro Pereira (2020), “tem um lugar que a modernidade ocupa idealizado pelo campo da arquitetura que precisa ser desmontado”, revelando como as violências e as relações “extremamente desiguais de poder e da forma” o constituíram (PEREIRA *apud* O OLHAR, 2020).

Os povos originários da América Latina deixaram um legado riquíssimo no que tange a grandes estruturas, como por exemplo a população andina e seus conhecimentos apurados no campo das estruturas antissísmicas. Ainda, pode-se citar a rede de estradas incaicas; Chan Chan, a cidade de adobe para 50 mil habitantes, construída há mais de mil anos; as chinampas, um sistema de fundações que sustentava a cidade flutuante de Tenochitlan, capital do império Asteca; as habitações flutuantes ribeirinhas no Brasil, feitas com Açacu, capazes de durar por mais de quarenta anos. Onde elas estão no ensino de arquitetura, nas pesquisas sobre tecnologia? (MOASSAB, 2020, p. 13).

O ensino da história da arquitetura é também um grande exemplo dessa invisibilização. No caso brasileiro, para Pereira (2020), ao eleger a arquitetura portuguesa, ou a arquitetura colonial, como fundadora da arquitetura brasileira, descartam-se as referências “pindorâmica” e “afrodiaspórica”, elegendo dentre elas apenas alguns símbolos para dialogar com a “arquitetura modernista europeizada” (PEREIRA *apud* O OLHAR, 2020). Como afirma Baltazar (2019), a narrativa da história oficial, ao enaltecer o modernismo a partir de uma visão colonizada, “não apenas apaga apropriações populares da arquitetura europeia, como a arquitetura colonial portuguesa e o ecletismo, mas também ignora o vernáculo, sem o qual não se pode compreender a racionalidade construtiva da arquitetura brasileira”¹¹ (BALTAZAR, 2019, p. 82 [tradução própria]). E o discurso do país moderno vai sendo, assim, construído nos âmbitos da estética, do projeto, da organização dos espaços, camuflando o histórico de violência por meio de um apaziguamento, “onde os símbolos da branquitude são eleitos e, algumas referências estéticas esvaziadas completamente de sentido, são incorporadas enquanto pertencentes dessa cultura miscigenada” (PEREIRA *apud* O OLHAR, 2020).

A miscigenação, inclusive cultural, é uma das ferramentas epistemológicas aplicadas pela modernidade. Ao abordar o mito da democracia racial, Pereira (2020) afirma ser esta a “construção de uma ideia de nacionalidade, onde a mestiçagem, em direção à um

¹¹ Do original: “(...) not only erases popular appropriations of European architecture, such as Portuguese colonial architecture and eclecticism, but also ignores the vernacular, without which one cannot understand the constructive rationality of Brazilian architecture” (BALTAZAR, 2019, p. 82).

branqueamento, vai ser algo extremamente defendido como a possibilidade de gerar uma sociedade multiracial” (PEREIRA *apud* O OLHAR, 2020). O incentivo à imigração europeia para as Américas reitera a construção de um projeto de nação baseado na ideia de um país mestiço, embranquecido, e que esconde muitas violências. “Como é que vamos construir um projeto de nação tendo esse histórico de violência? Forjando que somos um país da democracia racial” (PEREIRA *apud* O OLHAR, 2020).

O geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2021) caracteriza este como um processo de hibridização forçada, que por ter sido imposto a partir das experiências de colonização, representam importantes perdas culturais. No entanto, acrescenta a este debate os hibridismos antropofágicos, discussão trazida por diversos autores dos estudos de(s)coloniais e que teve inspiração na “utopia antropofágica” do escritor modernista brasileiro Oswald de Andrade. “A antropofagia oswaldiana surgiu sob o signo do paradoxo, pois representou uma abertura à experiência do novo através da releitura do arcaico” (HAESBAERT, 2020, p. 79). Nesse caso, essa hibridização ou transculturação se vincularia à um rompimento da “cultura messiânica” e patriarcal do colonizador com a cultura liminar, “antropofágica” e matriarcal, dita selvagem dos povos originários” (HAESBAERT, 2020, p. 80). A antropofagia:

(...) pode impeli-las para o novo (na imbricação com o antigo), que também pode ser mais rico. (...) a sociedade antropofágica viola o intocável, rompe com os limites (ou vive pelos/nos limites...), des-reterritorializa-se em um espaço onde a diferença, a multiplicidade, não é simplesmente um estorvo ou resquício, é uma condição de existência e de recriação não-estabilizadora do novo (HAESBAERT, 2021, p. 80).

Pensar a partir desses hibridismos seria uma aposta, não de um olhar positivista sobre a mestiçagem, mas de uma produção que também rompe com os purismos (trazidos pela própria experiência da colonização) e produz conhecimentos intersticiais e que se deglutem num movimento contínuo. É perceptível como esta hibridização ou mestiçagem forçada está intrinsecamente relacionado com a produção do espaço e dos objetos arquitetônicos nas cidades brasileiras. De acordo com o arquiteto brasileiro Paulo Tavares (2020), a arquitetura e suas dimensões têm sido utilizados como instrumentos da colonialidade:

(...) que legitimam um discurso de modernidade, de progresso, de desenvolvimento, de civilização, que é construído em cima de uma violência estrutural. Mas que é velada por certos mecanismos, procedimentos, imagens, arquivos, que encontram na arquitetura, principalmente na arquitetura moderna brasileira, uma espécie de véu ideológico, que inibe que a gente veja essa violência e que de alguma maneira a gente responda a essa violência de uma maneira adequada (TAVARES *apud* O OLHAR, 2020).

No entanto, destacar algumas destas questões no âmbito do ensino da arquitetura não as caracteriza como pontuais. Segundo Andrade (2020), a questão está na própria estrutura e

organização dos cursos de ensino superior, tanto na base epistêmica quanto na fragmentação das disciplinas, o que impede um diálogo transdisciplinar inerente. Para ela, “se o curto-circuito na comunicação se dá no próprio interior do modelo epistêmico da modernidade (CASTRO-GÓMEZ, op. cit.), as trocas entre os saberes popular e técnico-científico ficam praticamente inviabilizadas” (ANDRADE, 2020, p. 143).

Baltazar (2020) atrela prática e ensino em um *loop* infinito — pode-se acrescentar que com algumas rupturas e mudanças de rota —, onde talvez não exista saída para a reprodução da colonialidade na arquitetura. No entanto, destaca a importância de colocar essa relação dialética em xeque sendo possível “pensar na antropofagia oferecendo uma perspectiva crítica para o modo de produção do espaço e no giro decolonial informando a crítica do processo de socialização dos futuros arquitetos” (BALTAZAR, 2020, p. 124). Para isso, ela retoma à primeira crítica contundente ao paradigma colonial na arquitetura, construída em 1499 pelo dominicano italiano Francesco Colonna, propondo “a mudança da representação para a interação, trazendo para a arquitetura a possibilidade do tempo presente, para além das representações do passado e do futuro” (BALTAZAR, 2020, p. 122). Em seu livro, *Hypnerotomachia Poliphili*, Colonna apresenta o personagem Poliphilo, que deve escolher uma entre três portas para chegar à sua amada Polia (a arquitetura). Cada uma delas apresenta um tipo de vida diferente, que está vinculado com o modo com que se relaciona com a arquitetura. Ao invés da arquitetura como arte liberal e ciência, ou como arte mecânica, Poliphilo escolhe a porta em que “aposta na arquitetura como processo contínuo, levando em consideração a necessidade de autonomia das pessoas para lidarem com seus próprios desejos (BALTAZAR, 2014)” (BALTAZAR, 2020, p. 123)¹².

Outro exemplo dessa mobilização pela de(s)colonização do “modo architectorum” é trazido por Alfredo Gutierrez Borrero (2020), pesquisador colombiano da área do design, ao destacar o trabalho do arquiteto morávio Bernard Rudofsky, em sua obra “*Arquitectura sin architectos*”, de meados nos anos 60. Bernard “chamou atenção sobre o quão estreita é a história oficial da arquitetura e reivindicou uma arquitetura sem pedigree, sem predecessores”, validando formas construtivas outras, muitas vezes consideradas erroneamente como exóticas, como as “vernáculos, anônimas, espontâneas, indígenas e rurais” (BORRERO *et al*, 2020, p. 70).

Interpreto que essa arquitetura sem arquitetos é também uma arquitetura sem arquitetura: é uma arquitetura com outros nomes que lhe foram dados por aqueles

¹² Ver mais em BALTAZAR, 2020.

que comunalmente a praticaram. O corpo da teoria arquitetônica não poderia apropriar-se, a partir de um olhar disciplinar com base em sua tradição, sobre algo que em outras tradições é considerado simplesmente outra coisa – ainda que se possa relacioná-lo com a arquitetura (BORRERO *et al.*, 2020, p. 71).

Discordando brevemente de Borrero (2020), a lógica não é e não deve ser o encaixotamento destas formas e práticas outras, o que ele afirma como essa apropriação disciplinar, por isso a necessidade de se olhar com profundidade para o que é a arquitetura que tanto se proclama. A lógica deve ser radical, no sentido próprio da palavra, ela é pertencente à raiz ou à origem da questão, ao modo de produção. O que vai ao encontro do significado de arquitetura proposto por Kapp, Baltazar e Morado (2008) enquanto “a transformação do espaço pelo trabalho humano” (KAPP, BALTAZAR, MORADO, 2008, p. 23). A arquitetura estaria, assim, vinculada a um processo e não a um produto, não dependendo “de tamanho, escala ou função, nem da presença de um desenho ou plano prévio”, e incluindo “enfaticamente, espaços cotidianos tais como moradias ou equipamentos públicos despretensiosos (...)” (KAPP, BALTAZAR, MORADO, 2008, p. 23). Desta forma, todo um universo arquitetônico, que sempre foi excluído do campo, passa a ser pleiteado. É nesse sentido que Kapp, Nogueira e Baltazar (2009) se referem a dois modos de operar pela arquitetura: “um da prática teorizada e institucionalizada, cujo foco está no projeto e no discurso; e outro, bem mais amplo, da prática pautada na experiência empírica e focada na construção e no uso” (KAPP, NOGUEIRA, BALTAZAR, 2009, p. 56).

(...) se quisermos discutir práticas alternativas, o primeiro passo é romper essa lógica excludente e tomar toda transformação do espaço pelo trabalho humano como objeto de investigação e reflexão. Isso significa abrir mão dos ideais de autoria e integridade das obras arquitetônicas, bem como do pressuposto de que usuários e construtores são sujeitos passivos, dispostos a conformar todas as suas ações à imaginação de um arquiteto (KAPP, BALTAZAR, MORADO, 2008, p. 24).

O próprio uso de certos conceitos, como “usuário”, nos discursos arquitetônicos indicam uma “manifestação da ordem heterônoma que pressupõe o indivíduo como incapaz de decidir sobre o espaço” (LOURENÇO, 2014, p. 156). Nesse sentido, o vocabulário e a linguagem produzidos pela arquitetura representam mais uma das ferramentas de imposição. A codificação dessa linguagem com o outro reforça um “capital linguístico” utilizado enquanto performatividade dessa relação de poder e assume uma violência simbólica. Assim, deve-se apreender que discurso, linguagem e poder estão imbricados e, por isso, esse é um processo contínuo de disputa no campo.

Os seres humanos e os territórios que eles ocupam, individual e coletivamente, trazem per se a diferença e a desigualdade. Quando categorias-conceitos e indicadores-índices são construídos ou selecionados, lembrados ou esquecidos, aceitos ou rejeitados, na tentativa de se apreender tais diferenças ou desigualdades,

estes se estabelecem inevitavelmente como partes fragmentadas resultantes de processos teórico-práticos, trazendo implicações em relação ao que está de um lado (Nós) ou do outro lado (Outros). Esses momentos nos quais se define ou se localiza algo sempre envolvem acesso desigual ao que se conhece e, portanto, sempre envolvem relações de poder. Para além desse aspecto, a definição, a classificação, a mensuração e a comparação são também reguladas pela violência da linguagem que inclui e, inevitavelmente, exclui (MORADO, 2021, p. 411).

A arquiteta brasileira Denise Morado (2021), aborda a questão da linguagem a partir de um questionamento de categorias-conceitos e de indicadores-índices, como o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, utilizados para balizar práticas e a construção de políticas públicas. Sobre os índices, por exemplo, afirma que, ao partir de categorias homogeneizadoras de modos de se viver e habitar, estes achatam uma outra diversidade existente e qualificam-na enquanto deficitária a partir destes parâmetros. Segundo Morado (2021), esse outro modo de vida é, assim, não reconhecido “quando fora de determinadas condições de normatividade” (MORADO, 2021, p. 443). Essa é uma violência simbólica, codificada no desenho e nos números, permeada por um jogo de interesses. Para Morado (2021), deve-se buscar despír o que está por trás e o que escapa. Indicadores, estatísticas, mapas, devem ser entendidos como produtos pré-construídos e não neutros, qualificados a partir de algum olhar e carregados de um poder simbólico. Da mesma forma, a utilização de certos conceitos, sem a devida apreensão deste olhar que está por trás de sua definição, reiteram práticas que se impõem “de forma silenciosa por meio de uma estrutura obscura de comunicação e de difícil acesso à interpretação de valores” (MORADO, 2021, p. 442).

O escritor camaronês Bonaventure Soh Bejeng Ndikung (2019), em seu texto “Des-outrização como método (LEH ZO, A ME KE NDE ZA)”, propõe pensar o conceito de des-outrização como “um fenômeno em que a construção da identidade social não seja feita pela projeção sobre um chamado “outro”, mas por uma projeção em direção a si mesmo” (NDIKUNG, 2019, p. 65). De certa maneira, Ndikung (2019) reitera o pensamento da cientista política belga Chantal Mouffe, sobre a produção do outro. Nesse sentido, para existir um “nós” é necessário existir um “eles”. Para ele, “para um indivíduo ou uma sociedade conhecer ou definir a si mesmos, é preciso definir outro indivíduo ou sociedade - que o primeiro indivíduo ou sociedade não seja ou não deseje ser” (NDIKUNG, 2019, p. 65). Um dos grandes problemas é a produção, no entanto, de um lugar de projeção para “todo tipo de características identitárias indesejáveis. Essa é a linha tênue que separa o mero desejo de “outrizar” para descobrir a própria identidade daquela outrização que discrimina e segrega” (NDIKUNG, 2019, p. 65).

Sendo a outrização uma forma de ver e estar no mundo, Ndikung (2019) afirma um necessário desvelamento e reconhecimento dos atos e processos de outrização, revelando as “tendências profundas” que a “alimentam, justificam, efetivam e mantêm” (NDIKUNG, 2019, p. 65). Ele afirma que: “é nesse reconhecimento do mecanismo ou da tecnologia da outrização que poderemos conseguir evitar as materializações de ambos, substantivo e verbo - outrizado e outrizar” (NDIKUNG, 2019, p. 65), e daí viria a resistência. O crítico literário brasileiro Márcio Seligmann-Silva (2019), sobre o método proposto por Ndikung (2019), afirma que este:

(...) no entanto, não é inocente e sabe que, aquém ou além de binarismos, nossas narrativas necessitam de um solo, mínimo que seja, de identidade para instituir a linguagem. Trata-se de pensar as diferenças como devires, e não como mônadas sólidas (...). O subtítulo ardiloso de *Bonaventure*, “mantenha o seu e eu mantenho o meu”, não quer indicar, parece-me, uma nova luta identitária, na qual simplesmente colocaríamos de ponta-cabeça as hierarquias norte-sul que operam política e economicamente no mundo, hoje, mantendo intocada essa lógica binária metafísica. Antes, essa dualidade não deve ser pensada dentro de um binarismo estanque, mas sim a partir de uma nova ética da responsabilidade (SELIGMANN-SILVA, 2019, p. 25).

Isso vai ao encontro do que afirma o antropólogo francês Bruno Latour (2012), em seu livro “Reagregando o Social”, sobre a constituição de grupos sociais. Para ele, a sociedade não seria composta por grupos estanques, estes estariam sempre em formação a partir das relações em rede entre muitos atores, humanos e não-humanos. Nesse sentido, a des-outrização seria um método crítico aos discursos hegemônicos que utilizam da criação do “outro” para reiterar processos de exclusão, objetificação, dominação e invisibilização, como é no caso da colonialidade. Concordando com Moassab (2020), “coisas interessantes podem emergir ao (re)focarmos esse universo ocultado pela produção de conhecimento da modernidade ocidental” (MOASSAB, 2020, p. 14).

Nesse sentido, o arquiteto cubano Farrés Delgado e o urbanista espanhol Alberto Matarán Ruiz (2012) defendem o resgate de teorias marginalizadas pela modernidade e pelo capitalismo, pleiteando uma teoria urbana transmoderna e de(s)colonial (ANDRADE, 2020). Segundo Delgado (2020), “a hegemonia epistêmica ocidental reflete-se também na reprodução dos modelos urbanos e territoriais promovidos no “norte global” e que tem lugar no sul global” (DELGADO, 2020, p. 293).

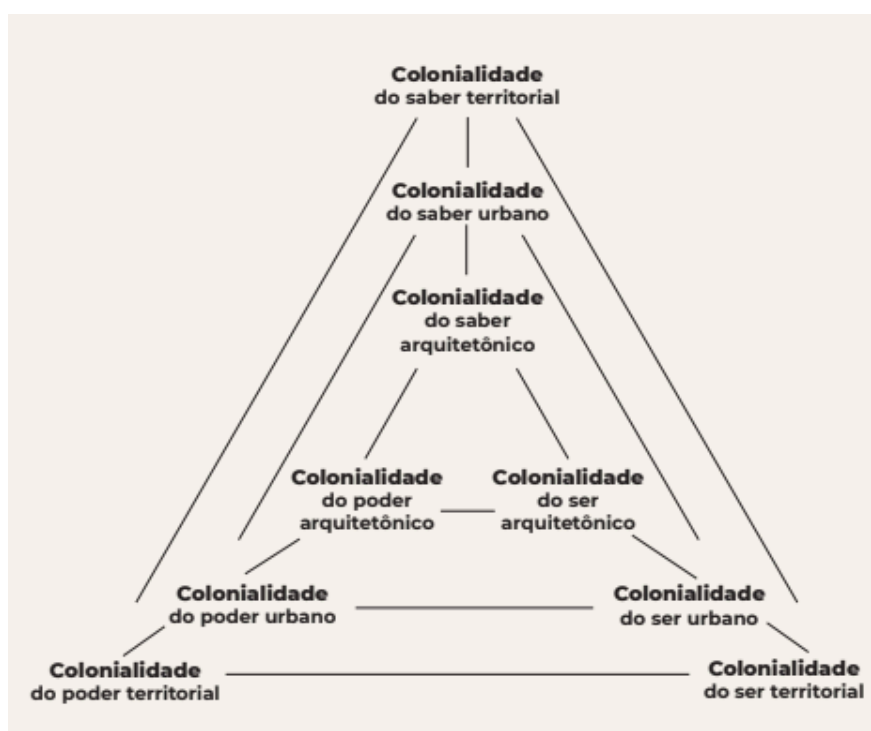
Desde esta perspectiva, es posible seguir el concepto general sobre colonialidad ofrecido por Castro-Gómez (2007a) y definir la colonialidad territorial, manifestación particular del mismo, como el conjunto de patrones de poder que en la praxis territorial sirven para establecer hegemonícamente una concepción del territorio sobre otras que resultan «inferiorizadas». Asimismo, referir la estructura triangular entre el saber territorial, el poder territorial, y el ser territorial

(DELGADO, RUIZ, 2012, p. 152).

A colonialidade territorial seria, assim, uma das formas de espacialização da colonialidade do saber, do ser e do poder. A colonialidade do ser territorial estaria relacionada à hegemonia do “ser urbano” sobre formas de existência não urbanas, “o que, para o contexto cubano, é a forma campesina, mas em termos mais gerais poderia incluir as formas nômades e indígenas, e inclusive os seres não humanos” (DELGADO, 2020, p. 102). A colonialidade do poder territorial se relacionaria ao “âmbito da intersubjetividade no qual certo grupo de pessoas define o que é territorialmente correto e, portanto, ostenta o poder de enunciação” (DELGADO, 2020, p. 293), o que se pode relacionar à discussão do território formal ou informal. E a colonialidade do saber territorial ao domínio de certos saberes sobre as decisões de como “conceber e habitar o território, a cidade e a arquitetura” (DELGADO, 2020, p. 293). Somado à este triângulo da colonialidade territorial, Delgado (2020) afirma que:

Se considerarmos a arquitetura, a cidade e o território como manifestações em distintas escalas de uma categoria de maior generalidade (o ambiente construído), podemos proceder de forma análoga a Farrés Delgado e Matarán Ruiz (2012) e assim definir a “colonialidade arquitetônica” como a hegemonia de uma concepção de arquitetura sobre outras, que se articula a partir da “colonialidade do saber arquitetônico”, a “colonialidade do poder arquitetônico” e a colonialidade do ser arquitetônico”. E fazer o mesmo em termos urbanos (DELGADO, 2020, p. 293).

Figura 1: Aproximação da estrutura da colonialidade territorial/urbana/arquitetônica.



Fonte: Elaboração por Delgado (2020).

A partir da estrutura triangular acima, Delgado (2020) aproxima as três dimensões das três colonialidades, abrindo o horizonte da colonialidade do poder, do saber e do ser para um viés espacial. Em seu texto, Delgado (2020) acaba não esmiuçando sobre todas as dimensões propostas na imagem, mas aborda especificamente a colonialidade do saber arquitetônico. A partir da divisão, mesmo que não tão desvinculada, entre o “saber prático” e o “saber teórico”, afirma existirem “dois grandes grupos de hierarquias: 1) com respeito a “saber produzir objetos arquitetônicos” (o saber prático); e 2) com respeito a “saber avaliar objetos arquitetônicos” (o saber teórico)” (DELGADO, 2020, p. 294). Estas são divisões que já estavam há tempos sendo postuladas no campo da arquitetura, como mostrado anteriormente, mas o que Delgado e Ruiz (2012) afirmam é que elas demonstram uma questão mais profunda, de eurocentrismo, por isso a necessidade de se incluir a discussão no horizonte de(s)colonial. No primeiro grupo, do saber prático, encontram-se:

(...) as hierarquias relacionadas a “saber representar”, “saber projetar”, “saber construir”, “saber pensar” e “saber aprender”, mencionadas pelo arquiteto e professor colombiano Alberto Saldarriaga (1996); e no segundo, a hierarquia que envolve o “saber ver” defendido por Bruno Zevi (1948) ou, dito de outro modo, o “saber apreciar” que abrange o “saber estético” (ou simplesmente a estética) (DELGADO, 2020, p. 294).

Para isso, Delgado (2020) retoma Grosfoguel (2009) quando descreve haver uma “hierarquia estética global pela qual se privilegiam as formas de beleza e gostos ocidentais e se inferiorizam as formas de beleza e gostos não ocidentais” (GROSFOGUEL *apud* DELGADO, 2020, p. 294). Isto se relaciona ao que o pesquisador mexicano Joaquín Barriendos (2019) chamou de “colonialidade do ver”. Para ele, é um conceito que, ao se estabelecer como contraponto entre os níveis epistemológico, ontológico e corporático, abre um outro campo de análise, “das maquinarias visuais de racialização que acompanharam o desenvolvimento do capitalismo moderno/colonial” (BARRIENDOS, 2011, p. 41). Existiriam, assim, “regimes da visualidade impostos pelo Ocidente” (DELGADO, 2020, p. 294), a partir da hegemonia de produção de certos objetos e do modo de produção arquitetônica. Essas arquiteturas são, dessa forma, reflexos materiais da lógica que “nega a validade de toda a experiência não ocidental, ou a subordina a seus interesses criando “linhas abissais” (cf. SANTOS, 2009, p. 31-38) entre a “mesmidade” e a “alteridade” ”(DELGADO, 2020, p. 295). Portanto, pode-se afirmar que a colonialidade não é abstrata:

(...) ela se “espacializa” na sobrevalorização de territórios, corpos, objetos e saberes de matrizes e padrões de poder branco-burgueses; e, sobretudo, na ocupação, transformação, exploração, inferiorização e destruição de territórios, corpos, objetos e saberes outros (NAME e ZAMBUZZI, 2019). Sendo assim, é pertinente se esmiuçar as espaciotemporalidades da colonialidade (...) (MOASSAB *et al*, 2020, p. 20).

2.2. O modo de produção capitalista do espaço

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc., até à polícia formalmente constituída. (...) Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...) (GONZALES apud GONZALES, 1984, p. 232).

O espaço, sendo constituído e constituinte das relações sociais, tem, no capitalismo, violentos processos como suporte para sua produção e reprodução, tendo em vista sua indissociabilidade com as práticas coloniais/modernas. Retomando a condição de Centro-Periferia, trazida por Quijano (2005), têm-se, assim, a produção de cidades pensadas a partir desse centro, do colonizador, onde as relações de dominação se reproduziram para as diversas esferas da vida social e se transformam em espaço (LOPES *et al*, 2019, p. 146). O território “latinoamericano” foi, então, constantemente espoliado das diversas camadas populares e tradicionais, colocadas à margem dessa cidade “formal”. Segundo a arquiteta brasileira Rita Velloso (2020), “assim foram submetidos no princípio da colonização os indígenas, a seguir os negros escravizados, e, desde que vivemos o ciclo da modernidade das cidades republicanas, os pobres urbanos” (VELLOSO, 2020, p. 156). Assim, o acesso ao trabalho, à renda, à propriedade e a outros direitos básicos se deu de forma desigual para as diferentes raças, etnias e classes sociais.

O modo como se deu o acesso à terra sinaliza a base da formação territorial das grandes cidades “latinoamericanas”, pautadas pela segregação socioespacial, e, principalmente no caso brasileiro, também racial¹³. Este processo se exacerbou com o avanço da urbanização e da industrialização nas grandes cidades, somado à intensa migração rural, consolidando processos de periferização desses sujeitos subalternizados. Soma-se à isso

¹³ Ver mais em: SILVA, Lisandra Mara. Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

também, como bem exemplifica o cientista político Lúcio Kowarick (1979) e o sociólogo Francisco de Oliveira (2003), ambos brasileiros, uma nova condição dos trabalhadores dessas periferias do poder: expedientes de superexploração da força de trabalho, “condições de pauperização absoluta ou relativa a que estão sujeitos os diversos segmentos da classe trabalhadora” para reprodução da vida (KOWARICK, 1979, p. 59). Outra condição, que segundo Kowarick (1979) decorre da superexploração, é o da espoliação urbana:

(...) somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho (KOWARICK, 1979, p. 59).

Nesse sentido, há uma relação direta entre “precariedade” e produção do espaço nesses territórios periféricos. Segundo o arquiteto brasileiro Pedro Fiori Arantes (2009), “como a reprodução da força de trabalho é um fenômeno que se dá no espaço, sua condição precarizada gerava reciprocamente uma urbanização *sui generis*”. E o geógrafo brasileiro Thiago Canetti (2019) ainda acrescenta que isso “implicava em estratégias de produção do espaço, tanto do poder do capital, quanto da sobrevivência dos trabalhadores que determinavam as formas que o tecido urbano assumia” (CANETTI, 2019, p. 1925). Para ele, os autores Kowarick (1979) e Oliveira (2003), somados ao que a arquiteta brasileira Ermínia Maricato (1996) traz com a urbanização dos baixos salários, fazem a grande virada para a posterior teoria crítica do urbano, quando passam “a considerar a cidade e sua produção como parte decisiva da produção e reprodução do capital (CANETTI, 2019, p. 1925)”.

A cidade, como mencionado por Pereira (2020), é um território não imune às inscrições da colonialidade e, por isso, deve-se entender “como esse território opera na contemporaneidade, onde se acumula e se atualiza várias das dimensões dadas” (PEREIRA *apud* O OLHAR, 2020). Nesse sentido, as cidades, que se pautaram majoritariamente pela reprodução dessas desigualdades, refletiram, principalmente, a falta de acesso à infraestrutura básica e à moradia digna para grande parte da população, que precisou encontrar suas próprias alternativas, com a saída na autoprodução do espaço, onde se consolidam territórios de resistência, ou, como o jornalista uruguaio Raúl Zibechi (2015) reforça, territórios em resistência. Kowarick (1979) afirma que a construção da própria casa, através da ajuda mútua ou do mutirão, se constituiu, assim, como a única possibilidade para aqueles que não conseguiam pagar um aluguel e muito menos se cadastrar em empréstimos financeiros. Quando nem o Estado nem o mercado formal traçam soluções eficazes para suprir a demanda por habitação adequada, a autoconstrução se consolida como o eixo de maior presença nas

idades “latinoamericanas”, como se pode ver há décadas com as barriadas e invasões no Peru, as tomas de tierra no Uruguai, os campamentos no Chile, as ocupaciones de edificios na Argentina, as favelas e ocupações no Brasil.

Grande parte da produção habitacional na “América Latina” se faz sem o Estado e apesar do mercado. E essa ausência pelo Estado, segundo Oliveira (2003) confirma uma lógica de acumulação direta no desenvolvimento das cidades, por promover uma produção do espaço urbano (entendendo que a autoconstrução não se limita à construção de moradia) por trabalho não pago.

(...) essa “solução” do problema habitacional contribuiu para deprimir os salários pagos pelas empresas aos trabalhadores. Eliminando-se dos custos de sobrevivência da força de trabalho um item importante como a moradia, os salários limitam-se a cobrir os demais gastos essenciais, como o transporte e a alimentação (KOWARICK, 1979, p. 41).

Há cada vez mais, então, um espaço produzido socialmente pela classe trabalhadora espoliada à margem do dito formal – que se reproduz a partir de uma infraestrutura planejada e garantida enquanto direito. Segundo Kowarick (1979), estes territórios se colocam majoritariamente às margens dos centros urbanos, às periferias. Aí o que se pode afirmar como a periferia da periferia do poder. No entanto, para além de territórios geograficamente distantes do centro, como afirma Kowarick (1979), “clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica” (KOWARICK, 1979, p. 31), são territórios com uma condição urbana de disputa e com especificidades nas relações de reprodução da vida. Entendendo ser esta uma questão não exclusiva das áreas fisicamente marginais, podendo ser encontrado no centro das cidades – como os cortiços, vencindades, conventillos, que são uma realidade muito presente nas capitais “latinoamericanas” desde o início do século 20, assim como as ocupações urbanas verticais e horizontais brasileiras – pode-se afirmar aqui uma outra forma de condição periférica, que se relaciona com um conjunto de relações sociais e espaciais históricas presentes nesses territórios. Nesse sentido, é sintomático quando um morador da Ocupação Carolina Maria de Jesus¹⁴ se afirma enquanto uma resistência de periferia, mesmo morando no centro de uma grande capital. Estes são territórios em resistência que estão inclusive disputando os centros das grandes cidades “latinoamericanas”.

¹⁴ Ocupação organizada pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB, em 2017, com 200 famílias, na Avenida Afonso Pena, 2300, Funcionários, e que após acordo com o Governo do Estado, mudou com parte das famílias para um antigo hotel abandonado na Rua Rio de Janeiro, 109, no centro de Belo Horizonte, onde resiste até hoje.

Segundo Canettieri (2019), quando Oliveira (2003) trata da industrialização e da entrada brasileira no mercado mundial do capital, ele afirma “uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado moderno cresce e se alimenta do atrasado” (OLIVEIRA *apud* CANETTIERI, 2019, p. 1925). Nesse sentido, a modernização não teria relação com uma superação do “atraso”, “tampouco faria parte de seu diagnóstico a interpretação de que o arcaico era a trava do desenvolvimento” (CANETTIERI, 2019, p. 1925). Segundo Kowarick (1979):

(...) é preciso frisar que as necessidades sociais são forjadas historicamente e, neste sentido, nada leva a afirmar que a conquista de certos benefícios tenha como consequência amortecer o conflito de classes: este é, por definição, dinâmico e insolúvel dentro de um sistema marcado pela apropriação privada do excedente econômico (KOWARICK, 1979, p. 73).

Como já mencionado pelo filósofo alemão Friederich Engels (2015 [1893]), “é a ordem social capitalista que gera reiteradamente as más condições que pretende sanar”, e completa que “enquanto existir o modo de produção capitalista, será loucura querer resolver isoladamente a questão da moradia ou qualquer outra questão social que afete o destino dos trabalhadores” (ENGELS, 2015 [1893], p. 96). Morado (2016b) afirma que a crise urbana vivida nas últimas décadas é agravada cotidianamente por alguns fatores, como a “intensificação do padrão periférico das cidades”, a “vinculação do capital imobiliário ao capital financeiro” e a “associação Estado-capital” (MORADO, 2016b, p. 01). Nesse sentido, a manutenção das relações de subordinação e de precariedade presentes nas periferias é uma condição posta para o desenvolvimento econômico capitalista. E isso é exemplificado pela dimensão que é o problema da terra e da moradia no Brasil e na “América Latina”. Pode-se, assim, dizer que as cidades se colocam como uma “multiterritorialidade de relações de dominação e subordinação-resistência” (TEIXEIRA, BARTHOLL *apud* ZIBECHI, 2015, p. 11). Mas podem, estas relações de resistência, estarem causando rupturas?

2.3. A partir das assessorias técnicas, um campo aberto

A cidade ou o espaço urbano é constituído pela relação de forças entre os atores sociais que o alimentam, o preservam ou o transformam de acordo com seus interesses em torno da disputa de seus objetos – incluindo moradia, museus, escolas, hospitais, espaços públicos, parques, transporte, serviços urbanos. Em outras palavras, a sociedade contemporânea está estruturada pela disputa por espaço urbano, por lugares, essencialmente a moradia, mas também estrutura a mesma

disputa, a partir do desentendimento que se tem ou não da cidade onde queremos viver ou da cidade que cotidianamente produzimos (MORADO, 2016a, p. 147).

A atuação das assessorias e assistências técnicas nasce a partir do confronto com o tipo de cidade que vinha e vem sendo produzida e reproduzida pelos diversos atores (Estado, mercado, técnicos, autoconstrutores), e que sempre esteve intimamente ligada à reprodução das colonialidades e à ascensão do capitalismo. No Brasil, é principalmente a partir das resistências e das lutas populares por terra e moradia que passaram a suscitar, pautando uma reorganização da estrutura fundiária no campo e na cidade, que se vê o surgimento das primeiras experiências de assistência técnica, questionando diretamente a posição de arquitetos e engenheiros dentro da lógica de produção do espaço. Nesse sentido, este tipo de atuação pode ser entendida como uma das diversas expressões e ferramentas que emanam da luta pelo acesso à terra e à moradia.

Desde as primeiras experiências de assistência técnica no Brasil, em meados dos anos 1970, se destaca a atuação desses técnicos através das entidades de base - sindicatos e conselhos de arquitetura e urbanismo - com a premissa de garantir o acesso de toda a população a este tipo de serviço e se vinculando a uma construção de marcos regulatórios deste tipo de atuação. Um dos primeiros marcos dessa construção política é a criação, em 1976, do Programa de Assistência Técnica à Moradia Econômica - ATME, em Porto Alegre, que abriu espaços para se discutir e instituir esse tipo de serviço como direito social e como instrumento de política urbana, caminhando para a homologação em 2008 da Lei Nº 11.888 de Assistência Técnica à Moradia de Interesse Social - ATHIS. Segundo o arquiteto brasileiro Caio Santo Amore (2016), esta atuação veio calcada no potencial de ampliação do mercado de trabalho para a categoria, “baseada na relação ‘uma família – um arquiteto – um projeto – uma obra’ ” (SANTO AMORE, 2016, p. 04).

A partir dos anos 1980, com o início da redemocratização no país e uma abertura para novas esferas de participação, um grande movimento de formação de assessorias ocorreu em São Paulo junto aos movimentos populares, muito inspirado pelas *cooperativas de vivienda por ayuda mutua* no Uruguai, de onde vem o termo *asesoramiento técnico* e onde se consolidava um trabalho coletivo por meio de mutirões autogeridos, permeados pela formação política e social. Essas experiências foram muito impulsionadas, posteriormente, pelas gestões estatais que incorporaram este tipo de atuação profissional em políticas públicas de provisão habitacional, como ocorreu em São Paulo, Ipatinga e Belo Horizonte, na década de 1980 e 1990. A partir delas, o uso do termo “assessoria” se consolida entre diversos movimentos e

profissionais que passam a incorporar práticas não hegemônicas e, cada vez mais, abertas aos diversos produtores e formas de se produzir o espaço.

Muitos pesquisadores discutem a diferenciação dos termos assessoria e assistência como ponto chave para entender o tipo de prática que tem regido a produção do espaço, principalmente o autoconstruído. Há de se pontuar, no entanto, que essa discussão, mesmo que ainda incipiente no campo, se faz pouco difundida para além do Brasil. Mesmo o termo assessoria tendo se inspirado nas práticas de *asesoramiento* uruguaias, percebe-se que a reflexão sobre o uso deste termo ou da assistência não se fazem constantes entre os grupos que atuam neste campo. Os próprios IATs (Institutos de Asistencia Técnica) da Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua - FUCVAM, no Uruguai, trazem consigo a base das práticas autogestionárias de *asesoramiento técnico* mas se qualificam enquanto política pública como institutos de assistência. Esta referência à *asesoria* ou à *asistencia* se faz de forma mais orgânica, não refletindo necessariamente a forma como o grupo atua em seu território, processo que pôde ser observado durante o desenvolvido do trabalho de conclusão de curso da autora.

Outro exemplo pode ser trazido a partir dos próprios moradores das ocupações urbanas, que por muitas vezes convocam estes técnicos como “a galera da universidade” ou “o povo da arquitetura”. Mas talvez isso diga mais sobre um lugar externo ao território, mesmo que ainda de parceria, ou sobre uma associação da arquitetura enquanto uma prática distante ao cotidiano em que vivem, do que necessariamente com o tipo de prática desenvolvida por estes grupos. Assim, aqui, mais do que esmiuçar esse debate, que muitas vezes congela os processos em binarismos estanques, cabe ressaltar uma tentativa de considerar os muitos atravessamentos como formadores dessa prática. Uma atuação que se volta muito mais aos entrelaçamentos com o cotidiano possível, sem idealizações de uma prática pura e genuína, entendendo a contradição do campo em sua raiz.

Os arquitetos brasileiros Junia Lima, Hernan Riera e Lucas Zanatta (2019) destacam que a busca por um modelo de atuação voltado para “formas mais compartilhadas e horizontais de trabalho” não impede necessariamente que em certos momentos as práticas se desenvolvam de forma assistencialista ou paternalista, uma vez que “demandam, ao longo de seus processos, múltiplas formas de atuação, em função dessa complexidade de fatores” (LIMA *et al*, 2019, p. 02). Assim:

Há momentos em que é preciso ser assistencialista, atendendo as urgências sociais das comunidades parceiras, mesmo que não representem os principais objetivos do trabalho em curso. Muitas vezes as condições de alguns grupos nos obrigam a focar primeiramente na solução de demandas básicas, tais como alimentação, acolhimento, dentre outros. Em outras ocasiões, até no mesmo processo, somos levados a tomar atitudes paternalistas, no sentido de impor limites aos horários, às demandas, e às falas (especialmente nas reuniões), de maneira a viabilizar os trabalhos, ou mesmo estabelecer algumas fronteiras impostas pelos nossos limites pessoais (cansaço, preocupações, falta de recursos etc.) (LIMA *et al*, 2019, p. 02).

As práticas junto aos territórios populares ainda são um horizonte em construção, que assim como o cotidiano, demandam lidar diariamente com contingências. O lugar do possível e dos muitos “jogos de cintura” talvez sejam a ruptura de uma prática hegemônica e passiva trazida pelo campo da arquitetura. Uma importante discussão que passa a permear a partir destas práticas é contra a dita neutralidade da atuação técnica que impede que se ultrapasse a lógica da prestação de serviço e realmente se discuta e construa práticas de transformação social junto aos territórios.

(...) ainda que os planos urbanos das ocupações e outros projetos ali realizados sejam utilizados da mesma forma que em quaisquer práticas institucionais e ainda que lhe seja inerente o mesmo caráter heterônomo, o próprio ato de trabalhar nessas situações envolve os arquitetos numa luta política. Queiram ou não, seu trabalho se torna parte de uma estratégia de resistência, de quebra de privilégios, de possibilidades que antes não existiam. E uma vez na luta política, os arquitetos não podem se esquivar de assumir posições também políticas. A atitude pretensamente neutra, tão comum aos técnicos em inúmeras outras situações, se torna impossível aqui. Nenhum arquiteto pode dizer que está ‘apenas’ fazendo o seu trabalho (LOURENÇO, 2014, p. 167).

E, por ser um trabalho também político, está em constante disputa e por isto é importante estar atento às relações de poder estabelecidas entre arquiteto e comunidade, que trazem à tona o tipo de saber e métodos que regem a produção do espaço. Uma crítica central é contra uma produção heterônoma, composta por certas relações assimétricas, onde o saber técnico se coloca como saber único, ou por trazer a contradição de se pensar um território que escape da experiência vivida da maioria dos profissionais ou por negar, em muitas situações, as práticas cotidianas da população na construção das próprias soluções de moradia. De acordo com o geógrafo brasileiro Marcelo Lopes de Souza (2010):

Heterônomos são aqueles tipos de espaços (ou as espacialidades) produzidos por práticas espaciais que são caracterizadas, no nível do poder explícito, pela imposição do nómos de cima para baixo ou de fora para dentro, e, no nível do “infrapoder implícito” (o qual remete às “mensagens subliminares”, ao imaginário), pelo peso da transcendência (fontes e justificativas extrassociais do poder) e pela alienação. As práticas espaciais heterônomas têm-se apresentado de muitas maneiras e formas diferentes, sempre visando à submissão, ao “adestramento”, ao “amansamento” (ou mesmo à “domesticação”) e ao enquadramento subalterno dos corpos e das mentes (...) (SOUZA, 2010, p. 23-24).

Assim, a busca é por ir contra à uma prática que “impõe seus objetivos à comunidade, bem como os princípios que devem nortear os trabalhos, com pouco espaço para a participação da população envolvida e desconsiderando o desejo desses parceiros” (LIMA *et al*, 2019, p. 01). Uma estratégia importante que se vê em muitos coletivos é a partir do entendimento da multidimensionalidade da questão da moradia, se constituindo pela interdisciplinaridade, em contato, por exemplo, com os campos da engenharia, da sociologia, da educação, da agroecologia, etc. A busca por construir um trabalho que vá além da arquitetura e da engenharia, atravessando outras disciplinas e saberes, parte do entendimento das limitações da formação que, como diz Santo Amore (2016), “respondem ainda à necessidade de se reconhecer que o “problema da moradia” é multidimensional e que o seu enfrentamento deve envolver uma multiplicidade de visões e áreas do conhecimento” (SANTO AMORE, 2016, p. 08).

Segundo o COPEVI - Centro Operacional de Vivienda y Poblamiento, assessoria que atua na Cidade do México, a atuação do assessor se dá em três níveis de construção de poder nos atores coletivos: a construção do poder ser, que garante a identidade do sujeito; do poder pensar, que garante a construção da autonomia crítica; e do poder agir, que garante a tomada de decisão, o “fazer por nós mesmos” (HIC-AL, 2017, p. 114). Segundo o arquiteto brasileiro João Marcos de Almeida Lopes (2018), estes processos junto às comunidades e aos movimentos sociais se ancoram no entendimento das “possibilidades e potencialidades transformadoras” (LOPES, 2018, p. 241) que se atrelam aos processos de produção da moradia. Sendo assim, pode-se afirmar que o trabalho da assessoria técnica se aproxima da base da autogestão, por afirmar a potencialidade do autoconstrutor como agente produtor do espaço e por confrontar a superioridade do saber técnico tradicional. E isso significa interromper uma lógica da produção arquitetônica que persiste sem reflexão crítica.

Por exemplo: a ideia de que todo projeto tem um autor; a ideia de que toda construção é precedida por um projeto em que, idealmente, tudo já foi decidido, orçado e aprovado antes do início da obra; ou a ideia de que a obra, uma vez construída, não deve ser modificada. Todos esses “cacoetes” são, no fundo, expedientes de dominação, mesmo que os próprios arquitetos e urbanistas não tenham consciência disso, mas, pelo contrário, acreditem que se trata de procedimentos indispensáveis e bons em si mesmos. Assim, a tendência é que queiram estender esses mesmos procedimentos a todos, em vez de questionar a sua pertinência (KAPP, 2014, p. 119).

Desta forma, pode-se afirmar que as discussões trazidas pelas assessorias técnicas têm contribuído para um deslocamento do “modo architectorum” que impera no campo. Concordando com Pereira (2020), ainda que seja um campo que tem demorado a abordar a

fundo discussões acerca da colonialidade, olhando a partir das diversas dimensões de opressão (gênero, raça, sexualidade, etc), têm emergido espaços de possibilidades mais experimentais, como a extensão universitária (PEREIRA *apud* O OLHAR, 2020). Segundo ela, a extensão é um espaço que ainda apresenta os “constrangimentos e vícios da academia”, mas onde há brechas maiores para se percorrer experimentalmente. São brechas “dadas às vezes pela urgência, pela necessidade de experienciar soluções, uma vez que não são cabíveis, ou soluções que não são abarcadas e que surgem do território e das relações com os grupos que se tem relação” (PEREIRA *apud* O OLHAR, 2020).

Assim também se percebe com a atuação de algumas assessorias técnicas, que têm caminhado na direção de um rompimento desse *modus operandi*, buscando, segundo Morado (2016b), “uma outra lógica da prática da arquitetura fora da análise estética ou técnica que lhe é própria”, e sugerindo “outras formas de apropriação e produção de saberes (científicos ou não)” (MORADO, 2016b, p. 26). Morado (2016a), citando Mouffe (2006, 2008), afirma que essa outra lógica tem por base as possibilidades de discurso e prática de adversários, e a disposição ao conflito, sendo este “uma prática micropolítica através da qual os envolvidos tornam-se agentes ativos no campo de forças e de interesses” (MORADO, 2016a, p. 155).

Nesse sentido, o agir cotidiano comum, que tem o conflito como seu gerador (seja pela presença dos moradores e pesquisadores, seja pela ausência do Estado), resgata a experiência do pensamento prático na medida em que se insere em uma comunidade política. Considerando que a comunicação efetiva só é possível se, e somente se, as experiências e as vivências são livremente expressas (a liberdade de criação), o processo produtivo baseado na informação compartilhada permite a elaboração de uma outra lógica da prática – o agir não se faz pela reunião de um grupo nem pelo indivíduo, mas a partir da informação que faz sentido a cada um na busca e na criação pela identificação primeira do todo – a comunidade política (MORADO, 2016a, p. 159).

O que Morado (2016a) chama de “informação compartilhada”, e que aqui se amplia para “informações compartilhadas” — no plural e em via de mão dupla —, seria, assim, uma das estratégias disparadoras desse outro modo de fazer e produzir. Moassab (2020) afirma existir uma relação dialética entre prática e discurso e, para isso, propõe a retomada da relação teoria-prática, assim como proposto pelo filósofo alemão Karl Marx, no qual ela considera que o sentido de práxis seja convergente ao pensamento de(s)colonial (MOASSAB *et al*, 2020). A práxis estaria relacionada à uma atividade prático-crítica, onde teoria e prática não se contrapõem. Nesse sentido, o saber e o fazer estariam numa relação que se retroalimenta e, por isso, não haveria sobrevalorização de um sobre o outro. Assim, o compartilhamento de saberes e informações se tornariam um lugar “onde a prática social acontece” (MORADO, 2016b, p. 23).

Nesse sentido, Linhares (2018) afirma que o processo não seria “nem o arquiteto trabalhando sozinho, nem o autoconstrutor: a decisão é do morador, mas se vincula a informação compartilhada entre todos” (LINHARES, 2018, p. 65). A autoconstrução e as informações compartilhadas estariam dialeticamente construindo uma outra lógica da prática, assim como afirma Morado (2016b). Por isso, pode-se afirmar que “não se pretende negar o valor da autoconstrução ao propor a atuação dos arquitetos neste universo, pois não se acredita que esta prática se deslegitime ou deixe de se caracterizar enquanto tal apenas pela presença da atuação técnica” (LINHARES, 2018, p. 36). Daí a importância em se investigar modos e métodos outros de atuar nesses contextos, sem que se perca o poder de decisão dos moradores (LINHARES, 2018).

O conhecimento seria como um: “processo social construído a partir da informação compartilhada, e não como memorização e/ou transmissão de “instruções” incorporadas ao projeto, alimentando o fazer e refazer construtivo” (MORADO, 2016b, p. 26). Nesse sentido:

(...) arquitetos/pesquisadores, bem como todos os outros envolvidos nos processos produtivos da moradia e do espaço público, podem tornar-se mediadores da informação técnica se agem no processo social de interlocução recíproca e desejada. Meios (ferramentas, suportes, instrumentos e metodologias) é tudo que potencializa a interlocução entre atores sociais (...) (MORADO, 2016b, p. 23).

Essa interlocução entre os diversos agentes produtores do espaço pressupõe uma arquitetura como processo aberto e contínuo, assim como descreve Baltazar (2020). Assim, em vez de produzir espaços finalizados, a arquitetura estaria voltada para a produção de ferramentas de mediação ou “interfaces”, como conceitua Baltazar e Kapp (2016), ou, ainda, “instrumentos cartográficos”, como descreve a arquiteta brasileira Marcela S. Brandão Lopes.

Vale ressaltar que a ideia dos instrumentos cartográficos carrega em si o entendimento que as realidades não são dadas exclusivamente pelas estatísticas e mapas oficiais e de que a explicitação de determinados dados em detrimento de outros está, quase sempre, associada a valores e interesses que a antecedem. Desse modo, para dar início a qualquer processo de intervenção urbanística e arquitetônica, os instrumentos devem ser cuidadosamente planejados para disparar processos abertos, problematizando os problemas e as soluções que surgiam como “naturais”, a fim de se construir acordos coletivos que incluam os conhecimentos técnicos e populares em curso.

Essa proposta tem por base a própria dinâmica da autoconstrução, processo que congrega tempos distintos e demandas que oscilam de acordo com a urgência e a disponibilidade de recursos. Mais do que tentar engaiolar os processos cotidianos de uma

prática construtiva, a proposta seria trabalhar a partir desse conflito, disparando outras formas de se representar, projetar e comunicar. Por este mesmo motivo, a própria interlocução entre os agentes é conflituosa e produz ruídos, e, por isso também, os acordos construídos devem ser sempre atualizados, uma vez que o processo está em movimento contínuo.

Como visto anteriormente, os instrumentos utilizados pela prática arquitetônica são em grande maioria codificados para a manutenção de uma hierarquia que vai de cima (arquiteto) para baixo (construtor). No caso da atuação junto aos processos de autoconstrução, em que grande parte dos autoconstrutores são os próprios moradores, a tendência é que essa hierarquia se aprofunde, ao excluir também a experiência do próprio morador e os imaginários urbanos em curso. De acordo com Lourenço (2014) os instrumentos de representação arquitetônica são apenas um exemplo mais evidente das imposições culturais e sociais da atuação dos técnicos junto aos territórios populares (LOURENÇO, 2014). Por isso, propõe uma lógica voltada para a experiência e não para o desenho do espaço.

Como a concepção do projeto não parte da experiência, mas de um objeto pronto para ser consumido, ela necessariamente restringe as possibilidades dessa experiência. Ao criar determinadas soluções, criamos também obstáculos a outras que pudessem ocorrer ali. Essa lógica é mais contraditória numa ação que almeja romper a dependência dos moradores em relação aos arquitetos e às instituições. Ao projetar, esquecemos que os seres humanos têm livre-arbítrio e que esse livre arbítrio pode tomar formas bem diferentes daquelas que se manifestam por meio de um projeto (LOURENÇO, 2014, p. 156).

Para isso, o antropólogo Arturo Escobar (2020) e o pesquisador Borrero (2020), ambos colombianos, a partir da discussão sobre os *diseños*¹⁵, vêm propondo a tarefa de desconstruir as noções de projeto e produzir desenhos-outros e dos seus. Ou ainda o que Borrero (2020) chama de dessocons (sigla para DEsenhos do Sul, dos Suis, Outros, Com Outros NomeS), a fim de “ampliar a ideia a respeito de o desenho do sul poder vir a contribuir à espacialização decolonial” (BORRERO, 2020, p. 72). Segundo Freire-Medeiros e Name (2019), o debate em torno da multidimensionalidade do termo vem ao encontro de indagar “quem está autorizado a projetar, o que se projeta, por que, para quem e para quê” (FREIRE-MEDEIROS, NAME, 2019, p. 163). Segundo a arquiteta portuguesa Céline Veríssimo (2020), a palavra projeto poderia ser entendida como “a ação intuitiva dos humanos

¹⁵ Neste texto, o termo “diseño” será traduzido tanto para desenho quanto para projeto. No entanto, o termo “(...) possui uma multiplicidade semântica maior que suas possibilidades de tradução para o português: “desenho” ou “projeto”. Diseño significa (...) a produção de representações ontológicas sobre o real. Nesse sentido, quase tudo pode ser encarado como um diseño: um desenho é um diseño, um projeto é um diseño, as instituições são diseños, nossas relações interpessoais são diseños e até mesmo a forma como concebemos o mundo é um diseño” (BRITTO, 2020, p. 340).

necessária no processo dialético de transformação da natureza para criação do seu habitat” (ESCOBAR, VERÍSSIMO, 2020, p. 57). Para ela:

Esse processo [de projeto] entende o contexto, imagina uma melhor situação, resolve um problema, executando ou construindo para satisfazer as condições necessárias para a vida – a vida da comunidade e do ambiente no local onde vive. A concretização do ato de projetar envolve intuição, desejo, propósito, estratégia e criação de projeto, i.e., projetar para que o habitat humano possa acontecer. Esta conceituação de projeto e projetar, é diametralmente oposta à idéia hegemônica de projeto como conhecemos hoje, cuja vocação é mercantilista e a serviço do poder, segundo os preceitos da modernidade neoliberal (ESCOBAR, VERÍSSIMO, 2020, p. 57-58).

Assim, mesmo que o projeto esteja presente na organização dos diversos grupos humanos, Freire-Medeiros e Name (2019) afirmam que “somente o projeto de cunho industrial, desenhado em uma linguagem gráfica específica e um tanto hermética, é compreendido como técnico, neutro e universal” (FREIRE-MEDEIROS, NAME, 2019, p. 163). Por isso, Borrero (2020) propõe a substituição do termo “projeto” para o termo “hicjeto”. Segundo ele, o projeto “implica antecipar um trajeto (um duto) rumo ao adiante (pro)”, ou seja, implica em fazer um produto (BORRERO, 2020, p. 75). Propõe, assim, a partir da expressão latina *hic et nunc* (aqui e agora), o hicjeto, como algo “lançado rumo ao aqui”, não voltado “aos produtos (jogados ao futuro para nos salvar de um presente depreciado e depreciável), mas aos hicdutos (algo “conduzido de volta ao aqui)”” (BORRERO, 2020, p. 75). A hicdução estaria, assim, diretamente relacionada à temporalidade, aderindo “à emergência de presentes ampliados” e abandonando “a concepção de um presente limitado rumo a um amplo futuro” (BORRERO, 2020, p. 75-76). A partir da criação desse espaço-tempo, propõe-se inverter uma racionalidade dita universal, na qual a centralidade do produto da arquitetura está diretamente relacionada à representação.

Nesse sentido, Baltazar (2020) afirma a necessidade de questionar a representação como paradigma, passando a pensá-la como uma entre as ferramentas que podem ser acionadas pela prática. Assim, ao invés de excluí-la da produção da arquitetura, ela seria incorporada nos processos de produção deslocando-a de sua universalidade, promovendo um “desencantamento com a caixa preta normativa do modo *architectorum*” (BALTAZAR, 2020, p. 125).

Dessa forma, deve-se caminhar para um processo de ruptura com a fantasia do controle e da perfeição imperante da prática arquitetônica, uma das tarefas cruciais para os desenhos-outros (BORRERO, 2020). Para isso, Borrero (2020) retoma uma importante frase da escritora americana Audre Lorde (1979), em que diz: “as ferramentas do amo nunca

desmontarão a casa do amo, se usá-las causarão alívios passageiros” (LORDE apud BORRERO, 2020, p. 72). A partir disso, Borrero (2020) afirma que: “as estruturas conceituais decoloniais não podem demolir a casa do amo com artefatos elaborados pela lógica e pelo desenho do amo. Para isso se requerem artefatos-outros, elaborados por desenhos-outros que permitam a chegada de um pluriverso (...)” (BORRERO, 2020, p. 72). É necessário assumir novos paradigmas, olhando para os elementos locais, para as particularidades de cada processo e para o leque de possibilidades inventivas e “policardiniais”¹⁶.

Uma importante visada é trazida por diversos autores a partir das favelas brasileiras e de suas lajes. Sem romantizar a produção desse espaço, calcado primordialmente pela necessidade e não por escolhas (KAPP, BALTAZAR, MORADO, 2008), as favelas trazem uma lição epistemológica, principalmente a partir de suas lajes, como afirma Freire-Medeiros e Name (2019), que é a “potência de paisagens e arquiteturas ancoradas no porvir, continuamente produzidas por iniciativas ao mesmo tempo individuais e coletivas” (FREIRE-MEDEIROS, NAME, 2019, p. 165). A laje poderia, assim, ser vista como um desenho-outro, aberto, inclusive, ao conflito, “afeita à fragmentação e, sobretudo, ao movimento e à transformação incessante” (FREIRE-MEDEIROS, NAME, 2019, p. 165). Para Freire-Medeiros e Name (2019), retomando o antropólogo brasileiro Gilberto Velho (1994):

Na favela, como no restante da cidade, projetos individuais ou coletivos sempre interagem com outros projetos, o que, nas palavras do autor, institui um “campo de possibilidades” (Velho, 1994, p. 28): sempre aberto, em que a convivência é por vezes tensa, fazendo com que determinados projetos modifiquem outros projetos (Koury, 2015). Um projeto com base em um saber construtivo de não-especialistas, a laje é tanto elemento de (auto)construções quanto – e principalmente – fruto de arranjos e negociações (FREIRE-MEDEIROS, NAME, 2019, p. 164-165).

As favelas e suas lajes questionam, assim, o lugar de uma arquitetura que segue padronizando e pré-determinando os usos do espaço, e que segue impondo racionalidades universalizantes. Para Borrero (2020), a laje poderia ser vista como: “uma prática viva de pessoas concretas no modo fluido das moradias nas favelas, com vistas a considerá-las como alternativa de desenho da habitação” (BORRERO, 2020, p. 69). Neste caso, reafirma o desenho/projeto como uma organização de diversos grupos humanos, não apenas dos técnicos.

Dessa forma, começa-se a enfatizar um processo que tem continuidade durante o uso (KAPP, BALTAZAR, 2010). Ou, como afirma Moassab (2020), a partir de um processo de

¹⁶ Termo proposto por Borrero (2020) para se referir, em lugar de “não ocidental”, ao que é “procedente de todas as direções” (BORRERO, 2020, p. 64).

des-higienizar o desenho técnico, trazendo para ele “a vida, a história e a memória das casas e das pessoas nas suas casas” (MOASSAB *et al*, 2020, p. 42). “O desenho técnico precisa deixar de ser um recurso impositivo para cumprir o seu papel de comunicar” (LINHARES, 2019, p. 64). Isso parte do pressuposto de começar a olhar, pelo parâmetro das presenças, os lugares caracterizados em grande maioria pelas ausências, pelo que não tem, como as periferias, como afirma o sociólogo brasileiro Jailson Souza e Silva, da ONG Observatório de Favelas do Rio de Janeiro. Dessa forma, abre-se uma busca pelas ressurgências¹⁷, como coloca Borrero (2020), de saberes e fazeres.

Nesse caminho, Baltazar (2020) propõe, a partir de uma desescolarização do campo, “vislumbrar uma saída da armadilha colonial universalizante, ou do loop infinito que fecha as possibilidades para o decolonial na arquitetura” (BALTAZAR, 2020, p. 133). Isso significa afirmar que uma das principais dimensões de necessária mudança é o ensino de arquitetura. E mais do que a inclusão desses outros modos de produzir, como na proposta da arquitetura como interface, deve-se sempre partir de uma discussão crítica da prática, a fim de evitar o risco dela ser “cooptada e se tornar modelo, ignorando o potencial antropofágico da lógica do exemplo” (BALTAZAR, 2020, p. 131). Sobre isso, parafraseando Borrero (2020), propõe-se que se assumam, em vez de uma única forma de arquitetura em que caibam várias perspectivas, pensar na existência de uma imensidão de modos assim como existe uma imensidão de povos (BORRERO, 2020, p. 78). Nesse caso:

Isso desvela um conflito ontológico (uma luta entre numerosos mundos e equivalentes homeomórficos do design emaranhados, acerca do que existe e como se faz o que existe) no lugar do que a vigilância disciplinar prescreveria apenas como conflitos epistemológicos (isto é, uma luta entre perspectivas sobre o que já se tem estabelecido como existente) (BORRERO, 2020, p. 78).

Baltazar (2020) acrescenta que “é evidente que a escolarização da arquitetura se deve muito mais a um processo de escolarização social do que a demandas próprias do campo” (BALTAZAR, 2020, p. 131), o que vai ao encontro do proposto por Moassab (2020): as mudanças efetivas no campo virão de propostas e lutas em muitas frentes. Inclusive, virão pela interlocução com o pensar e o fazer de outras áreas do conhecimento, “conformando um movimento de ir e vir, jamais linear, em diversas e múltiplas direções” (MORADO, 2016, p. 18). Para Moassab (2020):

(...) o tensionamento deve ser feito em todos os âmbitos sociais. É muito significativo, por exemplo, que cada vez mais arquitetos e arquitetas atuem nas

¹⁷ O termo ressurgência vem da geologia e é “alusivo a correntes hídricas filtradas no subsolo, que reaparecem na superfície (GUERRERO, 2011)” (BORRERO, 2020, p. 270).

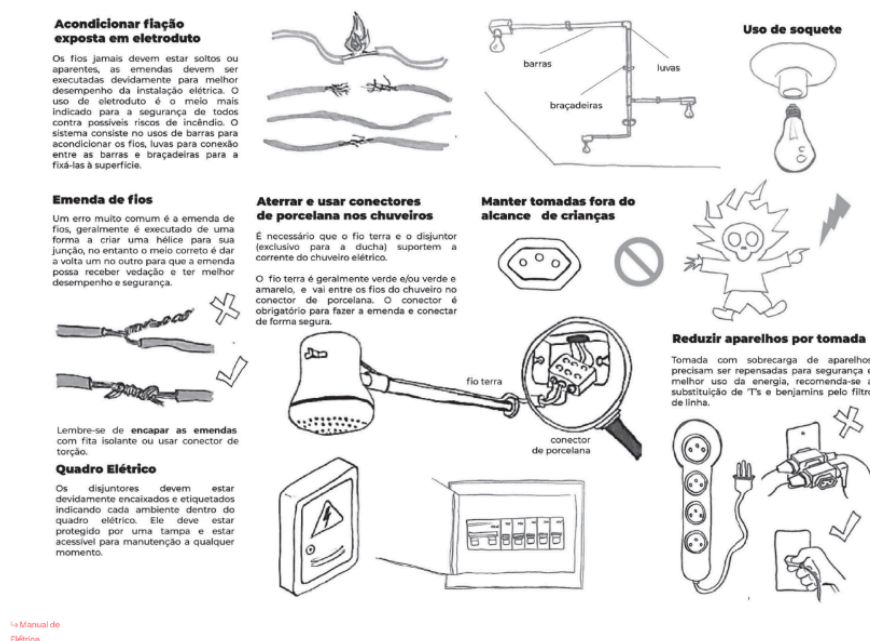
assessorias técnicas aos movimentos sociais, juntamente com projetos de extensão das universidades; e que essa atuação retroalimente a sala de aula, o ensino e a pesquisa (MOASSAB, 2020, p. 39).

Moassab (2020) afirma a necessária reinserção do saber-fazer no ensino da arquitetura. Para isso, propõe a valorização de processos como os canteiros experimentais, que têm ido na contramão, por exemplo, de uma hegemonia construtiva. Aqui estaria presente a lógica do aprender fazendo, trazida pelas ideias da escola de artes alemã Bauhaus, como lembra Andrade (2020), mas que pode se associar à matética (arte de aprender), conceito que se contrapõe à didática (arte de ensinar), como proposto pelo educador estadunidense Seymour Papert, que Baltazar (2020) retoma. Para Moassab (2020):

A inserção do canteiro experimental nas escolas tem o potencial de questionar a organização do trabalho nos canteiros de obras e a escolha hegemônica do concreto armado para a construção civil brasileira. Em suas versões mais radicais, o canteiro experimental pode “matar” o arquiteto, como postulava Hanner Meyer, ou, melhor colaborar para formarmos outro tipo de profissional, pautado por relações cooperativas e colaborativas, para a partilha de conhecimento e a autonomia da trabalhadora, defendida por Sérgio Ferro (MOASSAB, 2020, p. 17).

Para a arquiteta, o erro está em uma produção de conhecimento que não consegue ser apropriada, que é difícil de ser reproduzida pelo povo, o que começa a avançar, por exemplo, com os materiais e as cartilhas produzidas pelas assessorias técnicas no âmbito de projetos às ocupações urbanas, mas que ainda são pouco utilizadas no ensino formal de arquitetura (MOASSAB, 2020, p. 13). Abaixo um exemplo de cartilha sobre questões elétricas desenvolvida pela assessoria FIO - Assessoria Técnica Popular, de São Paulo, aos moradores das ocupações urbanas do MSTC:

Figura 2: Manual de Elétrica para as ocupações urbanas do MSTC.



Fonte: Elaboração FIO - Assessoria Técnica Popular (2022).

Vem dessa outra produção de conhecimento a importância de conexão dos territórios e movimentos populares com a universidade e outros grupos de assessoria técnica “que buscam disseminar novas práticas construtivas e de apropriação espacial no território” (MAYER *apud* MORADO, 2016b, p. 135), assim como afirma o advogado popular Joviano Mayer, em entrevista à Morado (2016b). Segundo ele, “trata-se de um processo pedagógico de mão-dupla, no qual ambas as partes constroem conjuntamente novas práticas que se contraponham aos valores capitalistas calcados sobre o individualismo” (MAYER *apud* MORADO, 2016b, p. 135-136), ou seja, trata-se de uma ajuda mútua. Algumas dessas experiências vêm apontando para: “uma perspectiva mais concreta de trabalho dialógico entre ensino, reflexão crítica e necessidades habitacionais da população” (ANDRADE, 2020, p. 142).

É desse lugar que Borrero (2020) propõe o conceito de desenhos dos seus, dos desenhos-outros, para que contribuam com a espacialização, e nunca a especialização, de(s)colonial (BORRERO, 2020). Uma espacialização:

(...) voltada ao relacional, que se volta às relações perdidas. Suponho que se trate de um processo de resposta à redenominação colonial de outrora, de novo renomeando

os territórios por parte de quem neles vive. Suponho que se trate de um deslocamento por palavras entendidas como ações criativas rumo a outros horizontes (BORRERO, 2020, p. 71).

Baltazar (2012), no entanto, afirma que uma real superação do desenho como paradigma (nos termos dela: da representação e da perspectiva) “só aconteceria se houvesse uma mudança radical no modo de produção” (BALTAZAR, 2012, p. 01), no caso, o modo de produção capitalista do espaço. Nas práticas de assessoria técnica, por exemplo, a intenção em desfazer a produção material e simbólica para o capital, concordando com Lourenço (2014), não é suficiente, “porque as disposições subjetivas que esses profissionais adquirem ao longo do tempo também não se desmancham ali” (LOURENÇO, 2014, p. 155). Isso vai ao encontro do debate feito por Escobar (2020) sobre a dimensão político-ontológica do *diseño*. Para ele, para desprender a práxis do projeto colonial e eurocêntrico falta, segundo traz Veríssimo (2020):

(...) um projeto ontológico pluriversal mais influente e profundo, como o meio para a transição da hegemonia da ontologia mundial de modernidade e com vista a um pluriverso de configurações sicionaturais onde projeto/ar se torna uma ferramenta para reimaginar e reconstruir mundos locais; e (...) passa hoje em dia pelo desenho e pela validação das práticas de luta e de resistência que recorrem a um trabalho político, direcionado para as três formas de dominação – colonialismo, capitalismo e patriarcado, a que chama artesanaria das práticas, por ser semelhante ao trabalho artesanal e ao produto de artesanato, que improvisa e inova operando em contextos de adversidade, para que possa tornar uma zona libertada (ESCOBAR, VERÍSSIMO, 2020, p. 58).

Aqui, assim como Moassab (2020), não tenta-se afirmar a busca por uma arquitetura de(s)colonial, mas de uma perspectiva de(s)colonial na arquitetura, o de(s)colonizar enquanto gerúndio. A preocupação de Moassab (2020) é que ao falar “em “arquitetura decolonial” possa redundar na busca por atributos físicos ou estéticos na arquitetura a fim de catalogá-la como “decolonial”” (MOASSAB, 2020, p. 37). Nesse sentido, seria como produzir um checklist da de(s)colonialidade para embasar a crítica da prática arquitetônica, o que vai de encontro direto com a busca pela multiplicidade e/ou pluriversalidade de modos de produzir.

A tarefa a ser feita me parece ser mais complexa do que isso, é uma revisão historiográfica e epistemológica da arquitetura, do urbanismo, do paisagismo, sob esta perspectiva, que devem levar a resultados espaciais distintos, mas não necessariamente. O decolonial está no método, no processo projetivo, no ato de levar em consideração práticas tais como dormir em rede ou cozinhar em fornos comunitários, por exemplo, revendo toda a organização espacial da moradia, naturalizada a partir da casa burguesa do século XIX – quer dizer, da casa urbana branca burguesa e ainda androcentrada e adultocentrada... Não será interessante que o decolonial vire um “estilo”, como a gente vem observando reincidentemente na história da arquitetura (MOASSAB, 2020, p. 37).

Nesse sentido, entendendo existir um vínculo mais próximo entre as práticas de assessorias técnicas com a práxis cotidiana de territórios populares, aposta-se, assim como

Velloso (2020), na imanência dos outros modos de organização e arranjos espaciais que se consolidam no “âmbito da escala da vida cotidiana” das periferias das grandes cidades (VELLOSO, 2020, p. 170), principalmente as “latinoamericanas”. Para ela, “deve-se recuperar a dimensão do vínculo entre lutar e viver, entre práxis repetitiva e práxis inovadora” (VELLOSO, 2020, p. 170), apostando não só no cotidiano enquanto microescala, mas entendendo sua dimensão transescalar para a produção e reprodução da vida.

Enrique Dussel (2012) aponta como uma das três principais fontes do giro decolonial, a literatura latino-americana, exatamente por fornecer exemplos para a autoaprendizagem sócio-espacial, muito além de um ensino pautado por modelos. Talvez, num movimento antropofágico, seja possível enfatizarmos a necessidade de desescolarização da arquitetura, voltá-la para a autoaprendizagem pautada por exemplos sócio-espaciais trazidos pela literatura latino-americana e pelo cotidiano (BALTAZAR, 2019), sem contudo ignorar o conhecimento acumulado do campo (...) (BALTAZAR, 2020, p. 133).

No entanto, deve-se atentar que, assim como Borrero (2020) afirma sobre as proposições do sociólogo brasileiro Marcelo Carvalho Rosa, a abertura para uma “sociologia do sul” não deve implicar em “unificar as buscas por quem gera conhecimento em situações geopolíticas periféricas” (BORRERO *et al*, 2020, p. 69). A proposta partiria da mobilização de “configurações regionais para confrontar as narrativas disciplinares hegemônicas – fazer que proliferem particularidades para desestabilizar regras gerais” (BORRERO *et al*, 2020, p. 69), reconhecendo uma “pluralidade de métodos e contextos empíricos” que podem ser acionados a partir das circunstâncias locais, ainda pouco exploradas (BORRERO *et al*, 2020). Nesse sentido, permitir um outro olhar para a autoprodução do espaço. Uma produção que é diversa em situações, contextos políticos, territórios, escalas, histórias, capilaridades, etc. Mote para uma crítica da arquiteta e vereadora brasileira Tainá de Paula (2023), ao questionar o modelo “norte a sul do Brasil” proposto pelo MCMV, que unifica a cartilha de demandas e soluções e achata a possibilidade de se olhar para os exemplos regionais e territorializados como perspectiva de disputa na política habitacional.

No lugar de um novo modelo de produção do espaço, a proposta é olhar para as muitas práticas, como as de autoprodução do espaço, e, assim, ir ao encontro da construção de ferramentas e estratégias sócio-espaciais que caminhem para uma perspectiva de(s)colonizadora da práxis. O antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro (2017), em palestra em comemoração aos 90 anos da UFMG, aborda dois modos de se mudar o mundo, um por meio de modelos e um por meio de exemplos. O modelo em que se aprofunda não são os modelos científicos, que são fundamentais para entender o mundo e a realidade e o que ele chama de “modelo de”, um modelo heurístico. A questão está no “modelo para”, o que impõe

a realidade, o modelo normativo, usado para fazer a realidade coincidir com ele. Segundo o antropólogo:

É nesse sentido normativo que todo modelo é um instrumento político, que sempre envolve uma relação de poder assimétrica que maximiza a distância entre a autoridade modelante e os sujeitos ou objetos, humanos ou não humanos, paisagens, atmosfera, etc, que tem que ser modelados. O modelo na verdade é uma ideia platônica (...) que é tipicamente imposto sobre povos, outros povos menos modernos que a autoridade modelante. Povos que são estimulados a copiar esses modelos, ou populações e criaturas não humanas, ou ecossistemas, que se espera que se comportem conforme predito pelo modelo. É claro que os povos que são alvo desses modelos, nunca conseguem copiar um modelo como deveria (...) Esses povos acabam sempre produzindo alguma coisa como um simulacro, que é diferente de uma cópia. Um simulacro é distorção inventiva e criativa que subverte o modelo ideal que lhes é enfiado pela goela abaixo, abrindo assim espaços de autonomia ou de ingovernabilidade dentro dessa governança heteronômica (VIVEIROS DE CASTRO, 2017).

Para ele, esse pensamento do modelo normativo teve por trás e por cima um projeto modernista, “de achatar os muitos mundos que existem no planeta Terra, para criar um único nommos global, uma única ordem mundial, a nova ordem mundial”, entendendo que “se a realidade não coincidir com o modelo, mude-se a realidade, não o modelo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2017). Por outro lado, os exemplos são como “chamados” ou “iscas para se fazer algo diferentemente igual ao modelo inspirador”, em um loop infinito, uma vez que fazer uma coisa à exemplo da outra significa transformar/criar outra versão de um exemplo, que por sua vez já foi a transformação de outro exemplo, o que Baltazar (2020) chama de “potencial antropofágico da lógica do exemplo” (BALTAZAR, 2020, p. 131).

“Os exemplos são emprestados, tomados de empréstimo horizontalmente, eles se difundem. Ao passo que os modelos são impostos verticalmente, eles emanam, no sentido Neoplatônico do termo, eles emanam de uma instância superior (...) Os modelos dão ordens e impõem a ordem. Os exemplos, que são horizontais, eles dão pistas, eles inspiram invenções e subversões” (VIVEIROS DE CASTRO, 2017).

O antropólogo afirma que o modelo se vincula ao Ser, enquanto o exemplo se vincula ao Fazer, assim, “se o primeiro, o modelo, é congenitamente idealista, o exemplo é fundamentalmente empirista” (VIVEIROS DE CASTRO, 2017). E por isso a associação entre a lógica do exemplo e a bricolagem, pela capacidade em adotar e adaptar, de se inspirar em experiências. “As formas de fazer mundo, humanas e não humanas, sempre foram geobricolagem, sempre que tiveram que tomar da Terra, em T maiúsculo, os materiais e os espíritos necessários para garantir a sua vivabilidade” (VIVEIROS DE CASTRO, 2017).

Assim, busca em Lévi-Strauss ferramentas para se formular esse contraste, a partir do pensamento do bricoleur, “uma ação técnica fundada na experiência prática em uma apreensão sensível do sensível” (VIVEIROS DE CASTRO, 2017). Apontando para uma diferença entre

os modos de criatividade, afirma que o bricoleur seria o sujeito que faz tudo, o especialista em gambiarra, que se utiliza de materiais já disponíveis, já elaborados, e os subverte, “o desvia de sua função original para atender a uma necessidade contingente” (VIVEIROS DE CASTRO, 2017). “Em outras palavras, o bricoleur é alguém que está inspirado por exemplos anteriores, do tipo de trabalho que ele está envolvido” (VIVEIROS DE CASTRO, 2017). Ao retomar a proposta de Viveiros de Castro (2017), a partir do exemplo e do modelo, Baltazar (2020) propõe que:

(...) em vez de um modelo de processo de projeto, em essência normativo e prescritivo, que leva a um produto impositivo acabado, podemos pensar na lógica do exemplo, que tem por pressupostos a experiência, a sensibilidade, a capacidade inventiva de “fazer algo diferentemente igual” ou “igualmente diferente” (Viveiros de Castro, 2017) (BALTAZAR, 2020, p. 125).

Seria este o potencial das assessorias técnicas?



3. A EXPERIÊNCIA DA OFICINA POPULAR DE ASSESSORIA - OPA

A Oficina Popular de Assessoria - OPA surge em julho de 2018 como um desdobramento dos trabalhos do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB no estado de Minas Gerais, e a partir de uma tentativa de organização de um trabalho que vinha sendo construído há anos junto aos territórios. Para a consolidação de uma assessoria técnica interna a um movimento social, uma série de condições foram se somando com o tempo. Uma das apostas é que esse processo pode ser entendido a partir de pelo menos três principais eixos: 1) o histórico de atuação do movimento no estado de Minas Gerais; 2) a aproximação com a Escola de Arquitetura da UFMG, principalmente via extensão universitária e

movimento estudantil; e 3) a organização da ocupação Carolina Maria de Jesus, no centro de Belo Horizonte. Traça-se aqui, inicialmente, um panorama destes três processos, de modo a demonstrar pistas para a constituição do coletivo de assessoria técnica popular, assim como um histórico das atuações nos territórios do movimento.

3.1. Do MLB em Minas Gerais

Desde a década de 1990, com o surgimento do movimento concomitantemente em Minas Gerais e Pernambuco, o MLB vem organizando famílias sem-teto por todo o país (estando atualmente em 17 estados e no Distrito Federal), lutando pela reforma urbana e pelo direito à moradia. Em Minas Gerais, o movimento se organiza após a realização da ocupação Vila Corumbiara, na região do Barreiro, Belo Horizonte, em 1996, na qual diversas lideranças fundaram o MLB. Para o movimento:

(...) a luta pela moradia é o motor principal da luta pela reforma urbana, pois através dela conseguimos mobilizar milhares de pessoas, pressionar os governos e chamar a atenção para os problemas enfrentados pelo povo pobre nas grandes cidades. Nesse sentido, tem importância fundamental a organização e realização das ocupações. A ocupação educa o povo para a necessidade de lutar organizado e desenvolve o espírito de trabalho coletivo (MLB, 2019, p. 20).

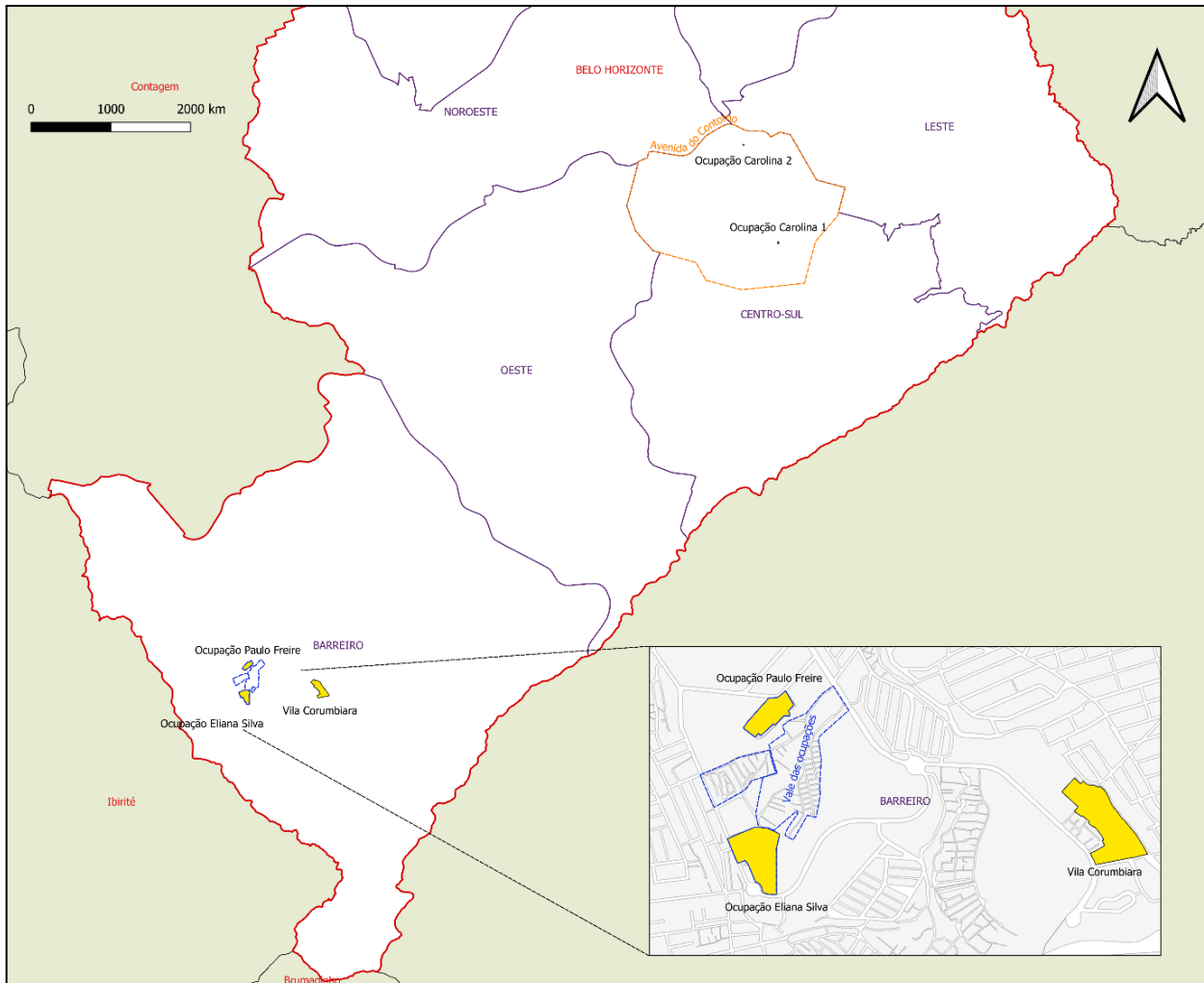
Para além das estruturas das coordenações (nacional, estadual, municipal e territoriais), o movimento se organiza em comissões de segurança, alimentação, educação, comunicação, cultura, juventude, mulheres, entre outras, sendo algumas mais contínuas e permanentes que outras, a depender do momento da ocupação. Uma dessas comissões, a “técnica”, vem se consolidando paulatinamente desde o surgimento do movimento e consiste nos estudos, estratégias e propostas de planejamento, negociação e produção dos espaços das ocupações.

Em Minas Gerais, é a partir de 2012, com a experiência da ocupação Eliana Silva, também no Barreiro, que o MLB passa a desenvolver um trabalho direto com a universidade, as assessorias técnicas e profissionais independentes no que tange ao parcelamento do solo, planejamento urbano, projeto de edificações coletivas, construção de soluções alternativas para saneamento básico, pavimentação, contenção de encostas, entre outros. Processo que se germina já na ocupação da Vila Corumbiara (hoje um bairro consolidado), que se tornou um

importante marco para a história das ocupações urbanas da cidade devido às estratégias de resistência, de organização e planejamento do espaço.

A partir daí, todas as ocupações realizadas pelo MLB, em Minas Gerais, contaram com uma comissão, formada majoritariamente por técnicos e parceiros externos, em acompanhamento direto pelas coordenações, para construção de estratégias e projetos para viabilização e legitimação da ocupação, como foi com as ocupações organizadas desde o início pelo movimento: Paulo Freire (2015), também no Barreiro, e Carolina Maria de Jesus (2017), no centro da capital; e com as ocupações acompanhadas pelo MLB: Canto do Rio (Nova Lima), Barreirinho (Ibirité), Esperança (Izidora - Belo Horizonte), entre outras. Processo não característico apenas dos territórios do MLB, mas que passa a estar presente, cada vez mais, na luta diária das ocupações urbanas da cidade e região metropolitana.

Figura 3: Mapa de localização Vila Corumbiara, Eliana Silva, Paulo Freire e Carolina Maria de Jesus (1 e 2), em Belo Horizonte.



Fonte: Elaboração pela autora.

É importante ressaltar que esses parceiros sempre trabalharam em conjunto com o movimento, seja com as coordenações ou com a militância (não necessariamente moradora das ocupações). Assim, existia há muitos anos um espaço, dentro do movimento, de articulação desses projetos, parcerias, contatos — com a universidade ou outros grupos — que permitiu um acúmulo de experiências importante para o processo de constituição de uma assessoria interna. Uma articulação que era multidisciplinar, no campo do audiovisual, da cultura, da arquitetura, das artes, do esporte, e que fomentou um outro olhar para o trabalho em rede. Processo muito importante para a resistência da ocupação Eliana Silva e de muitas outras que vieram em sequência na cidade.

Figura 4: Abraço às ocupações Eliana Silva, Camilo Torres e Irmã Dorothy, na região do Barreiro, em Belo Horizonte, em 2013.



Fonte: Fora do Eixo.

3.2. Da Escola de Arquitetura da UFMG

A partir dos anos 1980, com o início da redemocratização no país e uma abertura para novas esferas de participação, um grande movimento de formação de assessorias ocorreu junto aos movimentos populares.

É neste período também que são criados os primeiros Laboratórios de Habitação nas universidades, a partir da abertura destas para processos extensionistas e criação de espaços significativos para a formação de vários destes técnicos que atuaram junto às favelas e periferias a partir da década de 1980. Dentre estes estão: o Laboratório da Habitação da FEBASP (1982-1986); o LabHab da Unicamp (1985); o HABITAF AUS (1983-1984), da PUC Santos; e L'HABITAT (1986), da PUC Campinas. Os laboratórios inauguraram um novo momento nas universidades, abrindo espaço para atuação de profissionais que já trabalhavam com a demanda social e trouxeram suas experiências para a prática com os estudantes, com os canteiros experimentais e com as comunidades atendidas. Os canteiros experimentais também representaram um grande passo para o desenvolvimento de outras tecnologias e soluções sociotécnicas a serem testadas e empregadas nos mutirões e projetos desenvolvidos, retomando a importância do conhecimento de obra vindo da prática. A partir daí, diversas assessorias se formaram e se consolidaram como escritórios-modelos nas universidades federais a partir da década de 1990 e como grupos de pesquisa e extensão. (NOTINI *et al*, 2022, p. 05).

Na Escola de Arquitetura - EA da UFMG, tem-se a atuação de professores em processos extensionistas de assessoramento técnico nos projetos e obras financiados pelo Orçamento Participativo para Habitação do município, que se iniciou na década de 90 e teve continuidade no início dos anos 2000. O processo autogestionário de projeto e de construção do Residencial Serra Verde, por exemplo, foi desenvolvido em parceria com o Departamento de Projeto da EA da UFMG e da PUC Minas, entre os anos 2004 e 2012, com coordenação das professoras e arquitetas Maria Lúcia Malard e Margarete Maria Araújo Silva¹⁸. É a partir desse período que os projetos e programas extensionistas dentro da EA tiveram uma importante expansão, passando a ter um vínculo muito importante com as lutas da cidade, seja por mobilidade, moradia, cultura, etc. Dentre estes, pode-se citar o LabUrb (Laboratório de Estudos Urbanos e Metropolitanos); o Práxis (Práticas Sociais no Espaço Urbano); o Indisciplinar, por meio do Programa de Extensão Natureza Política; e o MOM (Morar de Outras Maneiras), que construíram, também, uma atuação voltada para o assessoramento técnico à territórios populares e ocupações urbanas da capital e da região metropolitana, inclusive as do MLB.

É necessário destacar a presença, na construção destes novos espaços dentro da universidade, de professoras e professores dispostos a contornar um ensino rígido e preso à sala de aula, e dispostos a propor outros olhares em movimento. É perceptível como esta geração de, majoritariamente, professoras vinha/vem se comprometendo com um fazer e um ensinar em um diálogo de mão dupla entre universidade e territórios. Em 2012, com a ocupação Eliana Silva, diversos professores e estudantes tiveram papel fundamental na consolidação do sistema de esgotamento sanitário alternativo proposto junto à comunidade, o TEVAP (tanque de evapotranspiração), assim como do parcelamento e loteamento do terreno, com várias reuniões sendo realizadas entre os laboratórios da universidade e os barracos de lona, e da construção da Creche Tia Carminha, espaço autogestionado pelo MLB e pelo Movimento de Mulheres Olga Benario, que funciona até hoje na ocupação.

¹⁸ Ver mais em ALMEIDA, 2021.

Figura 5 e 6: Mutirão de construção do TEVAP e do círculo de bananeira na ocupação Eliana Silva, com assessoria de professoras da Escola de Arquitetura da UFMG.



Fonte: COAU e Tiago Lourenço.

Figura 7 e 8: Reuniões de planejamento colaborativo do parcelamento do solo da ocupação Eliana Silva, em 2012.



Fonte: COAU e Tiago Lourenço.

Figura 9 e 10: Ampliação da Creche Tia Carminha, na ocupação Eliana Silva, com projeto desenvolvido em parceria com a Escola de Arquitetura da UFMG.



Fonte: Acervo da Comissão de Comunicação do MLB.

Dali para frente, diversas experiências junto aos grupos de extensão e suas disciplinas de graduação permitiram uma atuação continuada junto à ocupação Eliana Silva e às outras 6 ocupações do entorno, que conformam o Vale das Ocupações do Barreiro¹⁹, principalmente a ocupação Paulo Freire, citada anteriormente. Deste trabalho, surge, por exemplo, o projeto do Parque das Ocupações, desenvolvido em parceria com o Programa de Extensão Natureza Política, que possibilitou construir, junto aos moradores e ao movimento, um projeto e processo de regularização fundiária que previa uma relação simbiótica entre natureza e moradia. Processo que deu pernas para se pensar pavimentação, formação, plantio, drenagem, etc.

¹⁹ O Vale das Ocupações do Barreiro é um território de luta que conta com 6 ocupações urbanas: Camilo Torres, Irmã Dorothy, Eliana Silva, Nelson Mandela, Horta (1 e 2) e Paulo Freire.

Figura 11: Jogo das ocupações sendo jogado pelos moradores da ocupação Paulo Freire.



Fonte: Acervo da Comissão de Comunicação do MLB.

Figura 12: Moradores da ocupação Paulo Freire recebendo as placas de numeração das casas, desenvolvidas em disciplinas do Programa Natureza Política.



Fonte: Acervo da Comissão de Comunicação do MLB.

Outro vínculo importante se constrói a partir da comissão de comunicação do movimento, em que estudantes, não apenas do curso de arquitetura, passam a apoiar e construir um trabalho que, com os anos, se tornou contínuo e necessário como ferramenta de luta e estratégia discursiva. Processo que se estende, por exemplo, ao trabalho junto à juventude das ocupações, especialmente da ocupação Eliana Silva, com a consolidação do coletivo Minha Quebrada e as oficinas de produção audiovisual e de rádio, este último

também vinculado aos trabalhos desenvolvidos com o Programa de Extensão Natureza Política.

Figura 13 e 14: Comunicação do MLB cobrindo atos e novas ocupações.



Fonte: Acervo da Comissão de Comunicação do MLB.

Figura 15 e 16: Atividades e oficinas com a juventude do Minha Quebrada, em 2017.



Fonte: Acervo da Comissão de Comunicação do MLB.

Pode-se afirmar que esse processo de abertura da universidade também tem raízes na luta pela formalização do curso de Arquitetura noturno, a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) em 2008²⁰, que foi

²⁰ A partir do REUNI, também foi aberto, no mesmo prédio, o curso de Design no turno da noite.

formulado com uma grande diferença curricular do curso diurno. Dentre as diferenças, pode-se destacar o percurso flexível escolhido pelo próprio estudante e a estrutura de oficinas temáticas que abrangiam com maior enfoque temas de planejamento urbano e questões sociais. O curso noturno também permitiu que um outro perfil de estudantes pudesse acessar e permanecer na graduação, principalmente aqueles que trabalhavam durante o dia e/ou que tinham mais inclinação para as pautas urbanas. Essa nova grade curricular serviu como uma importante experiência para que, no curso diurno, ocorressem flexibilizações e mudanças curriculares e temáticas.

Outro vínculo, que passa a se consolidar dentro da universidade junto às lutas urbanas, é construído pelo movimento estudantil, dentro do Diretório Acadêmico da EA. Por meio deste espaço, diversos estudantes tiveram a oportunidade de se aproximar diretamente da pauta pela moradia e pelo direito à cidade, passando a acompanhar e apoiar diversos movimentos sociais que já haviam tangenciado durante as disciplinas cursadas. Além das apostas em uma ampliação da universidade e dos programas de extensão, em um ensino que se modifica a partir do comprometimento de certos discentes, e da aproximação e organização de estudantes por meio do movimento estudantil, pode-se ainda acrescentar a inclusão e ampliação do acesso à universidade por uma juventude negra e periférica por meio do sistema de cotas, que modifica, em certo grau, o olhar para a cidade e para o modo de produção e ensino da arquitetura dentro da Escola.

É possível afirmar que uma outra lógica de atuação vinha sendo experimentada e construída junto à universidade, com a produção, por exemplo, de ferramentas de interlocução mais abertas e interativas. Entretanto, esse processo não aconteceu sem contradições e desafios. Mesmo que os professores envolvidos nos processos de assessorias mencionados acima fossem críticos e engajados, percebia-se que ainda havia alguma distância entre os saberes em jogo. Talvez em função da posição social ocupada pelos professores, inclusive no imaginário dos próprios moradores. Talvez pelo tempo da urgência das ocupações que não se assimilava ao tempo da universidade. Assim, é a partir de estudantes, já envolvidos na militância do MLB, que, junto ao movimento, passa-se a testar um outro formato de atuação técnica junto aos territórios, em um processo muito calcado na “arte de aprender”, a dita matética. Aprender com o território, com as famílias, com as negociações, com a arquitetura, com as parcerias, etc.

3.3. Da Ocupação Carolina Maria de Jesus

Em 2017, o MLB realizou sua primeira ocupação vertical, a Carolina Maria de Jesus. A ocupação, que contou com 200 famílias, se deu em um prédio de 17 andares abandonado há quase 10 anos no centro da capital. Desde o início diversos estudantes da Escola de Arquitetura da UFMG (e de outros cursos, como antropologia) participaram ativamente da construção coletiva desse espaço junto às famílias, às coordenações e ao movimento, processo que vinha se consolidando desde 2016. Naquele ano, particularmente, estes estudantes atuaram na luta contra o golpe ao governo de Dilma Rousseff, assim como das ocupações estudantis, em particular organizando a ocupação da Escola de Arquitetura, contra a PEC 55, do corte dos gastos na educação e na saúde, proposta pelo então presidente Michel Temer. No âmbito acadêmico, participaram de diversos grupos de pesquisa e extensão como os citados anteriormente que têm um longo histórico de atuação junto aos territórios populares e no âmbito da assessoria técnica às ocupações urbanas. Em setembro de 2016, o MLB organiza a ocupação Temer Jamais, violentamente despejada na região do Barreiro, onde parte desses estudantes já estavam presentes, principalmente vinculados à comunicação do movimento.

Em 2017, percebe-se, assim, uma associação mais intensa entre a atuação do movimento estudantil da Arquitetura e a atuação do MLB, com a participação desses estudantes em duas outras ocupações do movimento naquele ano. Primeiramente em maio de 2017, quando se realiza a ocupação Manoel Aleixo, em um terreno abandonado em Mário Campos, cidade da região metropolitana de Belo Horizonte, que também foi violentamente despejada no mesmo dia. Após a sequência de dois despejos violentos em ocupações realizadas em terrenos, e com uma conjuntura de um governo estadual que vinha realizando despejos ininterruptamente à novas ocupações pelo estado, o MLB realiza a Carolina Maria de Jesus, que se localizava a cerca de 120 metros da Escola de Arquitetura da UFMG.

Essas muitas proximidades criaram condições para uma participação cotidiana desses estudantes na organização da comissão de comunicação²¹ do movimento, que envolvia tanto a produção e postagem de conteúdos quanto a organização das atividades culturais na ocupação, assim como na participação da comissão técnica (arquitetura e urbanismo) e de negociação.

²¹ A comissão de comunicação do MLB também contou, durante os primeiros meses da ocupação Carolina, com a colaboração cotidiana de integrantes da Mídia Ninja, que se revezavam nas tarefas de produção de conteúdo, acompanhamento de atos e reuniões de negociação, oficinas de filmagem, produção de debates (como o Sofá da Rua), entre outras.

Essa participação em outras comissões que não só a técnica foi de grande importância para o deslocamento deste coletivo de estudantes de uma postura externa ao movimento, estando cotidianamente participando e construindo espaços junto à ocupação, assim como foi importante para a ampliação do conceito de moradia, em sua raiz multidisciplinar. Com uma das salas do andar coletivo da ocupação direcionada ao trabalho da comunicação, este espaço se torna referência para a organização do trabalho desses estudantes junto às tarefas da ocupação.

Figura 17: Espaço da comunicação na ocupação Carolina Maria de Jesus, em Setembro de 2017.



Fonte: Acervo da Comissão de Comunicação do MLB.

Dentro da comissão técnica, uma das primeiras atividades foi a divisão dos espaços individuais por família, demanda que veio diretamente pelo movimento. As famílias foram inicialmente alocadas nos primeiros andares do prédio (Fig. 18) de forma coletiva. Em seguida, foram demarcados seus espaços individuais provisórios (Fig. 19), que foram, posteriormente, estruturados com madeirite, cobertores e lonas por cada família. Na medida em que os andares subsequentes foram limpos, as famílias foram realocadas e reestruturaram seus espaços de moradia (Fig. 20). Cada andar possuía um conjunto de banheiros, um feminino e um masculino, para uso coletivo das famílias do andar e, para segurança, foram proibidos fogão e gás de cozinha individuais, uma vez que a cozinha coletiva atendia todas as famílias de forma gratuita e coletiva com 4 refeições diárias.

Figura 18: Organização dos espaços das famílias durante as primeiras semanas de ocupação, no início de Setembro de 2017.



Fonte: Acervo da Comissão de Comunicação do MLB.

Figura 19: Primeira demarcação dos espaços de cada família, ainda não nos andares definitivos, sendo realizada por alguns dos estudantes de arquitetura, em 2017.



Fonte: Acervo da Comissão de Comunicação do MLB.

Figura 20: Casa de uma das famílias da ocupação após a realocação por andar.



Fonte: Acervo da Comissão de Comunicação do MLB.

Durante esse processo, diversas disciplinas ofertadas na Escola de Arquitetura da UFMG atuaram na ocupação, atualizando o levantamento arquitetônico do prédio e elaborando propostas para os espaços coletivos e individuais (Fig. 21 e 22), processo que foi diretamente acompanhado pela comissão técnica e pela coordenação da ocupação. Para isso, foi cedido uma sala de um dos andares coletivos da ocupação como espaço de trabalho das e dos estudantes, o que permitiu um contato mais cotidiano com o território e os moradores.

²² Esta foto é uma homenagem à companheira Edneia, vítima de um feminicídio em junho de 2022. Por ela, seguimos na luta!

Figura 21 e 22: Fotos de uma das disciplinas que desenvolveram projetos junto à ocupação.



Fonte: Acervo da Comissão de Comunicação do MLB.

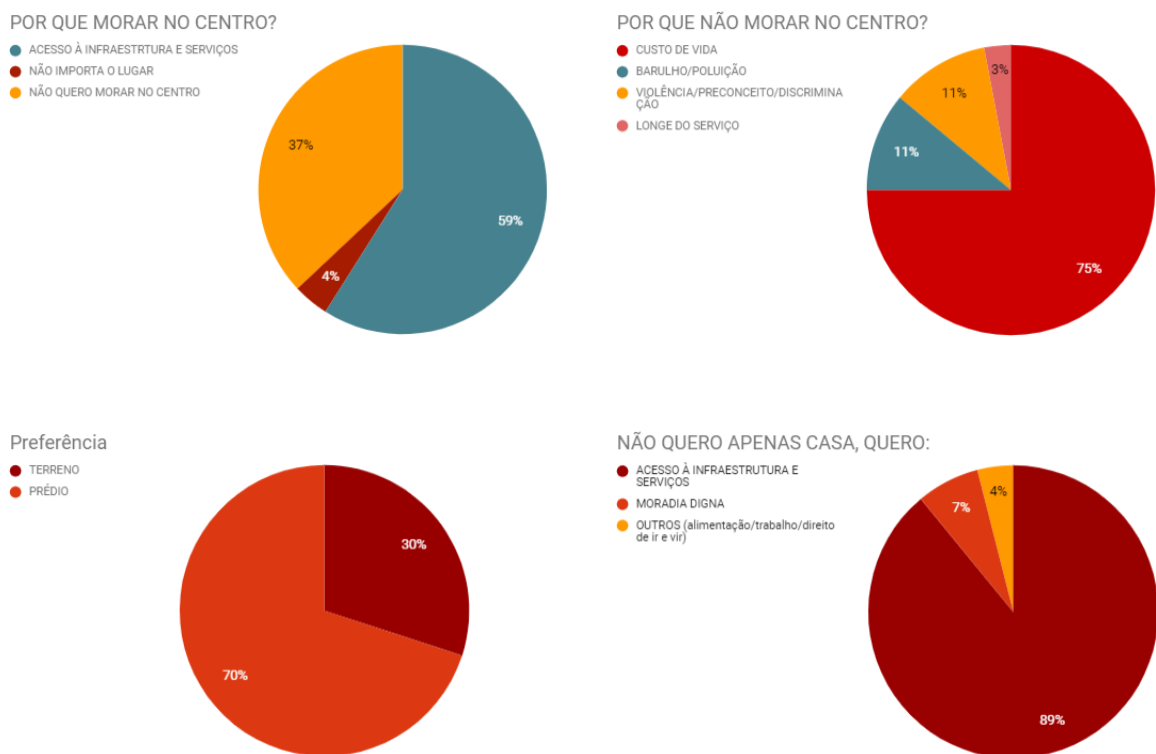
Durante o primeiro mês da ocupação, iniciou-se o processo de negociação junto à Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais, instituída pelo Estado de Minas Gerais em 2015, com a participação da comissão de negociação do MLB, das coordenadoras da ocupação, da Prefeitura de Belo Horizonte, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Companhia de Habitação de MG (Cohab-MG). A comissão de negociação do movimento era composta por coordenadores estaduais e municipais, um advogado e pelos estudantes de arquitetura militantes do movimento, que se revezavam para o acompanhamento de todas as reuniões. As negociações também contaram com a presença de integrantes da Mídia Ninja, a partir de um convite do MLB, para gravação, produção e montagem de materiais. O processo de negociação, que durou 9 meses, contou, assim, com a produção, a muitas mãos, de diversos materiais audiovisuais, jurídicos e urbanísticos como suporte para as reuniões.

Este momento da negociação foi de extrema importância para a ocupação, uma vez que, por ter se destacado entre as lutas e articulações pela moradia digna na cidade, ganha-se um peso para o avanço da pauta pela moradia no centro e da ocupação de prédios ociosos. Era o penúltimo ano da gestão do governador Fernando Pimentel, do PT, e havia uma predisposição política, que vislumbrava uma reeleição do mesmo, para que este conflito se solucionasse de forma positiva, assim como da ocupação Vicentão, organizada por outros movimentos também no centro da capital, cerca de 4 meses depois da ocupação Carolina. Todo esse processo de negociação foi construído conjuntamente às famílias e coordenações do MLB, com a realização de inúmeras assembleias, antes e depois de cada reunião com o

Estado, e atividades participativas (oficinas, debates, filmagens) para a produção dos materiais necessários.

Dentre elas, destaca-se, primeiramente, a realização da oficina “Morar ou não morar no centro?” com as famílias da ocupação, que foi desenvolvida pela coordenação da ocupação junto aos estudantes de arquitetura militantes do MLB, para tratar sobre as condições e preferências de moradia, e a situação socioeconômica de cada família. Com a aplicação de um questionário com perguntas abertas para cada família, os dados foram posteriormente sistematizados e utilizados como base para a construção de propostas junto à Mesa de Negociação.

Figura 23: Parte dos dados da pesquisa realizada junto aos moradores da ocupação.

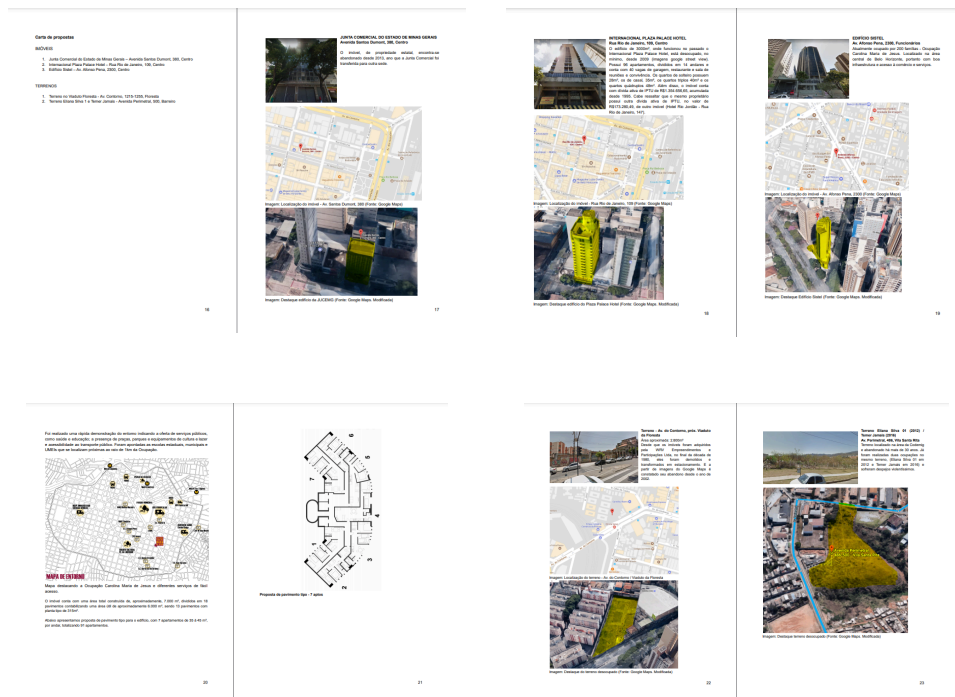


Fonte: Acervo da OPA.

Destaca-se também a construção de uma “Carta de propostas” com opções para a solução do conflito fundiário, apresentando possibilidades para o reassentamento das famílias em outros imóveis vazios no centro, assim como a viabilidade de permanência destas no

prédio da ocupação. Neste último caso, um projeto foi desenvolvido pela comissão técnica do movimento a partir da consolidação dos diversos projetos produzidos nas disciplinas e de conversas com moradores e coordenação. Como havia surgido uma parcela das famílias que manifestou o interesse em não morar no centro e/ou não morar em prédio, inclui-se, na proposta apresentada à Mesa, a possibilidade de reassentamento de parte das famílias em terrenos vazios em outros bairros da cidade. A construção dessas propostas levou em conta os diversos levantamentos de imóveis vazios da capital, como o Projeto de Requalificação do Hipercentro construído pela Prefeitura de BH em 2007; os levantamentos realizados pelos grupos de pesquisa da Escola de Arquitetura da UFMG em disciplinas e oficinas colaborativas; e o mapeamento realizado pelo próprio movimento de terrenos vazios/anteriormente ocupados e que continuam sem cumprir sua função social.

Figura 24: Carta de propostas entregue à Mesa Estadual de Diálogo para solução do conflito fundiário.



Fonte: Acervo da OPA.

Dentre os imóveis da “Carta de propostas” que foi entregue pelo movimento, dois foram pré-selecionados pela Mesa como possíveis para o reassentamento. Assim, uma comissão mista, com participantes da Mesa, do movimento e da sua comissão técnica, foi

elencada para visita aos respectivos imóveis, sendo estes: o antigo Internacional Plaza Palace Hotel, edifício desocupado há mais de 17 anos – onde funcionava apenas um estacionamento nos andares de garagem, o que facilitou o rápido contato com o representante dos herdeiros do imóvel – e o terreno público abandonado na região do Barreiro, onde já haviam sido despejadas duas ocupações do MLB. A visita ao terreno teve presença da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte - Urbel, membros da Mesa de Negociação, do Vice Prefeito de BH, Paulo Lamac, da coordenação da ocupação, do MLB e da comissão técnica do movimento, configuração que tinha como objetivo envolver e responsabilizar novamente o município na discussão do conflito, uma vez que este não vinha participando das últimas reuniões. A visita ao prédio, por sua vez, não tinha um caráter tão público, pois ali se aspirava uma solução nova e ainda não tão materializável via Estado. Assim, estavam presentes o advogado representante do imóvel, o presidente e o assessor da Mesa de Negociação, dois coordenadores do MLB e duas estudantes da comissão técnica do movimento. A visita teve por objetivo conhecer os espaços e o estado físico do prédio, assim como suas carências, necessidades de obras e capacidade de suporte da demanda. Mesmo com os muitos problemas estruturais necessários, este foi um passo de grande entusiasmo por parte do movimento e da comissão técnica.

Figura 25 e 26: Visita da Prefeitura de Belo Horizonte e do Vice-Prefeito Paulo Lamac ao terreno proposto para reassentamento de parte das famílias.



Fonte: Acervo da OPA.

Figura 27 e 28: Visita da Cohab-MG e do MLB ao prédio proposto para mudança de parte das famílias, em 2018.



Fonte: Acervo da OPA.

Com o avanço das negociações, a participação da comissão técnica e jurídica do movimento teve um importante papel de alinhamento dos trâmites junto ao poder público e ao representante do imóvel particular. Foram inúmeras reuniões de acordo de divisão das responsabilidades de reformas, de cadastramento das famílias, de organizar o período de desocupação, de discutir os modelos de construção, entre outros. Novas visitas técnicas foram realizadas no prédio para levantamento das demandas infraestruturais, das instalações hidráulicas e elétricas existentes, da condição das escadas, das peças sanitárias, da caixa d'água, dos elevadores, etc. Ao fim, chega-se à uma proposta final com o Estado de: 1) pagamento de auxílio moradia para as famílias durante 2 anos, com possibilidade de extensão para mais um ano, até o reassentamento definitivo delas; 2) aluguel do antigo Internacional Plaza Palace Hotel (apresentado pelo movimento na carta de propostas) para o reassentamento de parte das famílias; 3) cessão do terreno vazio na região do Barreiro (também apresentado pelo movimento na carta de propostas), para o reassentamento do restante das famílias e posterior autoconstrução das moradias; e 4) saída das famílias do prédio da ocupação em 30 dias após assinatura do acordo e contrato de aluguel, e com auxílio de caminhões de mudança e caçambas pagos pelo Estado.

Figura 29: Assinatura do acordo de negociação com a Cohab-MG.



Fonte: Acervo da OPA.

Assim, em junho de 2018, a ocupação Carolina muda de endereço e, com ela, surge a proposta, pela coordenação do MLB, de estruturação do trabalho desenvolvido por esses estudantes de arquitetura e de outras áreas, que já estavam militando pelo movimento, conformando um grupo de assessoria interno ao movimento. Essa estruturação caminha junto ao entendimento do movimento também como produtor destes territórios e da possibilidade de criar um espaço de trocas e de produção de conhecimento que pudesse incorporar especificidades do cotidiano prático das ocupações nos trabalhos a serem desenvolvidos. Aqui, a tentativa de reforçar a produção social do espaço também como eixo central para a discussão política do movimento, não apenas como contingente.

Figura 30: Mapa de localização da ocupação Carolina Maria de Jesus 1 e 2 dentro da Avenida do Contorno.



Fonte: Elaboração pela autora.

A aposta na constituição desse coletivo — diferentemente das outras assessorias acionadas anteriormente nos territórios, principalmente via grupos de professores —, com uma atuação direta de estudantes em todo o processo, efetivada de maneira muito próxima aos moradores e movimento social, se revelou mais possível para imaginar e desejar a construção de algo novo ou algo outro, por ambos os lados. O que pode ter vinculação com as diferentes relações criadas, inclusive em termos de hierarquia, ou talvez com a possibilidade de construção de uma outra lógica da responsabilidade, como citado anteriormente, na lida com os atravessamentos, as contradições e os cotidianos.

3.4. A OPA

As primeiras reuniões foram de articulação deste “novo” espaço, de conversas da coordenação do movimento com os militantes que iriam compô-lo e de entendimento da necessidade desta organização. E é a partir destas conversas que surge a proposta do nome. Oficina, por entendê-la como um processo contínuo de formação mútua e de compartilhamento; Popular, por ter em sua raiz o trabalho político junto ao povo sem-teto e sem-terra, e por vislumbrar um processo dialógico com os diferentes saberes; e Assessoria, por entender a necessidade de assumir este trabalho também como técnico e da afirmação enquanto coletivo de assessoramento à um movimento social e seus territórios.

Figura 31: Uma das primeiras reuniões da OPA na ocupação Carolina Maria de Jesus 2, em Junho de 2018.



Fonte: Acervo da OPA.

Assim, entendendo a multidimensionalidade da questão da moradia, a Oficina Popular de Assessoria - OPA se estruturou de forma multidisciplinar, inicialmente, em 4 eixos, compostos por estudantes e profissionais, moradores e não moradores das ocupações do MLB. São estes: 1) Eixo Técnico, composto por estudantes de arquitetura, técnicos de edificação, profissionais da área da construção civil (pedreiro e mestre de obra); 2) Eixo Social, composto por psicólogos e estudantes de antropologia; 3) Eixo Jurídico, composto por advogados populares; e 4) Eixo Comunicação, composto por estudantes das diversas áreas e comunicadores populares. É importante destacar que a escolha pelos nomes “técnico” e

“social” foram pauta de vários encontros do coletivo, devido à insatisfação com uma possível limitação que os nomes traziam para a atuação. No entanto, eram categorias necessárias para se organizar o trabalho e não impediram um processo relacional e dialógico entre os eixos. Posteriormente, se estruturaram mais 3 eixos: Educação, Cultura e Juventude, entendendo a diversidade destes trabalhos nos territórios do movimento e a necessidade de organizá-los dialogicamente aos da assessoria.

A composição da OPA teve por princípio a demanda de não ser um trabalho que se fizesse aquém aos territórios e às suas singularidades, e que o trabalho técnico não se resumisse ao profissional graduado, minoria dentro do movimento. Assim, moradores das diversas ocupações do MLB foram convidados e incorporados com seus saberes neste espaço. Primeiro, por já serem moradores que atuavam com obra, com comunicação, com educação ou com cultura; segundo, por serem nós importantes para uma articulação territorial mais direta, mesmo que os participantes não moradores já estivessem atuando por um tempo junto ao movimento; terceiro, pelo acúmulo de experiências de luta e na lida com as urgências e demandas territoriais.

As reuniões da OPA eram prioritariamente coletivas e semanais, com repasse dos trabalhos em desenvolvimento por cada eixo e construção de propostas a partir das demandas territoriais. Quinzenalmente, o MLB organizava o “Encontrão”, dia de formação, reunião e debate entre os militantes e coordenadores do MLB. Parte deste dia era reservado para reuniões gerais das diversas estruturas do MLB (coordenação estadual, coordenação municipal, coordenações das ocupações e OPA), sendo o principal dia de contato e conversa sobre as demandas de cada território junto às coordenações e lideranças. A OPA propunha, assim, a construção de “uma atuação conjunta aos moradores tendo como base a troca e o aprimoramento das práticas de se pensar e fazer moradias, ocupações, cidade e coletividade” (OPA, 2018). Aqui, havia um desejo pelo fomento à uma outra produção de conhecimento, por um processo coletivo de formação mútua, por uma atuação voltada também ao cotidiano e às urgências, ou “rumo ao aqui”, aproximando do que Borrero (2020) afirma sobre os hicjetos.

Figura 32, 33 e 34: Encontros de organização e trabalho da OPA, no segundo semestre de 2018 e início de 2019.



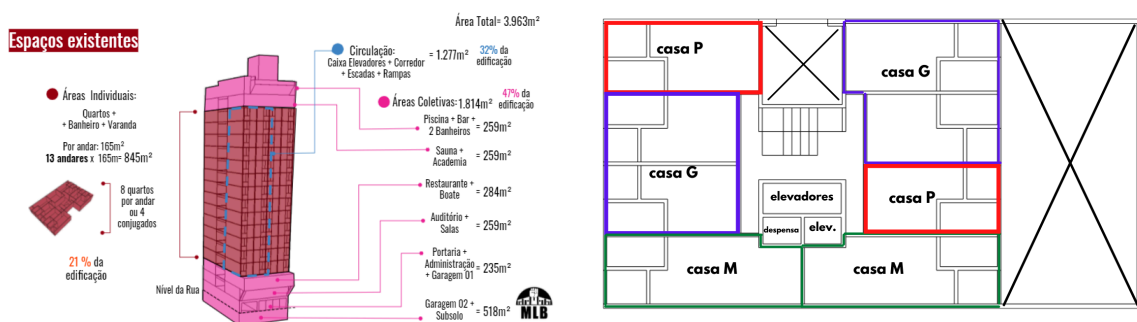
Fonte: Acervo da OPA.

O trabalho do eixo Técnico, mesmo entendendo que este se desenvolvia de forma muito interdisciplinar e inter-eixos, concentrava prioritariamente os processos que envolviam a produção do espaço das ocupações, entre eles: regularização fundiária, parcelamento do solo, laudos técnicos, vistorias, reforma de espaços coletivos, campanhas de financiamento, acompanhamento e orçamento de obras, participação na construção de políticas públicas, entre outros. No entanto, pela equipe ser composta majoritariamente por estudantes, muitos dos trabalhos foram acompanhados e/ou construídos conjuntamente a outros parceiros, principalmente da universidade, como na construção de laudos técnicos, vistorias, projetos de parcelamento do solo, presença em Mesas de Negociação, etc. Este último caso representa as necessárias análises de conjuntura e construção de estratégias de negociação com o poder

público, uma vez que a presença da universidade ao lado do movimento social tem um papel legitimador, tanto técnico quanto político, de extrema importância para se pautar a defesa dos direitos e a construção de soluções.

Uma das principais frentes de trabalho do eixo Técnico foi a própria ocupação Carolina, inicialmente com a mudança das famílias para o novo prédio. Este, por ter ficado muitos anos desocupado, apresentava diversos problemas elétricos, hidráulicos e estruturais que deveriam ser sanados anteriormente à mudança das famílias, conforme acordado com o proprietário. No entanto, com o não cumprimento do acordo por parte dele, um plano de ocupação do novo prédio teve que ser construído considerando as condições existentes até que as obras fossem realizadas. A mudança foi, assim, se dando de forma gradual. A ocupação se deu inicialmente nos primeiros andares, retomando a cozinha e o banheiro coletivos. A cada andar que ia sendo limpo e liberado, as famílias iam se alocando segundo distribuição prévia, que levou em conta tamanho das famílias, idade dos moradores, deficiência física, entre outros critérios. Vale destacar que esse processo contou com um levantamento arquitetônico e com o desenvolvimento do projeto do prédio para auxiliar no entendimento dos espaços e dar base para as futuras reformas. No entanto, a representação deste e de outros projetos que foram desenvolvidos futuramente não se caracterizaram como indispensáveis para o desenvolvimento das ações. Essa descentralização do lugar da representação na lida com o espaço possibilitou que outros arranjos, desenhos-outros, fossem se somando como um conjunto de elementos informacionais dentro dos processos.

Figura 35 e 36: Estudos desenvolvidos pela equipe da OPA para ocupação do novo prédio.



Fonte: Acervo da OPA.

Figura 37 e 38: Mutirão dos moradores para limpeza do prédio da ocupação Carolina Maria de Jesus 2, em Junho de 2018.



Fonte: Acervo da OPA.

Figura 39 e 40: Divisão dos quartos por andar e mudança das famílias para o prédio da ocupação Carolina Maria de Jesus 2, em Junho de 2018.



Fonte: Acervo da OPA.

As obras foram acontecendo nos meses subsequentes com o acompanhamento direto de uma parte da equipe técnica da OPA aos profissionais e empresas contratados. Parte das demandas eram obrigatoriedade do proprietário, processo que teve muitos percalços negativos, e parte eram do próprio movimento e das famílias. Assim, além do pagamento do aluguel do prédio, uma parcela do auxílio moradia, negociado junto ao Estado, foi sendo revertida para as obras de estruturação da nova ocupação. O processo de autogestão do dinheiro pelo movimento possibilitou a priorização das demandas e a estruturação territorial

²³ Esta foto é uma homenagem ao companheiro Zé Bernardo, que faleceu em 2021 na espera do cumprimento do acordo pelo Estado e da garantia de sua moradia digna. Zé Bernardo, presente!

para o avanço da condição da moradia digna. Possibilitou, também, que dois integrantes da OPA fossem profissionalizados, ou seja, recebessem uma ajuda de custo para permitir o acompanhamento mais direto aos trabalhos. A escolha por quem da OPA receberia a ajuda de custo teve por prioridade a falta de outra renda, processo comum para várias assessorias, em que o trabalho é desenvolvido em paralelo às atividades “formais” da equipe. Mas mais do que um trabalho voluntário desenvolvido pelo resto da equipe, este era um trabalho militante, assim, com renda ou não, ele foi realizado. Além disso, priorizou-se por uma pessoa do eixo técnico e uma do eixo social, visto o momento em que se encontrava as demandas da ocupação, assim foram remuneradas uma técnica de edificação, que acompanhou diretamente as empresas contratadas e as obras no prédio, e uma psicóloga. Além disso, foi possível que equipamentos e materiais necessários para a realização de oficinas e atividades junto aos moradores fossem comprados com a devida comprovação de demanda, alguns destes, como um projetor, permanecem na ocupação até hoje para uso da coordenação e dos moradores.

3.5. As oficinas junto à ocupação Manoel Aleixo

O restante das famílias da ocupação Carolina (cerca de 130 famílias), que não se mudaram para o prédio novo, passaram a aguardar a cessão definitiva do terreno²⁴ na região do Barreiro para o início do processo de construção das moradias. Como mencionado anteriormente, este terreno era o mesmo em que as ocupações Eliana Silva 1 e Temer Jamais haviam sido violentamente despejadas, tornando-se uma importante conquista para as famílias e para o MLB. Durante este período de espera, os trabalhos com as famílias se dividiram em duas frentes: 1) a estruturação de uma escala entre as famílias para vigilância, limpeza e cuidado do terreno; e 2) a construção de uma proposta de parcelamento e ocupação do terreno da, agora renomeada, ocupação Manoel Aleixo.

²⁴ O terreno também está localizado no Vale das Ocupações do Barreiro, anteriormente mencionado.

Figura 41: Mapa do terreno apresentado na oficina com as famílias da ocupação Manoel Aleixo.



Fonte: Acervo da OPA.

Assim, se iniciaram uma série de encontros entre as famílias e a equipe da OPA para o desenvolvimento desse plano urbano, que tinha como possibilidade tanto a autoconstrução das moradias pelas próprias famílias quanto o cadastramento do projeto no edital do programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades (MCMV-E). Mesmo com várias críticas ao programa MCMV, uma das estratégias necessárias era conseguir algum tipo de financiamento para auxiliar na construção das moradias, sendo o eixo Entidades uma oportunidade que poderia ainda garantir a autogestão e o acompanhamento pela assessoria técnica. Foram, assim, realizadas ao todo seis atividades/encontros, no período de agosto a dezembro de 2018, prazo para envio no edital. Os encontros tiveram o intuito de construir, dentro das limitações de tempo, um processo de planejamento coletivo e colaborativo para discussão das demandas, das limitações geológicas e ambientais do terreno, do desenho das ruas, quadras, lotes, tipologias e equipamentos coletivos.

Aqui, a construção de um projeto arquitetônico vinha como dupla demanda: do próprio movimento, por entender, após um acúmulo de experiências nos seus territórios, a relevância deste instrumento para a consolidação do território e futura regularização; e do Estado e da Mesa de Negociação, por instituir como obrigatoriedade, para a legitimação da posse e propriedade às famílias, a regularidade dos processos de projeto, aprovação e construção. Assim, mesmo já se tendo consciência de que não se conseguiria tornar todas as

etapas de projeto em processos compartilhados com as famílias, tenta-se construir, a partir do possível, um processo que despertasse o coletivo, permitisse o diálogo e o conflito, mas que, ao fim, respondesse às demandas necessárias. Aqui, a representação técnica tinha grande importância mas não deveria ser a centralidade e nem sobressair aos processos de discussão e *design* coletivos, apostando ser a partir deles, desses desenhos outros, o caminho para pensar, desejar e produzir o território.

1) Encontro 1 - Plenária com as famílias: Apresentação da Assessoria

O primeiro encontro com as famílias teve o intuito de introduzi-las ao trabalho de assessoria técnica e apresentar a equipe da OPA. Para isso, uma apresentação foi construída, traçando, a partir dos territórios de atuação do MLB, uma cronologia da atuação de técnicos, principalmente da área da arquitetura e do urbanismo, junto às demandas das comunidades. Foi o espaço de retomar as experiências anteriormente já citadas, como do TEVAP, da ampliação da Creche Tia Carminha, do parcelamento e loteamento das ocupações Eliana Silva e Paulo Freire, mas também outras, como o Parque das Ocupações, anteriormente citado, e a Arquitetura na Periferia²⁵. Ao exemplificar essas parcerias que já existiam há tempos junto às ocupações, foi mais orgânico entender a constituição desse novo coletivo — “por que não ter uma assessoria nossa?” —, principalmente por já serem rostos corriqueiros para muitas das famílias ali presentes. Pareceu fazer sentido para as famílias que o movimento conseguisse formalizar essas condições que há tempos vinham se fomentando e poder desenvolver ou articular processos que pudessem ser mais “independentes”, mesmo que o trabalho continuasse em rede, quando necessário.

²⁵ A Arquitetura na Periferia é um coletivo de assessoria técnica que atua com a capacitação de mulheres da periferia de Belo Horizonte para a melhoria de suas moradias e que desde sua primeira turma tem atuado também com mulheres das ocupações Paulo Freire e Eliana Silva.

Figura 42 e 43: 1ª Plenária com as famílias da ocupação Manoel Aleixo, em 19 de Agosto de 2018.



Fonte: Acervo da OPA.

Foram também levados outros exemplos de grupos de assessoria técnica e práticas de autogestão de empreendimentos habitacionais, como forma de ampliação de repertório. Por último, foram exibidos trechos do filme “arquitetura como prática política”, documentário que apresenta a trajetória dos 25 anos de atuação da assessoria técnica Usina CTAH, de São Paulo. Foram imagens que despertaram um imaginário possível para um processo que ainda estava por começar. É importante frisar a disputa por esse imaginário, uma vez que existe um forte vínculo com o que já é conhecido ou o que é aceito como legítimo a partir dos dispositivos de poder presentes no jogo das disputas urbanas, como citado anteriormente a partir das colonialidades urbanas e arquitetônicas. Entende-se, assim, que a apresentação de imagens e filmes é importante como ampliação desse repertório e tentativa de desconstrução desses estereótipos.

2) Encontro 2 - Plenária com as famílias: Planejamento das ações

O segundo encontro foi para decidir sobre o planejamento das atividades e o calendário até o fim do ano, e, aqui, se passa a ter uma centralidade maior dos estudantes de arquitetura e urbanismo na coordenação das atividades e ações subsequentes. Uma vez que um dos caminhos era a inscrição no edital do MCMV-E, o período para realização dos encontros e desenho do projeto era limitado. Outro limitador era o próprio deslocamento das famílias, uma vez que estas não estavam morando mais conjuntamente na ocupação, estavam morando de aluguel ou de favor em bairros variados pela cidade, o que dificultava um regime grande de encontros coletivos. Por isso, foram propostos mais 4 encontros, sendo dois de

oficinas para o parcelamento do solo, a serem desenvolvidos na Escola Municipal Presidente Itamar Franco, no Barreiro, região mais próxima à maior parte das famílias.

Figura 44: 2ª Plenária com as famílias da ocupação Manoel Aleixo, em 16 de Setembro de 2018.



Fonte: Acervo da OPA.

Como em toda reunião, o primeiro momento foi voltado para uma discussão sobre a conjuntura política, neste caso voltado às controvérsias do programa MCMV. É importante destacar que esse processo de formação política está presente em todo espaço de discussão do MLB, sendo imprescindível não separá-lo do espaço da OPA, tendo em vista o trabalho também essencialmente político da assessoria. Em seguida, também foram apresentadas as etapas de inscrição e seleção dos empreendimentos para o MCMV. Este foi um momento importante de troca com as famílias, em que muitas deram seus relatos sobre a espera de mais de 10 anos nas filas da política habitacional e a falta de confiança no programa, o que fez com que muitas apostassem mais na modalidade da autoconstrução como alternativa concreta e mais aberta para as especificidades de moradia de cada uma. Foi perceptível que, para muitas famílias, a dimensão do processo que estava por vir ainda não era de todo compreensível, mas que havia uma aposta na proposta e, assim, consentimento com o planejamento de ações apresentado.

3) Encontro 3 - Cercamento do terreno e construção da guarita e cozinha

O terceiro encontro tinha como objetivo a estruturação da segurança e da infraestrutura básica no terreno, para possibilitar o cumprimento de escalas de vigilância e cuidado pelas famílias. A introdução das escalas de vigilância foi necessária uma vez que, por ser um terreno de grande disputa na região e que estava abandonado há muitos anos, passaram a ocorrer casos recorrentes de capina e de nivelamento do solo para utilização por terceiros, o que gerou apreensão das famílias e do movimento sobre a possível perda da posse. Neste sentido, foi tirado um grupo de trabalho com alguns representantes das famílias para o cercamento do terreno e a construção de duas guaritas (uma para cada entrada de acesso às ruas existentes) e um cômodo, que serviria enquanto cozinha e despensa. Esta demanda teve o apoio de coordenadores das ocupações do entorno, sendo alguns membros da OPA, mas foi organizada diretamente por representantes das famílias, com o orçamento e compra de materiais, projeto e construção dos espaços.

Figura 45 e 46: Cozinha/despensa construída pelos moradores no terreno, entre 29 e 30 de Setembro de 2018.



Fonte: Acervo da OPA.

4) Encontro 4 - Oficina: Equipamentos, ruas e quadras

O quarto encontro foi o primeiro dia de oficina com as famílias e estava previsto para ocorrer em dois turnos, manhã e tarde. Pela manhã, o encontro se iniciou no próprio terreno em que as casas seriam construídas e teve por objetivo apresentá-lo para todas as famílias. Com um passeio coletivo por todo o terreno, foram apresentadas algumas características, como as duas nascentes, as áreas de preservação permanente, as áreas de grande declividade,

os acessos pelas ruas existentes, as ocupações que fazem divisa, entre outras. Por serem muitas famílias e um terreno muito grande, alguns momentos foram mais dispersos que outros, mas houveram pontos de grande concentração e debate perto das nascentes e da área de preservação. Aqui o jogo de cintura foi necessário para dar atenção individualizada mas captar a atenção coletiva para o debate. Foi perceptível a animação das famílias em prospectar sobre as casas e ruas construídas, os quintais, suas rotinas. Talvez ali tenha despertado, para as famílias, a condição materializável do processo.

Figura 47: Visita das famílias da ocupação Manoel Aleixo ao terreno, em 20 de outubro de 2018.



Fonte: Acervo da OPA.

Após a visita, as famílias, coordenações e a equipe da OPA (entre eles, os estudantes de arquitetura, uma técnica de edificações, estudantes de antropologia e comunicadores) caminharam até a Escola Municipal Presidente Itamar Franco, que fica a 12 minutos de distância do terreno, para a apresentação do que seria feito na oficina. Esta oficina tinha como tema: Equipamentos, ruas e quadras. A proposta foi aproximar os futuros moradores dos mapas, desenhos e termos do planejamento urbano, e de questões que compõem uma casa, um bairro e uma cidade. Uma lógica que tinha como pressuposto fomentar um saber fazer também com o corpo, que não necessariamente está relacionado só ao ato de construir, também tem relação com o planejamento, com a escolha individual frente à coletiva e com as singularidades dos diversos atores, numa busca por uma prática não hierarquizada. Assim, a partir do entendimento da localização do terreno e da sua representação em mapa, foram apresentados em slide os equipamentos já existentes no entorno, como escolas, postos de

saúde, pontos e linhas de ônibus, centros culturais, espaços de lazer, comércios e indústrias. Essa dinâmica teve o intuito de questionar a possibilidade e/ou necessidade de inclusão de equipamentos coletivos no projeto.

Posteriormente, foram apresentadas, em mapa, algumas características do terreno que foram visitadas pelas famílias, como as nascentes e seu raio de proteção, as áreas de preservação permanente (APPs) dos cursos d'água, a influência e o caminho do sol, entre outras. Utilizou-se de exemplos de projetos de parcelamento, como o da ocupação Eliana Silva, que alinharam desenho das ruas e preservação das APPs, indagando ao final onde iriam passar as ruas desse novo projeto. Para isso, também utilizou-se de exemplos de ruas do próprio entorno do terreno para exemplificar diferentes tamanhos e capacidade de cada uma, como a Avenida Perimetral que dá acesso ao terreno e as ruas e alamedas da ocupação Eliana Silva.

Da mesma forma foram apresentados tipos de quadras, com traçados mais orgânicos, de acordo com o relevo dos terrenos, com traçados mais reticulados, como no centro da cidade e nas ocupações do entorno, com lotes grandes de 360 m², lotes mínimos de 125 m² e lotes condominiais como da ocupação Eliana Silva (lotes de 130 m² divididos para duas famílias) — o que conseqüentemente gerou quadras menores para acesso individual por cada família. Além disso, as possibilidades de se pensar múltiplos usos em uma mesma quadra, exemplificando com uma quadra do bairro Calafate que congrega praça, escola, moradia e comércio. Foi uma apresentação calcada na lógica dos exemplos socioespaciais como disparadores de arranjos e imaginários possíveis.

Figura 48: 1ª parte da oficina: Equipamentos, ruas e quadras, no auditório da Escola M. P. Itamar Franco.



Fonte: Acervo da OPA.

Após o almoço coletivo, a oficina continuou na quadra da Escola, onde as famílias foram divididas em nove grupos. Para pensar ruas, quadras e equipamentos, foi desenvolvido um kit, como instrumento dialógico para o processo, que continha: um mapa do terreno com as curvas de nível, colado em uma folha de isopor; pedaços de fita de cetim; adesivos com ícones de diversos equipamentos; marcações com os raios de proteção das nascentes; canetinhas; tachinhas; papel manteiga; fita crepe; tesoura; e folhas avulsas. Cada grupo recebeu um kit e tinha como referência algum membro da OPA, não só da área da arquitetura e do urbanismo, para acompanhamento e mediação das discussões e resolução de dúvidas. Ao final, cada grupo deveria definir dois coordenadores entre eles para apresentarem a proposta para todos.

Buscou-se, a partir do kit entregue para cada grupo, criar uma dinâmica que não fosse apenas representativa, mas que despertasse o diálogo com as condicionantes do terreno, entre os integrantes do grupo e com os diversos repertórios de cidade. No entanto, durante a atividade, foi perceptível a liderança de algumas pessoas em cada grupo — majoritariamente de homens, mesmo com a presença majoritária de mulheres — seja pelo domínio maior da linguagem ou por outras condições sociais, o que fez com que a participação na construção das propostas não fosse necessariamente de todos e todas.

Pode-se destacar como uma questão negativa a falta de espaço de creche para as crianças, o que atrapalhou a maior participação das mães no processo de desenho e discussão.

Algumas pessoas apresentaram muitas dificuldades no entendimento da espacialização e da representação no mapa, processo que, pelo tempo e método da atividade, não conseguiu ser sanado, mas que foi facilitado pela análise da maquete do terreno e entorno anteriormente desenvolvida por parceiros do MLB e que foi levada em todos os encontros com as famílias. Devido à presença de mais pessoas da equipe da OPA do que o necessário para o acompanhamento de cada grupo, foi também possível uma troca mais individual com aqueles que apresentaram mais dificuldade com a dinâmica. Aqui, o instrumento, mesmo proporcionando o debate, acabou tendo uma centralidade como produto que os grupos deveriam entregar ao final do processo, o que limitou uma apropriação mais espontânea dos materiais.

Entre as discussões geradas sobre os equipamentos, destaca-se a preocupação com a criação de um parque para preservação das nascentes e promoção de um espaço de lazer para as famílias, conjugando espaços culturais com espaços de lazer (praças também). Processo que influenciou a escolha da localização das ruas, algumas pensadas enquanto mirante ou como barreira física para a preservação do espaço, outras com final em *cul de sac* permitindo espaços de convivência, possíveis festas na rua, etc. Destaca-se também a discussão acerca dos tipos de comércio a serem permitidos, colocando em pauta supermercados, sacolões e padarias, mas gerando debates sobre bares e igrejas. O consenso passava pela mobilidade e a necessidade de garantir novas linhas de ônibus ou a mudança de rota para o acesso por dentro do terreno, já indicando a capacidade de suporte de determinadas ruas também para o acesso do caminhão de lixo. A pauta da educação não apresentou tantos embates, havendo certa concordância na capacidade do bairro de absorver a demanda. No entanto, alguns grupos apresentaram a necessidade de espaços de creche mais próximos às casas, facilitando a rotina das mães.

No final da atividade, cada grupo apresentou sua proposta para o coletivo e as diferenças e proximidades das decisões foram discutidas, processo que teve grande participação e animação dos moradores. A promoção do espaço de debate entre eles foi um processo importante para a geração do conflito, aqui colocado não como um ponto negativo, mas como abertura para a divergência de pensamentos e construção coletiva de propostas. O espaço de negociação, que, durante a atividade, foi feito pela equipe da OPA, aqui foi ampliado aos diferentes grupos, que tentavam achar entre si convergências para as propostas.

Figura 49, 50, 51 e 52: Fotos da 2ª parte da oficina: Equipamentos, ruas e quadras, na quadra da Escola M. P. Itamar Franco.

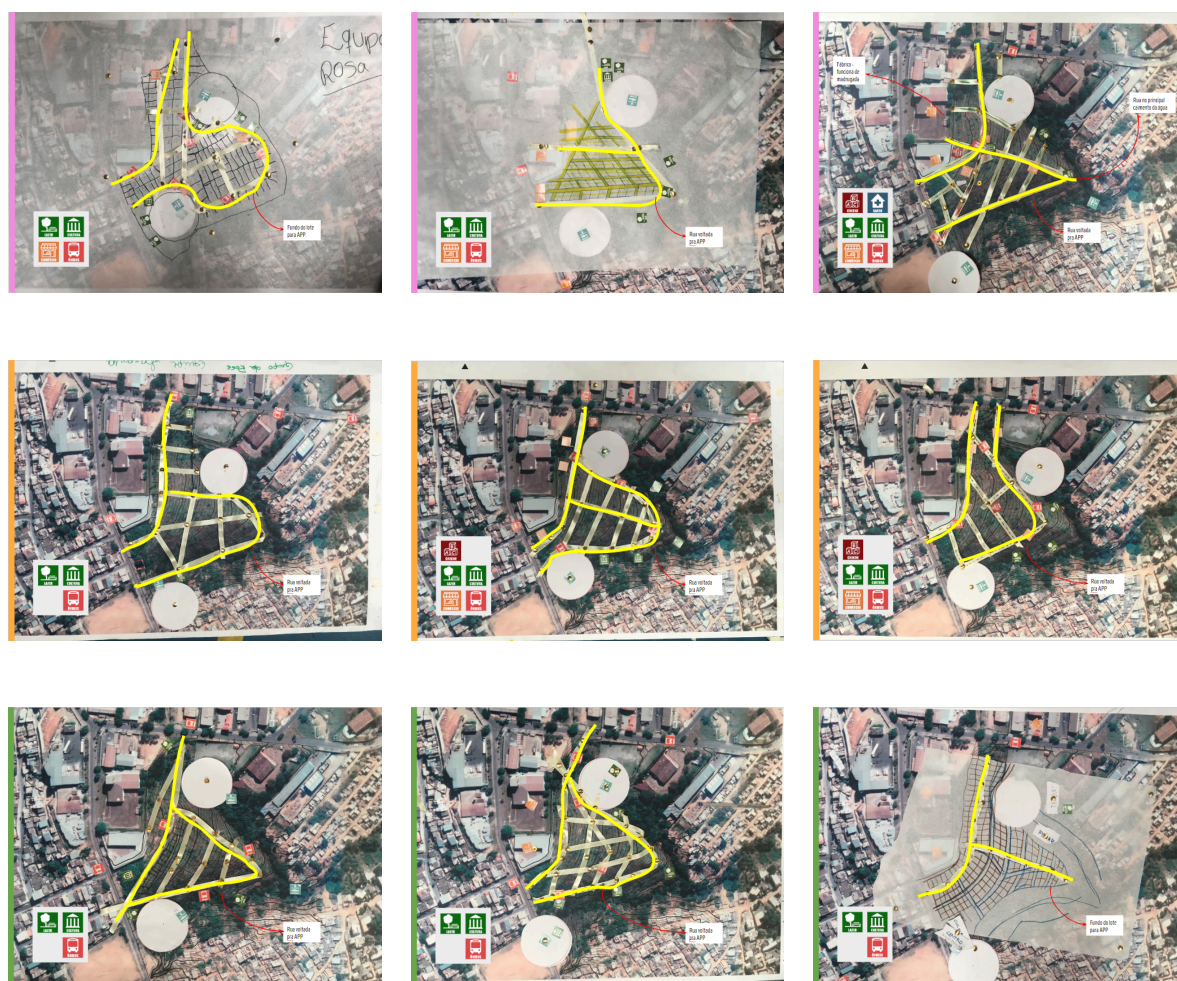


Fonte: Acervo da OPA.

As propostas apresentadas pelos nove grupos tiveram algumas similaridades, como o percurso das vias: uma no topo do terreno e outra contornando seu limite ou uma que corta diametralmente o terreno, conformando três eixos estruturantes de vias; e os equipamentos coletivos escolhidos: praças, espaços culturais, pontos comerciais e pontos de ônibus internos (possibilitando também a passagem do caminhão de coleta de lixo). É interessante mencionar que os grupos em que se destacou um maior aprofundamento das discussões — em termos de divisão dos lotes, discussão sobre o acesso de caminhão de lixo e sobre comércio, debate sobre o uso consciente da área de preservação, entre outros — não tiveram a presença fixa de arquitetos, o que pode ser apenas uma coincidência, mas talvez esteja ligado à linguagem utilizada, com menos cacoetes arquitetônicos, ou à referência criada com os outros integrantes

da OPA a partir das outras atividades, permitindo uma liberdade de diálogo, ou à maior apropriação da tarefa por certos moradores. Mesmo com uma equipe multidisciplinar, as atividades das oficinas foram majoritariamente coordenadas pelos arquitetos, o que já havia criado um grau de diferenciação com o resto da equipe.

Figura 53: Propostas de cada grupo após a oficina: Equipamentos, ruas e quadras.



Fonte: Acervo da OPA.

5) Encontro 5 - Oficina: Tipologias e loteamento

O quinto encontro, também realizado na Escola M. P. Itamar Franco, foi a segunda oficina com as famílias, com o tema: Tipologias e loteamento. A primeira parte da oficina foi realizada no auditório, onde foram, inicialmente, apresentados as análises das propostas

desenvolvidas por cada grupo na oficina anterior. Com essas diretrizes construídas, foram apresentadas três tipologias chave para guiar o exercício seguinte: casa térrea, casa geminada e sobrado. A proposta foi, a partir da legislação vigente no município, aproximar as famílias das regras necessárias para a construção das casas, levando em consideração que estas trazem características para garantir boa ventilação e iluminação das moradias e que, mesmo que sejam feitas sem financiamento, a ocupação seria futuramente regularizada segundo as normas do município. Assim, a partir de representações mais abstratas foram sendo apresentados o tamanho mínimo de lote (que, pela quantidade de famílias, deveria ser dividido no mínimo a cada duas), os afastamentos de muro, a área de permeabilidade, a taxa de ocupação máxima e modelos com áreas mínimas de casa utilizados, por exemplo, pelo MCMV.

Figura 54: Foto da 1ª parte da oficina: Tipologias e loteamento, no auditório da Escola M. P. Itamar Franco, em 03 de Novembro de 2018.



Fonte: Acervo da OPA.

Na discussão com os moradores, foram destacados, por exemplo, que: se a solução fosse casas geminadas em um só lote, as casas deveriam ser bem menores, devido ao afastamento lateral, nesse caso, num futuro seria necessário subir um segundo andar, o que requereria já pensar numa fundação melhor; mas se pensassem em lotes maiores para mais famílias, ganharia-se em área, pois a área gasta com os afastamentos laterais seria menor, nesse caso, ganharia-se mais quintal, ou a possibilidade de horizontalidade; mas se pensassem em sobrados de dois andares, um para cada família, mesmo que em um só lote, ganharia-se

mais quintal mas o contato com os vizinhos seria mais constante. Neste momento, o uso da oralidade e dos exemplos foi mais efetivo que as representações abstratas apresentadas. Havia um lugar da representação que era difícil de acessar por algumas famílias.

A partir das muitas questões levantadas, inclusive trazendo a possibilidade de outros arranjos, em fita ou circulares, se propôs pensar maneiras de agrupamento dos lotes e formação das quadras, partindo das ruas propostas na última atividade. Levando em consideração os espaços de cada moradia e da coletividade (quintal, garagem, janelas, acessos, escadas, etc), se propôs pensar a melhor distribuição das casas dentro das quadras criadas pelo grupo. As famílias foram, assim, divididas nos nove grupos anteriores, que se rearranjaram em seis devido à quantidade de famílias presentes, e foram acompanhadas novamente por uma pessoa da equipe da OPA. Foram entregues para cada grupo um kit contendo: um mapa do terreno com as curvas de nível, colado em uma folha de isopor; tiras de EVA em duas larguras (para os eixos estruturantes e as ruas complementares); três formatos de lotes recortados em papéis coloridos (rosa, verde e amarelo), com a área mínima de 125 m²; tesoura; tachinhas; papéis; canetas.

Figura 55: 2ª parte da oficina: Tipologias e loteamento, na quadra da Escola M. P. Itamar Franco.

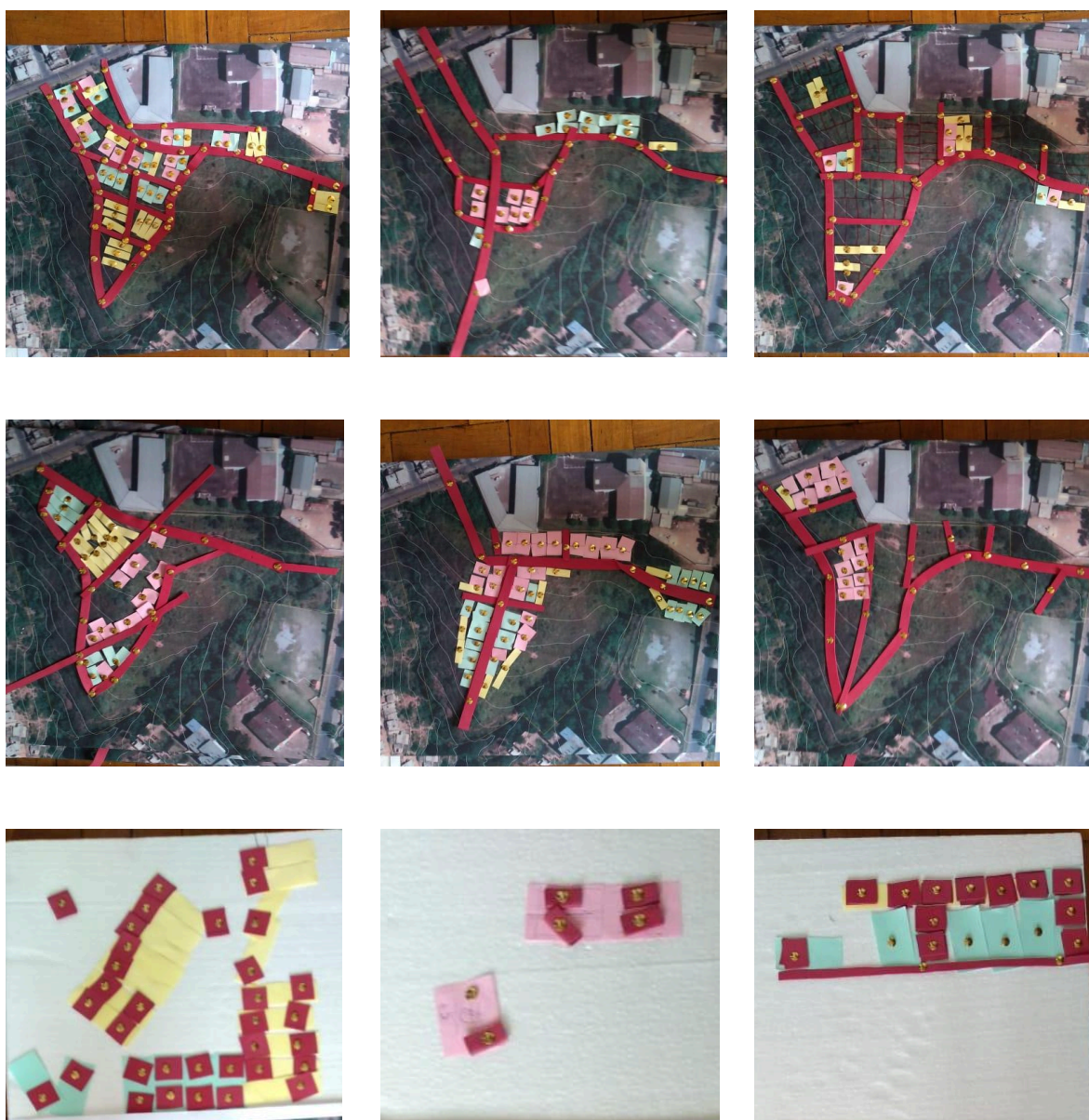


Fonte: Acervo da OPA.

Após a atividade, dois representantes de cada grupo apresentaram e defenderam suas propostas para todos, gerando uma discussão entre as famílias acerca das estratégias escolhidas para o coletivo. Dentre elas: se para preservar a área verde e as nascentes era melhor que elas dessem para o fundo das casas ou que passasse uma rua que permitisse o

acesso à um parque e que todos o preservassem; se famílias de tamanhos diferentes teriam construções de mesmo tamanho, caso fossem muitas casas geminadas em fita, e, assim, a expansão seria mais difícil também; se era interessante dividir a parede e/ou laje com o vizinho, por causa do barulho e da privacidade; se o quintal seria coletivo para no mínimo duas famílias ou era melhor que fossem individualizados.

Figura 56: Propostas de seis grupos após a oficina: Tipologias e loteamento.



Fonte: Acervo da OPA.

Este foi um momento de muita discussão entre os moradores, que já se entendiam enquanto futuros vizinhos. Vale citar o entendimento dos próprios moradores na singularidade deste tipo de processo de parcelamento, devido à possibilidade de construção de um “bairro” novo, pensado a partir dos próprios moradores, processo que poucos da cidade têm acesso. No entanto, por muitas vezes, a equipe da OPA foi colocada para escolher um lado na discussão ou falar o que era o certo e o errado dentro das escolhas, como uma espécie de validação. Este foi um processo difícil de disputa do próprio imaginário da equipe que por vezes caía na sua própria experiência de moradia ou na aspiração que se tem da “cidade ideal”. O que não necessariamente é um problema, visto que nenhuma pessoa é neutra, carrega consigo experiências, estereótipos, desejos e contradições, que estão sempre em disputa nas muitas relações construídas. E um desses imaginários era exatamente de que em certos momentos só um distanciamento do ator técnico frente a uma discussão poderia propiciar o debate genuíno e as decisões sem interferência, o que tem relação com uma disputa entre o próprio papel do arquiteto dentro desses processos.

6) Encontro 6 - Plenária com as famílias: apresentação da pré-proposta

Para a plenária final com as famílias, a proposta era levar a sistematização e análise dos dados das oficinas e apresentar alternativas de parcelamento para o desenvolvimento do projeto técnico pela equipe e posterior encaminhamento para a seleção do MCMV - Entidades e/ou autoconstrução. Esta foi uma primeira grande discussão dentro da OPA, uma vez que a tentativa de construção de um processo compartilhado havia sido insuficiente para gerar diretrizes mais formais para a construção do projeto e este recairia novamente num processo hierárquico de proposição a partir de desenhos formais de arquitetos. A tentativa foi trabalhar com cuidado a partir das discussões levantadas pelas famílias para tentar desenvolver um projeto que fosse mais condizente para a maioria.

Outro fator que pesava era a existência de um projeto prévio que havia sido desenvolvido para o mesmo terreno, por parceiros da universidade, quando da ocupação Eliana Silva 1. Este projeto foi desenvolvido em 2012 como uma das ferramentas para consolidação e manutenção da ocupação, processo que infelizmente não ocorreu devido ao violento despejo ocorrido. Mesmo que nele se apresentassem várias diretrizes que agora não se poderiam manter, que o número de famílias era diferente, entre outras coisas, o conhecimento deste projeto pairava como um cenário quase que concreto no imaginário da

equipe da OPA e que devia ser disputado a partir das outras formas discutidas junto às famílias. Algumas reuniões foram realizadas com o professor e arquiteto Tiago Castelo Branco Lourenço, um dos autores do projeto, para discussão acerca das possibilidades e alternativas em que se havia chegado, processo importante para estruturar uma confiança no trabalho que vinha sendo desenvolvido pelos estudantes.

Com um ideário de construção de pelo menos duas possibilidades de parcelamento (MCMV-E e autoconstrução), o tempo foi uma das principais dificuldades, junto às muitas escalas que deviam ser tratadas no projeto (a moradia, os equipamentos, as ruas, as quadras, etc). As formas que iam se desenhando começaram a se aproximar de formas anteriormente muito questionadas pela própria equipe da OPA e nas muitas disciplinas cursadas, como o próprio formato em “H” dos prédios MCMV, as muitas áreas de estacionamento, as áreas de lazer condicionadas à áreas remanescentes de parcelamento, entre outras. A contradição e a insatisfação com o próprio desenho foi um grande embate travado pela equipe, uma vez que, novamente, o papel não estava traduzindo o imaginário criado anteriormente.

Pairavam muitos medos— talvez pela inexperiência da equipe e pela responsabilidade de construir tal projeto —, dentre eles o de propor formas e soluções que no futuro teriam problemas em ser executadas, gerando mais gastos ou insatisfação pelos moradores. Esse foi um processo muito discutido junto à coordenação do movimento, o que foi importante para entender o próprio lugar do medo dentro das relações, uma vez que este também é genuinamente humano, ou seja, faz parte do que se é e do que se constrói. Assim, o caminho sempre foi o retorno para as experiências já desenvolvidas junto às outras ocupações, entendendo que este trabalho, primeiro, não terminaria com o desenho do projeto; segundo, era muito mais coletivo do que a equipe da OPA; terceiro, envolvia mais de 130 famílias com seus muitos saberes; quarto, era fruto de muitas lutas e assim continuará sendo.

Um exemplo disso é que, no final de novembro de 2018, o governo federal anunciou um corte de 10% na proposta orçamentária para o MCMV do ano seguinte, ameaçando novas contratações e a retomada das obras paradas pelo país. Além disso, após seis meses de assinatura do convênio com o Estado, as famílias ainda não haviam recebido a cessão do terreno, o que impossibilitava o cadastramento do empreendimento. Chegou-se, assim, em dois cenários: 1) tentar outras formas de financiamento, por exemplo, a partir da instância municipal, oportunidade com a revisão da política municipal de habitação; ou 2) assumir a

construção por mutirão autogerido, com a autoconstrução das casas e o retorno do regime de ocupação.

Para isso, foram apresentadas, então, três propostas de parcelamento e tipologia construtiva, com seus “prós” e “contras”, conforme as possibilidades levantadas nas oficinas junto aos moradores. A opção 1 dependia da conquista de algum financiamento e propunha lotes coletivos para a construção de “predinhos” de dois andares, com 8 apartamentos no total, possibilitando ainda a autoconstrução. Nesse caso, a parede hidráulica seria a da cozinha e nenhuma outra parede seria em conjunto, tirando a laje entre os andares, demanda que foi constantemente colocada pelas famílias. No entanto, uma área grande devia ser reservada para as vagas de garagem. Essa proposta se constituiu como a mais distante enquanto possibilidade real, visto que o financiamento era apenas prospecção e não haviam linhas de atendimento em programas de habitação já abertos para cadastro. Além disso, foi a que menos teve consenso dentro da equipe da OPA, por reforçar proposições espaciais acima discutidas.

A opção 2 propunha lotes coletivos com sobrados geminados, um para cada família. Neste caso, mesmo que dividissem algumas paredes, que poderiam ser também a hidráulica e de espaços comuns da casa, as famílias ganhariam acessos e quintais individualizados. Esta opção talvez tenha sido a que mais avançou em termos de disposição dos espaços. A opção 3 propunha lotes de 125 m², conformando dois lotes individuais com casas unifamiliares para autoconstrução, o que se aproxima do parcelamento do solo da ocupação Eliana Silva. Esta era a opção colocada como preferência por muitas famílias durante as discussões, mas era a mais individualizada e a que mais diminuiria espaços de quintal dentro dos terrenos. Apesar dos não consensos, todas foram apresentadas como possibilidades para discussão e tomada de decisão coletiva em assembleia.

Figura 57: Propostas finais apresentadas para discussão junto às famílias da ocupação.



Fonte: Acervo da OPA.

Em todas as propostas foram colocadas áreas de lazer e de equipamentos coletivos. Uma das demandas do movimento é a existência em toda ocupação de um espaço voltado para a formação e educação, seja uma creche, escola, cursinho, etc. Assim, junto à demanda das famílias por um espaço cultural, propõe-se a separação de uma parte do terreno para a construção deste espaço multiuso que se unisse a um projeto nacional de formação do MLB, a Escola Nacional Eliana Silva, o que teve acordo pelas famílias. Após a apresentação, foi aberta uma rodada de discussão sobre as propostas e a conjuntura em que se encontrava a negociação com o Estado.

Figura 58: Plenária com as famílias: apresentação da pré-proposta, em 24 de Novembro de 2018.



Fonte: Acervo da OPA.

3.6. As atividades do curso de formação da ASF Brasil

Com a mudança do ano e a entrada de um novo governador para o Estado, Romeu Zema (Partido Novo), todos os trâmites da negociação foram paralisados (pagamento do auxílio e cessão do terreno). Assim, as famílias permaneceram por meses sem poder construir nenhuma estrutura no terreno. Em fevereiro de 2019, a OPA foi convidada pela associação Arquitetas Sem Fronteiras - ASF Brasil para compor o curso que estava sendo organizado por ela no âmbito do edital de ATHIS, promovido e financiado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/MG, o curso “Formação em Serviço: Conceitos e práticas de assistência técnica de interesse social”.

Para abrir os trabalhos do curso, diversos coletivos atuantes em assessoria técnica foram convidados a construir uma exposição com seus trabalhos. Partindo de uma perspectiva da bricolagem, a proposta desenvolvida pela OPA foi trazer registros (materiais e fotográficos) da luta das ocupações urbanas do MLB e dos trabalhos desenvolvidos junto aos parceiros da universidade e à OPA. Uma das estruturas construídas foi um “kit assessoria” montado sobre um carrinho de compras e que continha uma bricolagem de materiais construtivos, bandeiras e ferramentas recém compradas, como pá, alicate, cavadeira, trena, foice, serrote, espátula, que foram posteriormente repassados à ocupação Manoel Aleixo e ao MLB como suporte para as próximas obras.

Figura 59: “Kit assessoria”, montado na exposição do curso “Formação em Serviço: Conceitos e práticas de assistência técnica de interesse social”.



Fonte: Acervo da OPA.

Além da oportunidade de apresentar em uma aula teórica o trabalho que vinha sendo desenvolvido pela assessoria junto aos territórios, uma das atividades práticas do curso foi realizada junto às mulheres da ocupação Manoel Aleixo, em uma parceria da OPA com a Arquitetura na Periferia, coletivo de assessoria técnica citado anteriormente. Foram dois dias de atividades para o planejamento e construção de um espaço multiuso com banheiro no terreno, que servisse também como abrigo para as famílias que vinham cumprindo escala. No primeiro dia, realizado na cantina da Escola M. P. Itamar Franco, os participantes do curso se dividiram em grupos com a participação de uma a duas mulheres da ocupação por grupo, para uma conversa sobre as demandas coletivas e a construção de pré-propostas a serem apresentadas a todos ao final. Devido à participação de poucas mulheres nessa primeira etapa, em alguns grupos, elas cumpriram um papel mais de consultoras, levando as demandas e informações sobre o terreno, do que necessariamente construindo a proposta conjuntamente, mas talvez isso tenha mais relação com uma timidez frente a um grupo grande de pessoas que não conheciam.

Figura 60, 61 e 62: Primeira atividade prática junto às mulheres da ocupação.



Fonte: Acervo da OPA.

Após a sistematização das propostas levantadas por cada grupo, um projeto base foi desenvolvido e apresentado às famílias da ocupação. Após aprovação em assembleia, partiu-se para o segundo dia de construções. O projeto foi necessário para a correta marcação das estacas no terreno, uma vez que o espaço já foi pensado para que não sobressaísse à nenhuma das ruas anteriormente pensadas no parcelamento. Assim, durante a semana, a OPA acompanhou a medição e colocação das estacas de demarcação e alguns moradores iniciaram o corte do terreno, para nivelamento da construção. Para o banheiro, também havia sido projetada a construção de um tanque de evapotranspiração (TEVAP), tecnologia alternativa de esgotamento sanitário já utilizada em outras ocupações do MLB. Para este processo, contou-se com a participação de um dos moradores da ocupação Eliana Silva, com experiência na construção de alguns dos TEVAPs de sua ocupação. O canteiro de obras foi,

então, dividido em duas demandas: continuar o corte do terreno para nivelamento e cavar o buraco para o TEVAP.

Figura 63, 64, 65 e 66: Segunda atividade prática junto às mulheres da ocupação.



Fonte: Curso ATHIS - ASF.

Após algumas horas de atividade, no entanto, esta teve que ser paralisada, uma vez que havia ocorrido um assassinato de um jovem da região pela Polícia Militar. Coordenadores do MLB chamaram todos os participantes da atividade para uma conversa coletiva, explicando a situação e que, em solidariedade à família, as atividades deveriam paralisar. Um ato, em que muitos dos participantes do curso acompanharam, foi realizado até a porta do posto policial do Barreiro, como denúncia ao assassinato. As atividades no terreno deram continuidade nos dias subsequentes, por meio da mobilização dos próprios moradores. No entanto, devido à paralisação das negociações junto ao Estado, o espaço multiuso e o TEVAP não foram concluídos.

3.7. Atuações outras

Para além da atuação junto às ocupações Carolina Maria de Jesus e Manoel Aleixo, a equipe da OPA acompanhou de perto os processos de negociação da ocupação Canto do Rio, em Nova Lima, também acompanhada pelo MLB. A ocupação, que anteriormente havia sido assessorada pelo grupo de extensão Práxis, da Escola de Arquitetura da UFMG, passou a interpelar junto à prefeitura, por meio de uma maior abertura do Secretário de Habitação da cidade, o início das obras de urbanização do território e construção de novas moradias para as 19 famílias, processo que passou a ser acompanhado pela OPA. Processo semelhante foi desenvolvido junto à ocupação Barreirinho, em Ibitaré, também acompanhada pelo MLB desde seu surgimento. Neste caso, foram realizadas algumas assembleias junto às famílias para o planejamento urbano do terreno que receberiam da prefeitura para o reassentamento. Um destaque desta experiência é a discussão por uma propriedade coletiva, em nome da associação de moradores já constituída pelas famílias. Ambos processos tiveram muitos embates junto ao poder público e até hoje não deram prosseguimento ao cumprimento do direito das famílias.

Figura 67 e 68: Encontros e reuniões de negociação da ocupação Canto do Rio, Nova Lima.



Fonte: Acervo da OPA.

Em paralelo, diversos outros processos junto às ocupações do MLB foram sendo desenvolvidos e acompanhados pela OPA, em seus diversos eixos de trabalho. Pode-se

destacar, por exemplo, o trabalho social proposto junto aos núcleos de base do movimento. Os núcleos conformam grupos de famílias sem-teto ainda em organização pelo movimento para formação e construção de uma nova ocupação. A partir da constituição da assessoria, estes passaram a ser acompanhados por uma psicóloga e por estudantes de antropologia, na elaboração de práticas de formação. No âmbito jurídico, para além das peças de defesa e do acompanhamento direto às audiências e mesas de negociação, pode-se destacar a proposição de emendas parlamentares e encaminhamento de propostas de políticas públicas às instâncias municipais e estadual, em uma participação mista de várias pessoas da OPA para além dos advogados populares. No âmbito da educação, alguns processos de formação foram realizados, como os aulões sobre o Plano Diretor de Belo Horizonte e os impactos nos territórios das ocupações, também com a participação de uma comissão mista com educadores populares, estudantes de arquitetura e antropologia, coordenadores do movimento, advogado popular, etc.

Figura 69: Reunião do núcleo de base na Creche Tia Carminha.



Fonte: Acervo da OPA.

Figura 70: Reunião de negociação do Vale das Ocupações do Barreiro.



Fonte: Acervo da OPA.

Figura 71: Aulão sobre o plano diretor realizado no auditório da ocupação Carolina Maria de Jesus.



Fonte: Acervo da OPA.

Outra atuação muito importante, que foi absorvida pela equipe da OPA, foi o trabalho da Comunicação Estadual do movimento. Como citado anteriormente, grande parte dos militantes da OPA entraram para o MLB a partir do trabalho de comunicação e cultura desenvolvido junto às ocupações, com a produção de artes gráficas para postagem, mobilização de agentes culturais, produção de panfletos e cartilhas, produção de materiais audiovisuais e filmes, tanto de denúncia quanto de registro histórico e artístico, entre outros. E este sempre foi um trabalho estruturante para o movimento, uma vez que consolidou um

espaço de construção de narrativas próprias sobre as lutas, as ocupações urbanas e os vínculos com a cidade.

Essa centralidade de atuação junto à comunicação e à produção audiovisual nos territórios do MLB, em escala nacional, permitiu que em 2020 fosse criada a Mostra LONA - Cinemas e Territórios²⁶, uma plataforma online organizada por uma rede voluntária de profissionais – produtoras(es), curadoras(es) e designers, para divulgação de “longas e curtas-metragens que tematizam, tensionam e atravessam questões ligadas à luta pela terra nas cidades, no campo, e em contextos quilombolas e indígenas” (LONA, 2020). Uma de suas frentes é a construção da mostra e da página do Acervo, importante “espaço de exibição, memória e pesquisa de algumas das lutas e ocupações realizadas pelo MLB no país” (LONA, 2022). A construção do Acervo permitiu, inclusive, que estes materiais fossem utilizados em inúmeras reuniões como processo de formação, mas também de agitação cultural.

O Acervo é um espaço onde estão reunidos diferentes filmes produzidos junto a algumas das lutas sociais e territórios nos quais atua o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). Com um conjunto expressivo, que conta com mais de 30 obras produzidas em diferentes regiões do Brasil ao longo das últimas duas décadas, a proposta desta iniciativa é retomar histórias e referências das lutas, destacando a força da organização do povo e dando a conhecer as ocupações que tanto resistem e lutam para conquistar suas moradias. Aqui, é possível não só assistir aos filmes, como também conhecer um pouco mais dos territórios retratados em cada produção (LONA, 2022).

²⁶ Ver mais em: <https://www.mostra-lona.com.br/>

Figura 72 e 73: Site e página do Acervo da Mostra LONA.

MOSTRA
25 JUN —
25 JUL / 2022

CINEMAS

PROGRAMAÇÃO 2022 ↗

ABERTURA ↗
MOSTRA ATRAVESSAMENTOS ↗
MOSTRA HOMENAGEM ↗
MOSTRA ESPECIAL ↗
MOSTRA ACERVO ↗
SESSÕES TERRITORIAIS ↗
OFICINAS ↗
CICLO DE CONVERSAS ↗

LONA
E
TERRITÓRIOS

MINIATURA 15

ACERVO

O Acervo é um espaço onde estão reunidos diferentes filmes produzidos junto a algumas das lutas sociais e territoriais nos quais atua o Movimento da Luta no Bairro, Vidas e Favéas (MVB). Com um conjunto expressivo, que conta com mais de 30 obras produzidas em diferentes regiões do Brasil ao longo das últimas duas décadas, a proposta desta iniciativa é promover reflexões e entendimentos das lutas, resguardando a força de organização do povo e dando a conhecer as ocupações que tanto resistem e lutam para conquistar suas moradias. Aqui, é possível não só assistir aos filmes, como também conhecer um pouco mais dos territórios envolvidos em cada produção. A proposta é estar em constante atualização e inserção de novas informações. O Acervo é um lugar de encontro, memória e pesquisa de algumas das lutas e ocupações realizadas pelo MVB em país.

GALERIA FILME TERRITÓRIO

	OCUPAÇÃO ANITA GARIBALDI Florenópolis, Santa Catarina 2021	VER MAIS
	OCUPAÇÃO DOS IMIGRANTES JEAN-JACQUES DESSALINES São Paulo, São Paulo 2021	VER MAIS
	OCUPAÇÃO PADRE LEO COMISSARI São Sebastião do Carmo, São Paulo 2020	VER MAIS
	OCUPAÇÃO CAROLINA MARIA DE JESUS Belo Horizonte, Minas Gerais 2021	VER MAIS
	OCUPAÇÃO MANOEL ALEIXO Mário Campos, Minas Gerais 2021	VER MAIS
	CASA DE REFERÊNCIA MULHERES MIRABAL Ponte Alegre, Rio Grande do Sul 2020	VER MAIS
	OCUPAÇÃO LUISA MAHIN Salvador, Bahia 2020	VER MAIS
	OCUPAÇÃO MANOEL LISBOA Fortaleza, Ceará 2020	VER MAIS

Fonte: Mostra LONA.

Com a saída de alguns membros da equipe, a OPA passou por vários processos de reestruturação, principalmente após a pandemia da Covid-19. Seu trabalho passou a acompanhar uma nova frente, a construção dos núcleos de luta, espaços de aproximação e organização de novas pessoas interessadas em construir o movimento, dentre elas estudantes, arquitetos, comunicadores, artistas, entre outros, um espaço de organização desenvolvido nacionalmente pelo movimento. A mobilização por essas novas parcerias e atuações passa a alimentar não só um trabalho técnico junto aos territórios, mas também a ampliar o trabalho do próprio movimento. Dentre os processos e demandas mais recentes, têm-se o novo projeto de reassentamento para as famílias da ocupação Manoel Aleixo, proposto em 2021 em outro terreno no município de Santa Luzia e atualmente proposto para outro terreno no município de Sabará; o projeto de ampliação da sede do Centro Cultural Minha Quebrada, na ocupação Eliana Silva; a estruturação e reforma do Centro Cultural Paulo Freire, na ocupação Paulo

Freire; a reforma dos espaços coletivos da ocupação Carolina, como cozinha, terraço, centro cultural, etc; e a consolidação da ocupação Maria do Arraial²⁷.

Figura 74: Reunião do núcleo de luta do MLB na Escola de Arquitetura da UFMG.



Fonte: Acervo da OPA.

3.8. O retorno das negociações com o Estado

É importante retomar aqui o destaque à negociação da ocupação Manoel Aleixo na narrativa da OPA. Após todo o histórico detalhado sobre as oficinas e as escalas no terreno, as famílias e o movimento passaram por um grande período sem retorno do Estado quanto ao avanço das tratativas, e, com a pandemia, esse distanciamento de diálogo se ampliou. Processo que culminou em duas grandes lutas realizadas pelas famílias. A primeira foi em julho de 2021, com a ocupação de um prédio do Estado do bairro Lourdes, ao lado da Praça da Liberdade e do Palácio do Governador, que havia sido recém leiloado e comprado pelo mercado privado. Esse leilão fazia parte de uma grande estratégia do governo de se desfazer dos bens públicos em nome da Cohab-MG, responsável pela questão da habitação no Estado e também pela negociação das ocupações Carolina e Manoel Aleixo, a fim de encerrar

²⁷ A ocupação Maria do Arraial surge em 28 de julho de 2023 em um prédio vazio na rua da Bahia, no centro de Belo Horizonte, em meio a escrita desta dissertação. É um território de retomada e de luta que também celebra a continuidade dos trabalhos da OPA.

definitivamente os trabalhos da Companhia. Assim, a ocupação, além de denunciar a falta de diálogo para resolução do reassentamento das famílias, atuou como denúncia do desmonte da política habitacional em Minas Gerais e o desfazimento de milhares de imóveis públicos que podiam ser revertidos para moradia popular. Após várias horas, em negociação junto à Polícia Militar e o Estado, as famílias saíram do prédio e caminharam até a porta do Palácio do Governo, onde permaneceram acampadas até o retorno das reuniões com a Mesa de Negociação de Diálogo.

Figura 75: Mapa de localização do prédio ocupado em relação à Praça da Liberdade.



Fonte: Acervo da Comissão de Comunicação do MLB.

Figura 76, 77, 78 e 79: Ocupação do prédio recém leiloado pelo governo do estado e acampamento das famílias na porta do Palácio da Liberdade.



Fonte: Acervo da Comissão de Comunicação do MLB.

Com a luta, as famílias conseguiram o retorno da mesa de negociação e das reuniões do CEJUSC, Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, e a formação de uma mesa técnica para avaliação de possibilidades de reassentamento²⁸. Foram levantadas propostas de procura por prédios na região central de Belo Horizonte e por terrenos da Cohab-MG para o reassentamento das famílias ou de parte delas. Neste retorno às negociações, a Mesa passou a trabalhar, de forma conjunta, os conflitos das ocupações Carolina, Manoel Aleixo e Vicentão – ocupação vertical organizada em 2018 no centro de BH pelas Brigadas Populares, Associação de Moradores de Aluguel de Belo Horizonte - AMABEL, Associação Morada de Belo Horizonte e Intersindical.

Dentre as propostas apresentadas, havia um prédio da antiga Junta Comercial de Minas Gerais - JUCEMG, que se localiza ao lado da ocupação Carolina, na região central, que

²⁸ É importante frisar que em todas as reuniões de negociação estiveram presentes, junto à coordenação do MLB e às famílias, membros da OPA, acompanhando de perto todo o processo.

comportaria as 290 famílias (200 da Carolina e Manoel Aleixo, e 90 da Vicentão). Para o reassentamento estavam sendo propostas unidades habitacionais de até 20 m² por família, banheiro e cozinha coletivos a cada 5 famílias e nenhum espaço coletivo. Seriam necessárias obras totais de requalificação do prédio para o fim de moradia, além do gasto com a sua regularização, o que estava calculado com uma média de R\$23 milhões. O projeto, nestes termos, foi negado pelos movimentos e pelas famílias, por não dar condições mínimas de permanência destas nesta moradia, tendo como linha o reassentamento ter que prever condições iguais ou melhores às que as famílias atualmente se encontram.

Assim, uma das frentes de trabalho tiradas foi a construção de duas contrapropostas: uma para o projeto de moradias no prédio da JUCEMG; e outra que abrangia a desapropriação e permanência das famílias no prédio da ocupação Carolina, reduzindo para 210 famílias para o reassentamento, e a busca por terrenos para o restante das famílias. A disputa pelo prédio já ocupado pelas famílias da Carolina levou em conta diversos fatores, como: o preço muito mais baixo calculado para a desapropriação, a constituição das unidades habitacionais de acordo com tamanho das famílias (1, 2 ou 3 quartos), o banheiro individual por cada casa, a presença de diversos espaços coletivos e de geração de renda, e que já havia sido empregado grande recurso para reforma estrutural, elétrica e hidráulica do prédio.

Até dezembro de 2021, nada se avançou para a efetivação do direito das famílias e, assim, uma nova luta foi realizada, agora em conjunto com a ocupação Vicentão, e as famílias acamparam durante 3 dias na porta do Palácio do Governador até que se retornassem as negociações e uma proposta definitiva fosse colocada pela Cohab-MG. Foi proposta a doação, em forma de comodato, de terrenos da Cohab-MG em Santa Luzia que conseguiriam abarcar todas as famílias. Um novo acordo foi assinado entre as partes, que incluía o reassentamento de 210 famílias e a ocupação Carolina permaneceria em negociação para desapropriação do prédio. A Cohab-MG apresentou, assim, uma divisão das famílias pelos lotes já parcelados e loteados da gleba a ser doada. Segundo a Companhia, um estudo técnico havia sido feito para alocação das famílias seguindo a legislação do município e projetos base de unidades habitacionais construídas pelo Estado. Este projeto, no entanto, nunca foi apresentado.

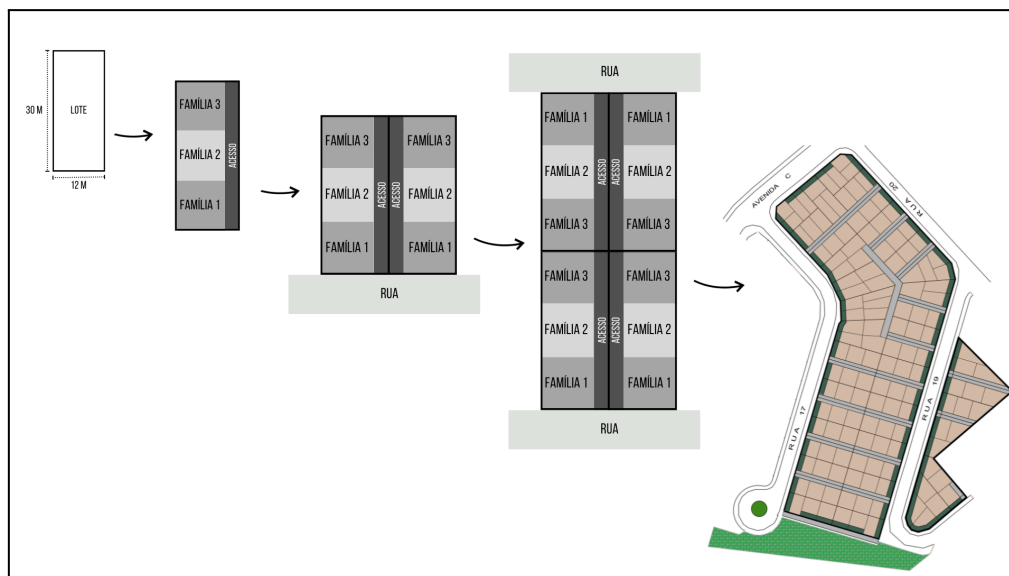
A primeira demanda levantada pelas famílias e pelo movimento foi que a divisão dos lotes fosse igualitária em termos de metragem, o que não constava na proposta da Cohab-MG e foi de grande embate para o aceite. Dentre as justificativas levantadas pelas famílias em assembleia estavam a preferência em ter um terreno um pouco pior, em termos de declividade,

mas que fosse do mesmo tamanho para qualquer família, o que não impediria que as casas fossem de tamanhos diferentes de acordo com o tamanho de cada família. Assim, uma contraproposta passou a ser construída pela assessoria para abarcar as condições colocadas. Devido ao tempo, o projeto foi construído sem a participação das famílias. No entanto, duas assembleias foram realizadas para apresentação do terreno e suas condicionantes (localização, equipamentos públicos do entorno, declividade e áreas de preservação), assim como para apresentação da proposta e formação das famílias sobre a legislação do município, que deveria ser seguida para fins de regularização das casas.

Devido à necessidade de se seguir com o loteamento já aprovado, os lotes foram pensados para divisão entre 3 a 4 famílias, com cada família ficando com cerca de 100 m². Durante a formação foram detalhados os afastamentos obrigatórios, a taxa de permeabilidade, a taxa de ocupação e o coeficiente de aproveitamento, de forma a chegar na condição máxima de construção pelas famílias: poder construir até 250 m² distribuídos em mais de um andar, mas apenas 50 m² por andar. Uma pequena via de acesso seria feita na lateral dos lotes, para permitir os acessos individualizados. Com o espelhamento do lote ao lado, as vias de acesso permaneceriam juntas, o que permitiria um melhor acesso. Caso as 3 famílias vizinhas tivessem interesse, poderiam se juntar para construir um pequeno prédio ou casas geminadas, economizando recursos e ganhando espaço de quintal.

A apresentação também contou com uma proposta de cronograma de reuniões para decisão dos modos e etapas de construção (marcação de lotes, nivelamento, mutirão, compra coletiva de material de construção) e de organização do bairro (construção de ponto de apoio às obras, associação do bairro, estatuto específico, equipamentos coletivos). Após esse momento, muitas dúvidas foram apresentadas pelas famílias, que trouxeram à tona um conflito entre as imposições tecnicistas, aqui trazidas pela legislação urbanística (ponto de obrigatoriedade e de muita ênfase pela Cohab-MG), e a realidade e a vontade das famílias. Um exemplo pertinente levantado por muitas famílias foi a necessidade da via de acesso ser para passagem de carro e também de se separar o espaço da vaga de garagem, uma vez que muitas famílias não tinham carro. Essa e outras flexibilizações para o projeto das famílias, considerando o projeto como de interesse social, foram levadas em várias reuniões de negociação pelo movimento, mas devido à uma pressão negativa da Prefeitura de Santa Luzia e de diversos vereadores em aceitar a ida de famílias de baixa renda para a cidade, o diálogo institucional era inexistente.

Figura 80: Proposta de parcelamento do solo desenvolvida para o terreno de Santa Luzia.



Fonte: Acervo da OPA

As famílias passaram a ser alvo de uma série de propagandas difamatórias promovidas pela associação de moradores do bairro, por parlamentares e pelo Prefeito de Santa Luzia. Fato que culminou, depois de mais um ano de negociações, na desapropriação do terreno pela Prefeitura e no impedimento de reassentamento das famílias. No início de 2023, retomou-se a Mesa de Negociações com as ocupações, sendo proposto novo terreno no município de Sabará, na divisa com Belo Horizonte. O projeto apresentado pelo Estado abarcava 290 famílias, em lotes de 10 a 12 famílias, com sobrados geminados de dois andares.

Lutando pela permanência do prédio da ocupação Carolina, o movimento passou a construir uma contraproposta que abarcasse apenas as 210 famílias a serem reassentadas e a possibilidade de flexibilização do tamanho das casas de acordo com a necessidade das famílias por vaga de garagem ou não. Esse projeto tem sido construído em parceria com bolsistas e professoras do Programa de Extensão Natureza Política, da Escola de Arquitetura da UFMG, grande parceiro das ocupações do MLB, e foi enviado para análise no programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades. Percebe-se, aqui, como o acompanhamento continuado ao território e às lutas tem reverberações nas tomadas de decisão, nas propostas construídas, na legitimação dos processos e no fortalecimento do lugar da assessoria.



4. A UTOPIA OU A HETEROTOPIA

O antropólogo e arquiteto brasileiro Carlos Nelson Ferreira dos Santos foi um importante exemplo para uma atuação situada, pensando a partir do território e dos seus muitos atores. Ao descrever sua atuação, junto ao seu grupo de assessoria técnica Quadra, com os movimentos urbanos e favelas no Rio de Janeiro, Carlos Nelson (1981) afirma:

Algumas ações e maneiras de ser e de entender as coisas, que eu usava qualificar, com muita rapidez, como "alienadas", olhadas assim de perto, adquiriram outro sentido. Passaram a se referenciar a seus próprios campos e arenas, apareceram como elementos de dramas particularizados, frente aos quais, por não saber como me comportar, o alienado era eu (SANTOS, 1981).

Neste sentido, passou a reconhecer nos territórios e em seus personagens, prioridades simbólicas, materiais e estéticas outras, que subvertiam um modo hegemônico de pensar e produzir o espaço, principalmente o periférico e o favelado. Assim, narra que um dos maiores destaques para o trabalho que faziam era para o que acontecia para além do previsto, fora do controle dos técnicos envolvidos. “Quanto mais inventávamos sofisticadas maquinações sobre o espaço, a economia e os comportamentos sociais, mais éramos superados pelos processos do dia-a-dia individual e coletivo dos moradores” (SANTOS, 1981). Aqui, um exemplo desse cotidiano, do pé no chão do território, como um caminho central para a crítica e para a prática. E, assim como na OPA, acredita-se que esse cotidiano parece quebrar a ambição de que a partir desta assessoria estará se fazendo uma revolução, o arquiteto enquanto salvador. A aposta é na contribuição, dentro do possível, com uma transformação que é lenta, mas que precisa ser feita. E que nesse movimento continuado e relacional algo vai se avançando.

Algo como a antropofagia necessária para o horizonte de(s)colonial, permitindo trabalhar a partir das várias individualidades e subjetividades, em processos coletivos, com os vários atores, mas assumindo um lugar de enfrentamento e de questionamento das violências coloniais ainda postas enquanto forma de produção e reprodução da vida. Mais do que uma expressão utópica, pode-se buscar na heterotopia de Foucault um “deslocamento para um espaço outro”, uma condição que tenta fugir à hegemonia universalizante e em que há muitas materialidades possíveis. Um trabalho de formiguinha, com seus muitos jogos de cintura, na busca por romper o lugar “intocável” do arquiteto, como colocado por Lourenço (2014):

A posição relativamente prestigiada que os arquitetos detêm na sociedade, sobretudo em comparação com os trabalhadores da construção, é exacerbada na ocupação urbana. Ali eles assumem a condição de autoridades ‘intocáveis’, porque personificam o acesso a privilégios de que os moradores sempre foram privados, seja a assessoria técnica em si, a futura regularização fundiária da ocupação ou simplesmente o respeito de outros cidadãos urbanos (LOURENÇO, 2014).

E acrescenta: “Ao mesmo tempo que impõem uma heteronomia, a autoridade e o poder de mobilização atribuídos aos arquitetos nas ocupações urbanas é maior do que de quaisquer outros profissionais” (LOURENÇO, 2014). E fica mais nítido este lugar de poder quando uma das lideranças da ocupação Dandara fala que o técnico é aquele que sabe convencer e não quem necessariamente sabe fazer. Há nessa fala um exemplo do distanciamento que se pauta desde o primeiro capítulo deste texto enquanto condição estruturante do campo arquitetônico e que se desmascara a partir da espacialização da teoria de(s)colonial. Um campo que precisa ir em busca da não separação entre projeto/desenho e construção, da descentralização do modo de produção via representação, da inclusão da

dimensão do uso, da preocupação com a produção de sentidos nos desenhos, da inclusão de modelos construtivos não hegemônicos, da inclusão de atores não-humanos, da aproximação com práticas autogestionárias, da valorização da prática cotidiana e do pensar a partir do aqui/agora, do olhar nos exemplos, dos desenhos outros, etc.

4.1. Avanços e desafios da OPA

A experiência da OPA, a partir da construção de uma assessoria técnica, que fosse também militante, interna a um movimento social ativo e atuante em todo país, promoveu uma importante virada para a luta pela moradia travada pelo MLB no estado. Deve-se pontuar que este é um processo ainda incipiente — e com pontas abertas, assim como esta pesquisa —, mas que está se desenhando com os atravessamentos do cotidiano de lutas das famílias e da cidade. E a estruturação de um trabalho que vivencia e leva em consideração estes atravessamentos talvez seja o caminho que venha se tentando fortalecer. Tenta-se aqui destrinchar alguns dos avanços e desafios percebidos a partir dessa experiência, a fim de encontrar pistas para a prática junto aos territórios em luta.

Figura 81: Nuvem de palavras com avanços e desafios da OPA.



Fonte: Elaboração pela autora.

O primeiro ponto que se destaca tem relação direta com os muitos papéis desenvolvidos pela assessoria, principalmente no que tange às negociações, com o poder público, com o movimento, com as famílias, com a universidade. Em uma Mesa de Negociação, estadual, municipal ou judiciária, a assessoria técnica normalmente já cumpre um lugar legitimador, que perpassa ao tecnicismo, validando que aquele processo pode ocorrer e que não há riscos para as famílias envolvidas. É um lugar que realmente demanda um conhecimento técnico importante para construir junto ao movimento alternativas possíveis para o processo e que sejam validadas pelo poder público. Em muitos momentos, havia uma responsabilidade técnica intimamente vinculada à OPA e as decisões e opiniões assim deveriam ocorrer. Em contrapartida, apesar do “poder” condicionado pela técnica, ainda havia uma clara discriminação etária e de gênero quando as arquitetas da OPA se posicionavam nas reuniões, em uma tentativa de desqualificação da própria estratégia do movimento. Este foi um processo de intensa disputa mas também de estratégia, uma vez que permitiu reforçar, em certos momentos, a participação da universidade, parceira direta do MLB, na mediação do processo. Foi perceptível como este lugar do técnico é ainda mais valorizado quando vinculado a professores de universidade, principalmente da UFMG, pelo peso institucional e pelo acúmulo trazido a partir das pesquisas científicas desenvolvidas.

Assim, aos poucos a malícia do jogo de poder foi sendo apropriada pela equipe da OPA, a fim de construir, a partir deste espaço, um lugar de fala representativo para o movimento e para as famílias, em uma disputa entre legitimar o território, legitimar a luta e se auto-legitimar. Assim, a própria narrativa deveria ser volátil em favor do momento da negociação, aprendendo quando ser “arquiteta e urbanista”, quando ser “arquiteta popular” e quando ser “arquiteta do movimento”. Outra estratégia legitimadora importante foi a produção dos materiais jurídicos, arquitetônicos, urbanísticos e audiovisuais, que permitiram pautar o discurso do movimento e contra-atacar de forma fundamentada e exemplificada, processo fortalecido pela multidisciplinaridade da equipe da OPA. Aqui, um papel também provocativo, disparador e construtor de novos imaginários.

Mas, para além desta negociação institucionalizada, há um processo dialógico com o movimento e com as famílias das ocupações que vale destacar enquanto centralidade para o processo da OPA. A insistência pelo trabalho junto ao cotidiano dos territórios tem em sua raiz a importância desta constante negociação, que vai além da mediação e perpassa a

disposição ao conflito, ao imprevisto, ao ordinário e ao contínuo. Mas também a disposição à tomada de decisão. As vezes é necessário que o projeto seja construído do dia para a noite, para que não haja despejo no dia seguinte. E aprender a borrar esses muitos papéis, tecnicista, político, estético, etc, deve ser uma constante, caminhando para romper com um modo de produzir que ainda é muito estanque, que vive entre o binarismo do certo ou do errado. Aqui, fica mais claro entender que nem sempre a solução surge a partir do pleno desejo das famílias. Há um processo político de disputa, um grande jogo de poder, que interfere diretamente na promoção da dita autonomia das decisões. Assumir mais este lugar do possível talvez seja um caminho para se avançar.

Outro ponto que vale destacar é o da participação e o do fazer junto. A busca em ser uma assessoria pautada pelo território sempre colocou como premissa base que o processo fosse construído junto àqueles que o compõem. Neste sentido, a própria composição da OPA tinha este intuito, incluir os próprios moradores dos territórios na gestão e articulação das práticas. No entanto, nem sempre esta presença garantiu que o processo se pautasse no fazer junto, por diversos motivos. Muitas vezes pela urgência em ter que se produzir algum material de defesa; ou pela linguagem muito tecnicista; ou pela falta de estrutura para as famílias, como a creche para as mães; entre outros motivos. É importante assumir que este fazer junto não foi e não é pleno. Mas, mais que isso, é importante ter um olhar crítico para momentos em que este foi um lugar puramente participativo. É necessário que estes sejam lugares de compartilhamento, de trocas de saberes. Aqui, o fazer junto deve ter o papel de formação mútua.

Para isto, tem grande importância a construção dos instrumentos de interlocução. No processo de parcelamento da ocupação Manoel Aleixo, por exemplo, o uso dos mapas impressos e do kit entregue às famílias para pensar as ruas, lotes, quadras e casas proporcionou diálogos necessários entre as famílias e entre a OPA, dando base para a construção das propostas. Tiveram momentos, no entanto, que estes instrumentais apenas validaram uma participação, o que diz mais sobre o tipo de instrumento construído do que necessariamente se este é ou não uma estratégia interessante para o fazer coletivo. Vale citar também, como mencionado no capítulo anterior, o uso dos filmes e dos exemplos socioespaciais, que foram fundamentais para instigar imaginários e desconstruir estereótipos do tipo de cidade que pode ser produzida e do tipo de processo que estava sendo construído.

E aqui cabe uma menção à própria construção da Mostra Lona e da consolidação de uma produção audiovisual junto aos territórios que é de grande relevância para o auto reconhecimento das famílias e comunidades. Ao utilizar trechos de filmes que retratam a história de luta e construção da ocupação Eliana Silva como exemplo para o processo que virá da ocupação Manoel Aleixo, há uma construção de materialidade que supera qualquer tentativa de representação, ainda mais ao ver que aquele coordenador do território que está na tela é também aquele que está coordenando o processo de dentro da assessoria. Vale citar, no entanto, que não se está afirmando que estes territórios não tenham suas problemáticas, que estes tenham sido processos que romperam com os valores hegemônicos do modo de produção da cidade e que tenham se tornado modelos do tipo de cidade ideal. A busca é pelo exemplo e pelo compartilhamento como produção de imaginários.

Neste sentido, vale adentrar na temática da representação, mais especificamente a do desenho. Muitos foram os momentos em que o desenho cumpriu diferentes papéis no processo de assessoria. Aqui se destaca três desses papéis: o da necessidade, o da vontade e o da superação. O desenho enquanto necessidade tem relação direta com a urgência e com a defesa do território. Várias foram as situações em que produzir um desenho arquitetônico foi essencial para legitimar a construção da ocupação e dar embasamento ao debate junto ao poder público. Uma demanda que atesta o avanço da organização do território, é um instrumento de contra argumentação e, a depender do tempo para cumpri-la, não necessariamente se constrói de forma totalmente coletiva às famílias de moradores.

O segundo papel, do desenho enquanto vontade, passa pelo desejo que o processo de produção do espaço também seja um processo de formação e que todos possam se apropriar das muitas ferramentas que o compõem. É muito significativo perceber a diferença do discurso de famílias no momento inicial da ocupação e depois com o passar dos meses, entendendo e utilizando de termos como função social da propriedade, esbulho possessório, direito à cidade, etc. Assim, por que não incluir o desenho como uma ferramenta também necessária para apropriação? Talvez este também tenha sido um propulsor para as oficinas práticas junto às famílias da Manoel Aleixo, o desejo em tornar o desenho uma ferramenta popular. Não que este objetivo tenha tido êxito total, mas algo se dispara quando, em coletivo, as famílias propõem um desenho para seu próprio bairro. Processo que se aproxima do terceiro papel do desenho, enquanto superação, aqui mais próximo dos desenhos-outros, anteriormente citados. Um lugar em que o desenho ou o projeto arquitetônico não são uma centralidade, mas caminham junto às muitas emergências rumo a um tempo presente.

Outro ponto que vale destacar é o da estrutura da OPA. Sua composição multidisciplinar é um ponto chave para o desenvolvimento das práticas, uma vez que desloca o lugar de centralidade da arquitetura no processo de assessoria, reposicionando-a junto a outras linguagens. Mesmo que neste texto tenha se dado destaque para o processo junto ao eixo técnico da OPA, vale reforçar que este trabalho relacional e dialógico entre os diversos eixos é base fundamental para o trabalho. Entre os desafios recorrentes vale retomar a questão financeira, não apenas para profissionalização do trabalho, mas para estruturação das práticas, financiamento de materiais, etc. Soma-se a isso a falta de formalização jurídica do coletivo, que impede a participação em editais de fomento, como os do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, e a própria insegurança jurídica dos territórios que impede a participação em programas públicos, como o MCMV-Entidades, que demandam matrícula do imóvel ou termo de cessão pelo poder público.

Outro grande desafio foi o da garantia de permanência dos participantes moradores das ocupações que compunham a equipe. A atuação dos moradores na equipe da OPA, como citado anteriormente, foi de grande importância para articulação territorial e envolvimento direto de atores ligados, principalmente, à prática construtiva nas comunidades. Essa interseccionalidade trazida entre os próprios corpos de quem assessora e de quem é assessorado foi percurso de muitos debates e de constante atenção para o desenvolvimento dos trabalhos. Esse olhar não impediu em sua totalidade a reprodução de formas de opressão intrínsecas, mas permitiu a busca por uma outra lógica de produção.

A saída destes membros, no entanto, mesmo que tenha coincidido com o período pandêmico, onde as atividades presenciais foram paralisadas, talvez tenha relação com uma falta de coesão dos trabalhos entre os diversos membros da OPA ou com uma hierarquia que ainda diferenciava os papéis de gestão, decisão e produção. Processo que culminou em uma grande redução da equipe e no retorno à uma assessoria composta apenas por técnicos graduados. E se com uma grande equipe, já existia o sentimento de que a dimensão do território era muito grande para a quantidade de mãos disponíveis, com a redução da equipe, este vira um grande desafio, lidar com as muitas demandas contínuas territoriais e a falta de mãos suficientes. Por isso, a importância da construção dos núcleos de luta do movimento, espaço que a assessoria passa a coordenar e que aproxima e organiza diversas novas pessoas, das mais diferentes áreas, na luta pela moradia.

E isso envolve diretamente as relações da OPA com os muitos atores: movimento, famílias, territórios, universidade, estado, instituições, outros movimentos, outras assessorias, etc. São relações que caminham entre as convergências e as contradições, mas que trazem a importância da dialética para avançar. No caso do movimento, a relação é, primordialmente, militante, ou seja, alinhada ideologicamente e politicamente às demandas, discussões e bandeiras construídas conjuntamente dentro do MLB. A importância de uma atuação orgânica é exatamente poder participar do debate, somar os saberes para uma tomada de decisão.

Com a universidade, a relação é de aprendizado, mas também de disputa, de crítica, de reposicionamento. Mas, em certos momentos, é também de parceria, de abertura, de legitimação. A ideia nunca foi invalidar ou distanciar o trabalho junto às assessorias externas, por entender a importância de um trabalho em rede, das trocas, do contato com as inovações sociotécnicas, da legitimidade também trazida por esses parceiros para os territórios autoproduzidos. Mas que há um lugar, talvez, do tempo e da lida com as urgências dos territórios que, muitas vezes, escapa ou não consegue ser incorporado no trabalho das assessorias externas, e que na OPA passa-se a buscar incorporar. Como se numa trama de relações, a depender do momento, os muitos atores fossem acionados ou reposicionados das mais diversas formas, mas os nós principais estariam no movimento, no território, nas famílias e na assessoria.

O título do artigo de Marcelo Lopes de Souza (2021) resume estruturalmente a relação “com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado”. Quando se fecha o acordo com o governo do estado para a ocupação Carolina, ou quando se busca a alternativa do MCMV-Entidades para o desenvolvimento do projeto e financiamento das moradias, aposta-se na estrutura estatal e nas políticas públicas enquanto caminho possível para o avanço territorial e profissional. Mas, quando se organiza famílias e se planeja uma nova ocupação, sua espacialização e seu funcionamento, avança-se em uma luta para além do Estado e para além do que ele pode promover. E ainda, quando se pensa no planejamento do espaço e dos acessos da ocupação para controle territorial pelo movimento, impedindo o fácil acesso da polícia, por exemplo, constrói-se uma disputa direta contra uma lógica estatal de policiamento e opressão daqueles territórios e corpos principalmente.

Traçar este relato sobre as experiências construídas a partir da Oficina Popular de Assessoria e das ocupações urbanas do MLB permitiu o reposicionamento de muitas inquietações que partiam, principalmente, de uma busca por um modelo ideal de trabalho, que

não fosse contraditório, mas que disputasse o modo de produzir espaço. Um lugar que, na verdade, só se fortalece ao assumir a contradição, o erro, o medo e as dúvidas como parte integrante, mas não imobilizante, da prática. Será este um caminho para uma outra lógica da prática?

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gabriel Dias Melo Alves. **Residencial Serra Verde: um estudo sobre um empreendimento autogestionário e seus processos**. Belo Horizonte: UFMG, 2021.

ANDRADE, Luciana. Por uma escola de [trans]formação urbana: contribuição heterodoxa do pensamento decolonial. **Redobra**, Salvador, n. 15, ano 6, p. 137-152, 2020.

ARANTES, Pedro Fiori. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. **Novos Estudos**, São Paulo, n.83, p.103-128, 2009.

BARRIENDOS, Joaquín. La colonialidad del ver: hacia un nuevo diálogo visual interepistémico. **Nómadas**, Bogotá, n.35, p. 13- 29, 2011.

BALTAZAR, Ana Paula. Além da representação: possibilidades das novas mídias na arquitetura. **V!RUS**, São Carlos, n. 8, 2012. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus08/?sec=4&item=1&lang=pt>. Acesso em: 11 Ago. 2022.

BALTAZAR, Ana Paula. Inequality in Aluísio Azevedo's O cortiço. In: Jonathan Charley (ed.). **The Routledge Companion of Architecture, Literature and The City**, London: Routledge, 2019.

BALTAZAR, Ana Paula. Não existe arquitetura decolonial porque não existe ensino de arquitetura decolonial porque não existe arquitetura decolonial. **Redobra**, Salvador, n. 15, ano 6, p. 121-136, 2020.

BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. Assessoria Técnica com Interfaces. In: IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. **Anais**. Porto Alegre: 2016.

BORRERO, Alfredo Gutiérrez; NAME, Leo; CUNHA, Gabriel Rodrigues da. Alfredo Gutiérrez Borrero – Desenhos-outros: da hegemonia ao giro decolonial e dos desenhos do sul aos dessocons (entrevista). **Redobra**, n. 15, ano 6, p. 59-86, 2020.

BRITTO, M.V. B. 'Autonomía y diseño', de Arturo Escobar (resenha). **Redobra**, Salvador, n. 15, ano 6, p. 339-345, 2020.

CANETTIERI, Thiago. A produção do espaço como periferia: condição periférica e a contradição do capital. XVI Simpurb - Simpósio Nacional de Geografia Urbana. **Anais**. Espírito Santo: 2019.

COALICIÓN INTERNACIONAL PARA EL HÁBITAT - OFICINA PARA AMÉRICA LATINA (HIC-AL). **Utopías en construcción: Experiencias latinoamericanas de producción social del hábitat**. México: 2017.

DELGADO, Yasser Farrés; MATARÁN RUIZ, Alberto. Colonialidad Territorial: Para Analizar A Foucault En El Marco De La Desterritorialización De La Metrópoli: Notas Desde La Habana. **Tabula Rasa**, Bogotá, núm. 16, p. 139-159, 2012.

DELGADO, Yasser Farrés. Arquitetura e decolonialidade: algumas ideias sobre a escola de artes plásticas de Ricardo Porro. **Redobra**, Salvador, n. 15, ano 6, p. 289-316, 2020.

DELGADO, Yasser Farrés; CUNHA, Gabriel Rodrigues da; NAME, Leo. Yasser Farrés Delgado: por um diálogo latino-americano sobre colonialidade, arquitetura e urbanismo (entrevista). **Redobra**, Salvador, n. 15, ano 6, p. 87-107, 2020.

DUSSEL, Enrique. **El giro descolonizador desde el pueblo y hacia la segunda emancipación**. Madrid: Trotta, 2007. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/mexico/xochimil/coloquio/Docs/Mesa4/Enrique%20Dussel%202.pdf>. Acesso em: 11 Ago. 2022.

ENGELS, Friederich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2015 [1893].

ESCOBAR, A.; VERÍSSIMO, C. Arturo Escobar: projeto/ar como a cura da vida (entrevista). **Redobra**, Salvador, n. 15, ano 6, p.51-58, 2020.

FERRO, Sérgio. **Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: Cosacnaify, 2006.

FIO - ASSESSORIA TÉCNICA POPULAR. **Assessoria técnica popular: a prática em movimento**. Ed. Álvaro Roberto de Lara Júnior, Andrei Massa, Bruno Lima, Julise Ribeiro, Marcele Lemos Piotto. São Paulo, SP : MSTC - Movimento Sem Teto do Centro, 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade do saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 9ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; NAME, Leo. Epistemologia da laje. **Tempo Social**, v. 31, n. 1, p. 153-172, 2019.

GONZALES, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, **Anpocs**, p. 223-244, 1984.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina**. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2021.

KAPP, Silke. Experiências em AT e suas questões. In: Assistência Técnica e Direito à Cidade. **Publicação Especial da Oficina de Assistência Técnica e Direito à Cidade**. Rio de Janeiro: CAU/RJ, FNA, 2014. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/01_biblioteca/arquivos/kapp_14_experiencias_em_assessoria_tecnica.pdf. Acesso em: 11 Ago. 2022.

KAPP, Silke. Moradia e contradições do projeto moderno. **Interpretar Arquitetura**, v. 6, 2005. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/01_biblioteca/arquivos/kapp_04_arquitetura_livre.pdf. Acesso em: 11 Ago. 2022.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. Arquitetura livre: avanços em tecnologia da informação reabrem debates sobre a democratização do processo de produção arquitetônica. **AU. Arquitetura e Urbanismo**, v.19, p.75-77, 2004.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. Out of conceived space: for another history of architecture. In: The Proceedings of Spaces of History. **Histories of Space: Emerging Approaches to the Study of the Built Environment**. Berkeley: University of California, Berkeley, 2010, s.p. CD-Rom e online.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula; MORADO, Denise. Architecture as Critical Exercise: Little pointers towards alternative practices. **Field: A free journal for Architecture (Sheffield)**, v. 2, p. 7-29, 2008. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/01_biblioteca/arquivos/kapp_04_arquitetura_livre.pdf. Acesso em: 11 Ago. 2022.

KAPP, Silke; NOGUEIRA, Priscilla; BALTAZAR, Ana Paula. Arquiteto sempre tem conceito - esse é o problema. In: *Projetar*, 2009, São Paulo. **Projeto como investigação: antologia**. São Paulo: Altermarket, 2009, s.p. CD-Rom.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social**. São Paulo: EdUSC, 2012.

LIMA, Junia; RIERA, Hernan Espinoza; ZANATTA, Lucas Yuri Alves. A extensão em construção: uma experiência de 'imersão' em Raposos/MG. **Anais XVIII ENANPUR**, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais>. Acesso em: 11 Ago. 2022.

LINHARES, Juliana de Faria. **Atuação do arquiteto na produção do espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda**. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

LONA. **Mostra LONA - cinemas e territórios**. 2022. Disponível em: <https://www.mostra-lona.com.br/>. Acesso em: 15 de Nov. 2023.

LOPES, João Marcos de Almeida. Nós, os arquitetos dos sem-teto. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, Vol. 20, N°2, 2018. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5773/pdf>. Acesso em: 11 Ago. 2022.

LOPES, Marcela Silviano Brandão; BRAGANÇA, Luciana Souza; COELHO, Mateus Silva; GUINHO, Luiza da Anunciação. **Quem ocupa constrói contracondutas**. Belo Horizonte: Periódicos PUC Minas, 2019.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. **Cidade ocupada**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

MALDONALDO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMES, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**, Bogotá, Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec/Série Estudos Urbanos, 1996.

MLB, essa luta é pra valer. MLB Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.mlbbrazil.org/quem-somos>. Acesso em: 15 Nov. 2023.

MOASSAB, Andréia. De que lado a arquitetura está?: Reflexões sobre ensino, tecnologia, classe e relações raciais. **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, v. 5, n. 1, p. 08–19, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/19142>. Acesso

em: 11 Ago. 2022.

MOASSAB, Andréia; RUGERI, Maicon Rodrigo; FREITEZ CARRILLO, Oswaldo; NAME, Leo. Andréia Moassab: Arquitetura, gênero e raça (entrevista). **Redobra**, n. 15, ano 6, p. 19-50, 2020.

MORADO, Denise. Precariedade e precarização da moradia em Belo Horizonte. In: D'OTTAVIANO, C.; CARDOSO, A. L. (orgs.) **Habitação e direito à cidade: desafios para as metrópoles em tempos de crise**. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles, 2021.

MORADO, Denise. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. **Cadernos Metrôpole**, v. 18, p. 145-164, 2016a.

MORADO, Denise. **Saberes [auto]construídos**. 1. ed. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2016b.

NDIKUNG, Bonaventure Soh Bejeng. DES-OUTRIZAÇÃO COMO MÉTODO (LEH ZO, A ME KEN DE ZA). In: Comunidades Imaginadas. **21ª Bienal de Arte Contemporânea Sesc_Videobrasil**. São Paulo: SESC Associação Vídeo Brasil, 2019. Disponível em: https://issuu.com/sesc24demaio/docs/af_190924_vb_catalogo_completo. Acesso em: 25 Jun. 2022.

NOTINI, Leticia Araújo. **A atuação dos técnicos na produção social da moradia e da cidade na América Latina**. Belo Horizonte: UFMG, 2020.

NOTINI, Leticia Araújo; LOPES, Marcela Silviano Brandão; NASCIMENTO, Luiza; TRIANI, Pedro. Por uma Assessoria Técnica não colonizadora. **Anais**. Porto Alegre: Arquisur, 2022.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003.

O OLHAR decolonial no campo da arquitetura e urbanismo: emergências atuais, 2020. Alagoas: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, 13 jul. 2020. 1 vídeo (1h:55min). [Live]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yXC3tZHsKWU&ab_channel=aurbufal. Acesso em: 11 Jul. 2020. Participantes: Gabriela Leandro Pereira e Paulo Tavares. Canal oficial do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (FAU/UFAL, Campus Maceió).

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latinoamericanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber, Eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas Latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTO AMORE, Caio. Assessoria e assistência técnica: Arquitetura e comunidade na política pública de habitação de interesse social. In: Seminário URBFAVELAS. **Anais**. Rio de Janeiro: 2016.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. Decolonial, Des-outrização; Imaginando uma Política Pós-Nacional e Instituidora de Novas Subjetividades IN: DUARTE, Luisa (org.). Comunidades Imaginadas. **21ª Bienal de Arte Contemporânea Sesc_Videobrasil**, 2019. São Paulo: SESC Associação Video Brasil, 2019.

SILVA, Lisandra Mara. **Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Com o estado, apesar do estado, contra o estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Cidades**. v. 7, n. 11, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak? In: Patrick Williams e Laura Chrisman (eds.), **Colonial Discourse and Post-Colonial Theory: a Reader**. Hemel Hempstead : Harvester Wheatsheaf, 1993.

VELLOSO, Rita. De/descolonizar o urbano, insurreição nas periferias: notas de pesquisa. **Redobra**, Salvador, n. 15, ano 6, p. 153-176, 2020.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O modelo e o exemplo: dois modos de mudar o mundo. Ciclo UFMG, 90: Desafios Contemporâneos. Conferência Ministrada na Universidade Federal de Minas Gerais em 9 de outubro de 2017. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=_PfE54pj1wU&ab_channel=TVUFMG . Acesso em: 15 Nov. 2023.

ZIBECHI, Raúl. **Territórios em resistência: Cartografia política das periferias urbanas latino-americanas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.